



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOSÉ DE RIBAMAR MIRANDA MARINHO

**MUDANÇAS SOCIAIS E ENERGIA ELÉTRICA NA VILA DE SÃO
SEBASTIÃO, INTERIOR DO PARÁ.**

BELÉM

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOSÉ DE RIBAMAR MIRANDA MARINHO

**MUDANÇAS SOCIAIS E ENERGIA ELÉTRICA NA VILA DE SÃO
SEBASTIÃO, INTERIOR DO PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais – área de concentração Sociologia. .

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Aquino

BELÉM

2009

MARINHO, José de Ribamar Miranda.
M 125 f Mudanças Sociais e Energia Elétrica na Vila de
São Sebastião, interior do Pará/, José de Ribamar
Miranda Marinho – Belém [s.n], 2009.

Orientadora: Maria José da Silva Aquino.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do
Pará - UFPA

1. Sociologia. 2. Mudanças Sociais. 3. Energia
Elétrica. 4. Políticas Públicas. 5. Pará 6. I.
Universidade Federal do Pará. II. Título.

JOSÉ DE RIBAMAR MIRANDA MARINHO

**MUDANÇAS SOCIAIS E ENERGIA ELÉTRICA NA VILA DE SÃO
SEBASTIÃO, INTERIOR DO PARÁ.**

Belém, _____ de _____ de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Aquino - Orientadora

Prof. Dr. Heribert Schmitz - Examinador

Prof.^a Dr.^a Eneida Corrêa de Assis - Examinadora

*Para minha linda flor, Roberta Cabá,
que entrou em minha vida preenchendo-a
de felicidade e amor.*

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus que desde meu nascimento tem iluminado minha vida com sabedoria, simplicidade, glórias e, principalmente, humanidade.

Ao Governo Federal por ter concedido financiamento da CAPES em forma de Bolsa para complementar os estudos que resultaram na consecução da pesquisa.

À querida orientadora, prof^a. Maria José Aquino, que desde o aceite do projeto inicial, tem contribuído com o desenvolvimento da pesquisa, com sabedoria, paciência e confiança.

A prof^a. Angélica Alberto, cuja estima e admiração por seu trabalho acadêmico e sua compreensão estarão sempre me inspirando nos caminhos vindouros de minha formação.

A querida amiga e prof^a. Eneida Assis, cuja amizade me ensinou muito em termos de academia e de experiência de vida, me sinto honrado por tê-la em minha história.

Ao prof^o. Heribert Schmitz que muito contribuiu nas observações da qualificação do projeto, com indicações de bibliografias que foram importantes para a redação final da dissertação.

Aos professores Wilson Barp, Daniel Brito, Celso Vaz, Eleanor Palhano, pelas aulas que contribuíram com minha formação acadêmica nesse momento de mestrado. Grato serei a todos pelas críticas, sugestões e amizade.

Aos amigos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com especial, abraço para Rosângela e Paulo, da secretaria do programa.

Aos meus queridos amigos (as), Yara, Suzana, Richard, Reginaldo, Jonas, Silvio, Clívia e os demais que cursaram algumas disciplinas, que prestaram momentos de amizade e solidariedade, algo que deveria está presente em todos os grupos, lembrem-se de nossa frase de união: “um por todos e todos por um”.

Aos moradores (as) da Vila de São Sebastião pela compreensão da importância de se realizar uma pesquisa sobre suas realidades no momento pós-energia elétrica, que possibilitou além da construção teórica, uma experiência única, com momentos que ficarão para sempre em minhas lembranças. Obrigado a todos (as)!

O processo de trabalho sociológico pode ser visualizado como uma dupla errância: procuramos sempre ir além do ponto onde estamos, além do que está dado como imediato, retrçando os caminhos pelos quais as populações vão tecendo, em suas vivências da exploração e da dominação, mas, também por suas trajetórias de reprodução social e de elaboração de sonhos de sociedade, as possibilidades de transformação social. Errância, ainda, no sentido de não temer afrontar a explicação provisória, supondo que a verdade poderá, um dia, nascer desse fundo de erro do qual sempre estamos próximos.

(José Vicente Tavares dos Santos, 1993, p. 73)

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre as mudanças sociais ocorridas na Vila de São Sebastião, no Distrito de Guajará-Açú, pertencente ao município de Bujaru, Estado do Pará. A discussão procurou associar a chegada da energia elétrica em 2005, como elemento da modernidade que resultou em alterações no modo de vida tradicional. Não se pretendeu fazer um estudo com generalizações infundadas, acerca da relação *energia elétrica/mudanças sociais*, mas estabelecer uma análise sociológica capaz de fomentar explicações plausíveis desse processo. Objetivou-se fazer uma revisão da literatura que trata do conceito de mudança social, para que fossem verificadas as abordagens que tratam do tema. Além disso, retratar o município de Bujaru dentro do contexto do Programa “Luz Para Todos”, do Governo federal, bem como, verificar através de pesquisa de campo, as percepções dos moradores (as) de São Sebastião sobre a chegada da energia elétrica, seus usos, as relações estabelecidas, as mudanças no cotidiano, angústias e alegrias. Os resultados que a pesquisa possibilitou tanto na parte da abordagem teórica, quanto na conjunção desta com os dados empíricos, demonstraram que a energia elétrica foi tida, em geral, como algo importante que chegou para modificar a vida das pessoas, no sentido de incluir novas rotinas, novos hábitos alimentares, ações produtivas e comportamentos. No entanto, o incremento energético está sendo insuficiente para atender as demandas por saúde, educação, geração de renda e emprego no local.

Palavras-chave: Mudanças Sociais. Energia elétrica. Vila São Sebastião.

ABSTRACT

This thesis conducted a study on the social changes occurring in the village of San Sebastian, in the District of Guajará-Açú belonging to the municipality of Bujaru, State of Pará. The thread tried to associate the arrival of electricity as part of modernity that leads to changes in the traditional way of life. Is not intended to do a study with unfounded generalizations about the relative power / social change, as the central focus tried to establish a sociological analysis which promote plausible explanation of this process. The objective is to review the literature dealing with the concept of social change, to be verified approaches that address the issue. In addition, sought to portray the city of Bujaru within the context of the "Light for All", the federal government, and verify through field research, the perceptions of residents (the) of St. Sebastian on the arrival of electricity, its uses, the relationship established, changes in daily life, worries, joys and points to be worked. The results enabled the research both in the theoretical approach, in conjunction with empirical data were satisfactory and important. The power has been taken in general as something that was important to change people's lives, but you need an evaluation of policy and how it was implemented on site, namely the increase energy arrives, but this is not enough so that the dimensions of health, education, income-generation activities and employment, gain practical dimensions.

Key-words: Social changes. Electrical energy. Vila São Sebastião

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Bujaru.....	33
Figura 2 – Taxa de eletrificação residencial – proporção de domicílios eletrificados – 1991.....	45
Figura 3 – Relação de interdependência entre as dimensões em torno de uma política pública.....	54
Figura 4 – Tradição e Modernidade em Giddens.....	66
Figura 5 – Aspectos envolventes do conceito de mudança social.....	84
Figura 6 – Esquema representativo da construção e metamorfose dos conceitos.....	102

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Entrada do ramal que dá acesso à vila de São Sebastião.....	31
Foto 2 – Visão do final do ramal nas proximidades da Vila de São Sebastião.....	32
Foto 3 – Trapiche de chegada da balsa ao município de Bujaru/PA.....	48
Foto 4 – Inauguração das obras do Programa “Luz Para Todos” na Vila Santa Maria em Bujaru.....	51
Foto 5 – Vista da Alça - Viária que atravessa o rio Guamá e dá acesso à Vila de São Sebastião.....	69
Foto 6 – Família beneficiada com energia elétrica.....	71
Foto 7 – As crianças, o cachorro e a antena parabólica	75
Foto 8 – Casa de farinha (retiro) em Vila de São Sebastião	77
Foto 9 – Detalhes da casa de farinha (retiro) em Vila de São Sebastião	78
Foto 10 – Área de floresta destruída para agricultura	79
Foto 11 – Casa de uma das famílias entrevistadas em São Sebastião	91
Foto 12 – Posto de Saúde com obras paralisadas	95
Foto 13 – Aspectos da Vila de São Sebastião	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de eletrificação rural no Brasil, por unidade da federação – dados de 1999 (%).....	46
Gráfico 2 – Dados sobre a evolução da população em uma década no município de Bujaru/PA.....	48
Gráfico 3 – População urbana e rural nos anos de 1997 e 2007 no município de Bujaru/PA.....	49
Gráfico 4 – IDH –Médio do município de Bujaru/PA, período de 1970 a 2000.....	50
Gráfico 5 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por sexo.....	71
Gráfico 6 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por estado civil.....	72
Gráfico 7 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por nível de escolaridade.....	74
Gráfico 8 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por quantidade de pessoas que residem com as pessoas entrevistadas	76
Gráfico 9 – Tempo de moradia dos moradores em Vila de São Sebastião/Bujaru- PA.....	80
Gráfico 10 – Percentual dos moradores que conhecem a política de implementação de energia elétrica em Vila de São Sebastião/Bujaru-PA.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mudanças na Infra-estrutura da Vila de São Sebastião.....	94
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Respostas referente à vida coletiva antes da chegada da energia elétrica em Vila de São Sebastião.....	81
Quadro 2 – Respostas referente às mudanças sociais com chegada da energia elétrica em Vila de São Sebastião.....	82
Quadro 3 – O significado da energia elétrica para os moradores da Vila de São Sebastião.....	86
Quadro 4 – Mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas com a chegada da energia elétrica.....	87
Quadro 5 – Percepções dos moradores (as) da Vila de São Sebastião sobre o que falta para complementar a vida coletiva.....	95

LISTA DE SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ANNEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
ENERAM	Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IUEE	Imposto Único de Energia Elétrica
MME	Ministério de Minas e Energia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
REDECELPA	Centrais Elétricas do Pará
RGR	Reserva Global de Reversão
SEPLAN	Secretaria de Estado de Estado de Planejamento
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	24
1.1 O PROCESSO DE AMOSTRAGEM	24
1.2 O INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO	26
1.3 A ANÁLISE DOS DADOS	27
1.4 O LUGAR ENQUANTO PRODUTO DAS RELAÇÕES HUMANAS.....	28
1.5 A VILA DE SÃO SEBASTIÃO E A ENERGIA ELÉTRICA.....	29
2 A ENERGIA ELÉTRICA NA VIDA COTIDIANA	34
2.1 A ENERGIA ELÉTRICA	34
2.2 A ENERGIA ELÉTRICA NO MUNDO.....	35
2.3 A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL.....	36
2.4 A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA POLÍTICA ENERGÉTICA	42
3 O MUNICÍPIO DE BUJARU/PA NO CONTEXTO DO PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”	47
3.1 O MUNICÍPIO DE BUJARU	47
3.2 A CONTEMPORANEIDADE DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS EM BUJARU	51
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E ENERGIA ELÉTRICA.....	52
3.3.1 <i>O programa “luz para todos” enquanto política pública</i>	52
4 A MUDANÇA SOCIAL ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO DA SOCIOLOGIA	55
4.1 A MUDANÇA SOCIAL NA SOCIOLOGIA	55
4.2 DURKHEIM: A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO	57
4.3 KARL MARX E A MUDANÇA NA SUPERESTRUTURA.....	58
4.4 MAX WEBER E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO: MUDANÇAS DE ATITUDES	58
4.5 PONTOS DE INTERFACES	61
4.6 A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE.....	63
5 ÁGUA GELADA, ANTENAS, TELEFONES MÓVEIS	68
5.1 O ACESSO AO CAMPO DE PESQUISA	68
5.2 A DINÂMICA DA COLETA DE DADOS.....	69
5.3 CARACTERIZANDO A AMOSTRA E OS DADOS DA PESQUISA	70
5.4 DADOS RELATIVOS À CHEGADA DA ENERGIA ELÉTRICA	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	116
ANEXO A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	117
ANEXO B – DECRETO Nº. 4.873 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003	121

INTRODUÇÃO

Ao dar início à pesquisa sobre *O advento da energia elétrica e mudanças sociais em Vila de São Sebastião no interior do Pará*, pensou-se em estudar um objeto de caráter sociológico que é dinâmico. Os primeiros contatos com o lugar tiveram início bem antes de se pensar em abordar a realidade social de São Sebastião em objeto de pesquisa. A descoberta da Vila de São Sebastião ocorreu em 1999 em missão pessoal, onde buscava informações sobre minha mãe que estava desaparecida há 18 anos, pois minha avó materna (atualmente com 72 anos) mora neste lugar. Não obtive informações sobre minha mãe nesse ano, mas essa busca teve um desfecho que será contado nas considerações finais, naquele período observei uma realidade antes desconhecida para mim, um lugar onde as pessoas viviam há muitos anos sem energia elétrica, os mitos da floresta eram muito fortes, a entidade da *matinta pereira* era respeitada e a *mãe d'água* impedia que as pessoas tomassem banho ao meio dia no igarapé Guajará-Açú. A religiosidade em torno de São Sebastião unia os moradores em uma procissão que acontece todos os anos no dia 20 de janeiro.

Nesse período passei uma semana em São Sebastião conhecendo e conversando com os moradores e fui compreendendo o “isolamento” que viviam em relação ao poder público, como se eles estivessem em um “mundo à parte” da sociedade nacional. Os equipamentos urbanos (posto de saúde, escolas, transporte público, saneamento, rua asfaltada) eram inexistentes, a *falta de energia elétrica* era o mais notado, pois sem essa, a maioria das pessoas não tinham como assistir televisão, escutar rádio (com exceção dos rádios à pilha) e conservar alimentos, com raras exceções, onde havia gerador de energia elétrica abastecido a diesel que funcionava por algumas horas.

A Vila de São Sebastião faz parte do Distrito de Guajará-Açú, pertencente ao município de Bujaru, no Pará, e sua origem remonta ao anos de 1758, mas a energia elétrica só chegou à vila em 2005! Foram necessários 247 anos para que esse elemento característico da modernidade chegasse ao local. Geralmente, as pessoas de São Sebastião só tinham contato de fato com um ambiente onde a energia elétrica existia, quando faziam alguma viagem para fora da Vila.

No entanto, o despertar sociológico foi instigado em visita realizada em 2006 por ocasião das eleições para deputado estadual, federal e para presidente, quando na ocasião, notei a instalação elétrica em algumas residências e percebi que algumas pessoas haviam construídos pequenos estabelecimentos comerciais, com um *freezer* ou *geladeira* para manter alimentos perecíveis e bebidas a temperatura baixa, visando à comercialização. Voltei para

Belém no mesmo dia, mas com idéias, que mais tarde fizeram parte do conjunto de indagações, sobre o que teria acontecido naquela realidade social com a chegada da energia elétrica. Desde então, debrucei-me em elaborar um projeto de pesquisa para submetê-lo a seleção de mestrado no final do ano de 2006. Minha candidatura foi aceita, o projeto foi aprovado e, em 2007 foi dado início ao desenvolvimento do mesmo.

O estudo se propôs, então, a analisar as mudanças sociais ocorridas no cotidiano dos grupos familiares em Vila de São Sebastião, mediante o entendimento do que ocorreu nas dimensões sociais, econômicas e culturais com a implantação do sistema de energia elétrica. Notadamente, de forma complementar, pretendeu-se compreender quais os tipos de reação que essa ação estatal provocou nos moradores (as) em termos de reorganizar o modo de vida dos grupos familiares.

A reflexão que norteou o estudo partiu da hipótese de que a intensidade da vida coletiva em São Sebastião seria alterada e que a solidariedade entraria em um processo de fragmentação, afetando os hábitos tradicionais e condicionando-os a uma nova dinâmica característica da modernidade, provavelmente, o individualismo em detrimento à coletividade. A consumação dessa hipótese foi colocada à prova com a pesquisa de campo, cujos resultados descritos no capítulo 5 revelam os delineamentos finais sobre a mesma.

A etapa de campo começou em 2008, onde de fato pôde-se conhecer mais de perto a realidade social que se pretendia estudar. Os primeiros contatos com as pessoas do lugar revelaram alguns desafios para o pesquisador, especialmente, relacionados à distância entre uma casa e outra. Mesmo existindo um núcleo de residências próximas à Igreja e ao campo de futebol, a Vila não se resumia a esses espaços, pois segundo os moradores, as casas que se encontravam nas entranhas da mata, nos mais diversos “ramais”, também, faziam parte da Vila. Embora se tenha realizado entrevistas formais, com 17 famílias, muitos dos dados colhidos se originaram de informações provenientes de situações informais, a partir de observações realizadas.

O caminho metodológico utilizado, procurou acompanhar a trajetória de organização da vida social antes da chegada da energia elétrica e depois de sua implementação em São Sebastião. Considerou-se essencialmente à compreensão da dinâmica social, cultural e econômica, a percepção de como reagem às dificuldades da vida social sem energia elétrica e como o cotidiano se modificou com a chegada desse insumo. Ressalta-se que não está se fazendo um estudo do *antes* e do *depois*, mas esse recurso é utilizado para apreensão de uma dinâmica única representada pela própria percepção dos grupos familiares que possuem uma história, que é a história de como se relacionam entre si e com a natureza.

O passo inicial para o desenvolvimento do estudo foi a busca por documentos e informações relativos ao município de Bujaru e da chegada da energia elétrica. Sendo assim, foi feita uma reconstituição da configuração histórica e social do Distrito de Guajará-Açú, através de fontes documentais que foram obtidas em algumas instituições oficiais, tais como a Prefeitura de Bujaru, Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Universidade Federal do Pará.

A pesquisa se subsidiou em uma perspectiva que considera a complexidade da realidade social, ponto de vista destacado por Tavares dos Santos (1993, p. 73) ao se referir à prática da sociologia nos tempos atuais, tecendo o seguinte comentário

[...] pode ser empreendida na perspectiva da complexidade, mediante a qual o conhecimento é definido como um processo multidimensional, marcado pela diversidade, pela multiplicidade e pela multidimensionalidade. (TAVARES DO SANTOS, p. 73).

Nesse sentido, parte-se da compreensão de que a problemática é um momento instigador que precisa passar por uma metamorfose da questão social em uma questão sociológica, para que “possamos ultrapassar a imediatez da percepção social e das visões ideológicas que toldam a descrição e a interpretação sociológica das sociedades contemporâneas” (TAVARES DO SANTOS, p. 76).

Em relação ao objeto investigado, ou seja, as mudanças sociais ocorridas na Vila de São Sebastião, em decorrência da chegada da energia elétrica, têm-se uma realidade dinâmica dentro dos seus limites, e por isso, nos referimos a Lago (1995, p.89) ao afirmar “[...] que em todas as ciências, tal como nas Ciências Sociais, é fundamental analisar o movimento do seu objeto de estudo, para se poder explicá-lo, indo além da mera descrição”. Aspecto inerente à pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (1996), se preocupa com uma realidade que não poder ser simplesmente quantificada, pois se trabalha com universos de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Tem-se aqui uma posição mais próxima à de Weber¹ (1991; 2003), no sentido de que todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores.

Em alguns aspectos a investigação teve suporte na Estatística Descritiva, no sentido de se trabalhar com processos de quantificação, tais como os conceitos de média, moda e

¹ Max Weber (1864-1920).

mediana, pretendeu-se, também utilizar o *Software NVIVO*, mas o programa ficou inoperante devido ao prazo de validade de seu registro, o que dificultou se trabalhar com essa ferramenta, mesmo sabendo que seria muito útil na pesquisa. Usou-se, então, o aplicativo Excel como ferramenta para confeccionar os gráficos e as tabelas apresentados no texto. Foram criadas figuras, diagramas e fotos tiradas em campo, elementos que auxiliaram nas inferências estatísticas e análises sociológicas.

O desenvolvimento da pesquisa requereu **trabalho de campo**, que teve início em agosto de 2008 e se prolongou até outubro do mesmo ano, mas devido as grandes distâncias de uma residência para outra, alguns moradores foram entrevistados no mês de novembro. Nessa etapa, foram realizadas visitas sistemáticas à Vila de São Sebastião em Bujaru, com objetivo de se realizar entrevistas com os moradores. As técnicas utilizadas para esse momento de coleta de dados foram a observação e a aplicação de formulários. Ressaltando-se que para Tavares do Santos (1993, p. 82) “nas variadas estratégias de pesquisa, porém as possibilidades de uso da informática multiplicam-se”, dentre elas está o “arquivo de imagens”, que contribui na análise das informações. Nesse sentido, se usou uma máquina digital para fazer o registro visual de aspectos relevantes observados em campo.

O momento histórico que chega com a energia elétrica em Vila de São Sebastião representa um marco para as pessoas do local, o que pode ser comparado à experiência de Durkheim (2000, p. 126) ao se referir a introdução da energia elétrica em algumas cidades da Europa, marcando o momento onde a vida social se tornou mais dinâmica, como se verifica no seguinte argumento “a duração maior ou menor dos dias deve ter pouca influência, sobretudo nos grandes centros, pois a iluminação artificial restringe mais do que nos outros lugares o período de escuridão”. Percebe-se que a energia elétrica culminou em mudanças nos hábitos sociais do final do século XIX.

Diferentemente da realidade e do contexto das cidades européias do século XIX, as áreas rurais da Amazônia que receberam recentemente energia elétrica passam por processos sociológicos distintos que merecem ser estudados em suas peculiaridades. Enfim, a investigação se aproxima dessa linha de raciocínio.

Nesse contexto, a problemática investigada buscou descobrir os significados sociológicos dessas mudanças, surgindo assim algumas questões norteadoras: a) a vida cotidiana mudou de ritmo com o advento da eletricidade? b) o consumo para o meio rural se caracterizou pela introdução de eletrodomésticos como o rádio e a televisão? c) novas formas de processos produtivos foram iniciadas? d) a sociabilidade entre os membros da Vila se alterou? Em que sentido? Aumentando ou diminuído a solidariedade?

Essas questões foram colocadas à prova com a pesquisa de campo, a hipótese foi testada e novos delineamentos foram traçados ao longo da pesquisa. Os próximos capítulos revelarão os rumos seguidos pela investigação e pontos de chegada que associaram os conhecimentos teóricos estudados com os dados empíricos.

No contexto mais amplo, pode-se dizer que a inserção da energia elétrica na vida cotidiana das pessoas foi responsável por inúmeras mudanças sociais que se expressaram nos hábitos, na cultura, no consumo e na percepção de ver o mundo. Nesse sentido, a presente dissertação versa sobre a presença da energia elétrica na vida cotidiana rural do Estado do Pará. O tema abordando faz interseção com o modelo de desenvolvimento que vem se instalando na Amazônia desde o início do século XXI, especificamente em relação ao processo de universalização da distribuição de energia elétrica em forma de política pública.

Nessa dinâmica, Ianni (2004, p. 11) argumenta que “a política econômica governamental concentra-se sobre o processo de *acumulação de capital*, que é selecionado como fulcro do desenvolvimento”. E estabelecendo uma hierarquia de atuação do Estado, Ianni comenta ainda que em segundo plano fica a *política de mão-de-obra* e, em um lugar mais inferior ficam outras esferas da realidade, que incluem processos sociais, políticos e culturais, que são muitas vezes essenciais à interpretação dos processos econômicos.

O modelo desenvolvimentista brasileiro em sua lógica de intervenção, conforme explica Ianni (2004), visava reduzir as esferas em que predominavam relações fundadas no valor de uso, para que a racionalidade característica da hegemonia do valor de troca se consolide. Esse ditame esteve e, ainda permanece muito presente nas políticas induzidas para a região amazônica.

As análises sobre a trajetória do modelo desenvolvimentista têm acompanhado este processo e estão em estudos de pesquisadores de diversas instituições em tempos passados e no presente. A inserção da Amazônia no conjunto de interesses do capital gerou inúmeros processos perversos, que se expressam por conflitos decorrentes, conforme comenta Becker (1997, p. 8), “[...] das contradições intrínsecas à inclusão do Brasil no sistema capitalista mundial e à reorganização acelerada da sociedade brasileira”.

A Amazônia é entendida por Becker (1997, p. 11), como uma “fronteira” que é um “[...] espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas”. Essa fronteira no final do século XX assumiu feições que se caracterizaram por um novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob comando de uma nova dimensão dos capitais envolvidos.

O estudo de Castro (2001) informa que a partir de 1970, o mundo passou por mudanças significativas no sistema produtivo, em sua organização e dinâmica de mercado. E nos anos 80, do século XX, ficou mais evidente o afastamento do Estado enquanto regulador e, agente de intervenção nas dimensões econômica e social.

A nova engenharia em que as ações do Estado se encontram no início deste século, é segundo Castro (2001, p. 9), pautado em eixos de integração que são direcionados a “[...] grandes projetos de infra-estrutura que priorizam largamente o crescimento econômico”. De certo modo, coaduna-se com o ponto de vista da autora ao falar que, neste contexto “o local está irremediavelmente ligado, nas relações econômicas, ao global, ainda que por processos diferenciados” (CASTRO, 2001, p. 9).

No caso, do estado do Pará e suas áreas rurais, onde se encontram inúmeras pessoas de segmentos sociais diversos, tais como comunidades quilombolas, populações tradicionais e indígenas, o discurso governamental é de um “Pará Terra de Direitos”, mas que não se traduz em orçamento disponível para as ações de políticas públicas que são elaboradas no seio do governo, por pessoas que querem de fato mudar a realidade dessas populações.

Nesse sentido, as novas intervenções do Estado na Amazônia precisam ser analisadas, para que se tenha o acompanhamento das mesmas, em especial, no que concerne ao atendimento da população rural por parte das políticas estatais, sejam elas do poder municipal, estadual ou federal.

A energia elétrica neste panorama é um insumo que desde seu surgimento com as descobertas científicas de Benjamim Franklin (1706-1790), causou transformações nas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Mas, esse processo ao mesmo tempo em que incluiu grande parte da população mundial, deixou à margem outra, que por determinados fatores ficaram isoladas do acesso desse elemento representativo da modernidade.

A eleição em 2002, de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), partido histórico e ideologicamente denominado “esquerdista”, prometia um novo modelo de desenvolvimento para o país pautado na *justiça social*. Contudo, no que diz respeito ao setor elétrico, Borges (2007) em tese de doutorado, comenta que o desafio para o novo Governo federal era de enfrentar as mudanças oriundas das privatizações que se apresentavam cada vez mais carentes de um processo de re-ordenamento do papel do Estado e de um controle mais estratégico das empresas distribuidoras e geradoras de energia elétrica.

O estudo apresenta uma face teórica que se pretendeu refinar com as experiências obtidas em campo, dinâmica gratificante para uma análise sociológica. A idéia de fazer dialogar o *discurso oficial* (Governo federal) ao *discurso dos atingidos pela política pública*

de acesso à energia elétrica é inspirada no trabalho desenvolvido pela professora Maria de Fátima Carneiro Conceição, da UFPA, em 1990, ao considerar a relação entre a fala dos governantes e o “discurso científico sobre a experiência” (CONCEIÇÃO, 1990, p. 5), que envolve as pessoas alvo de qualquer intervenção do Estado. Essa inspiração nos possibilitou refletir sobre a presença das pessoas na história do *Programa Luz para Todos* que não é uma história “oficial”, mas que pode vir a ser uma visão a partir do empírico, para se revelar uma história “oculta”, que fica à margem do discurso oficial.

Dessa forma, procurou-se estabelecer um diálogo com a linha de discussão de gerações passadas de pesquisadores, bem como os que ainda atuam, na crítica sociológica do modelo de desenvolvimento empreendido pelo Estado na Amazônia. Tarefa difícil, mas necessária para que se continue debatendo, sobre o tipo de desenvolvimento que vem se alastrando no século XXI, no espaço amazônico, cujas condições de vida das populações rurais, continuam sendo caracterizadas por uma “ausência do Estado”, ou por “escassez de políticas públicas”.

A dissertação obedece a estrutura formada por uma introdução, cinco capítulos e as considerações finais.

No **primeiro** capítulo denominado de *A construção da Pesquisa*, se apresentam os passos que foram dados para a construção da problemática do estudo, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, além das motivações teóricas e empíricas que possibilitaram trabalhar o tema proposto.

No **segundo** capítulo, denominado *A energia elétrica na vida cotidiana*, tem-se a discussão sobre a energia elétrica, onde se apresenta os contextos sócio-históricos de inserção dessa tecnologia dos tempos modernos na sociedade. Segue-se uma tendência explicativa que abarca o panorama internacional, nacional e local, enfocando no final a Amazônia como foco das políticas de geração de energia para o resto do Brasil e o Programa de Universalização do Acesso a Energia Elétrica (Luz Para Todos) do Governo Federal.

O **terceiro** capítulo, chamado de *O município de Bujaru/PA, no contexto do Programa “Luz Para Todos”*, identifica a Vila de São Sebastião em seu aspecto institucional. Os antecedentes históricos da formação dessa vila são recontados a partir do contexto do município de Bujaru no Estado do Pará. Por fim, relaciona-se a chegada da energia elétrica nesse lugar à dimensão da política pública do Programa Luz Para Todos.

O **quarto** capítulo, intitulado de *Mudança social enquanto objeto de estudo da Sociologia*, apresenta a discussão sobre o conceito de mudança social na literatura sociológica, buscando delinear as principais abordagens com seus respectivos modelos

explicativos da dinâmica mutável da sociedade e os fatores que proporcionam tais mudanças. Analisam-se, também, os fundamentos que norteiam a antinomia *tradição/modernidade*, sua base conceitual e suas fragilidades.

O **quinto** capítulo, chamado de *Água gelada, antenas, telefones móveis*, aborda o conjunto formado pelas discussões teóricas e as observações obtidas em campo. Os resultados das entrevistas realizadas junto aos moradores (as) da Vila de São Sebastião são postos neste capítulo, onde pontos importantes e esclarecedores são indicados, analisados.

Por último são colocadas nas *Considerações Finais*, as principais direções analíticas obtidas com o desenvolvimento do trabalho. Nesta põem-se dúvidas, esclarecimentos, entendimentos, percepções, sugestões e “pontos de interfaces”, entre o que foi estudado e observado com as pesquisas realizadas na realidade social e cotidiana das pessoas que moram em São Sebastião.

1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A realização de pesquisa exploratória foi o passo inicial para o desenvolvimento do estudo, fase em que o pesquisador começa a ter familiaridade, conhecimento e compreensão parcial do fenômeno que vai ser pesquisado. Para Contandriopoulos et al (1994) essa fase da pesquisa visa identificar as possibilidades de realização da pesquisa, tais como a disponibilidade, qualidade, custo dos dados, acesso à população que se quer estudar, ou pré-testar os instrumentos de coleta de dados.

A visita realizada no ano de 2006 ao *lócus* de pesquisa, constatou que a energia elétrica oriunda do “Programa Luz para Todos” havia chegado àquele lugar do interior do Estado do Pará em 2005. A partir disso, leu-se os documentos relativos a esse programa do Governo federal. Essa etapa inicial foi realizada na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Agosto de 2006, na parte concernente à Legislação Federal, onde dois documentos foram encontrados e submetidos à análise. O primeiro documento analisado foi a “**Lei nº. 10.438 de 26 de abril de 2002**”, que faz referência à universalização do serviço público de energia elétrica e, o segundo, o “**Decreto nº. 4.873 de 11 de novembro de 2003**” que instituiu o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica”, que ficou conhecido por “Luz para Todos”.

Em seguida, partiu-se para a busca de informações sobre o município de Bujaru, que foram obtidas na Biblioteca Pública do Estado do Pará, na Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF, do governo estadual e na Internet. Além disso, foram realizadas buscas por informações pertinentes encontradas em livros, teses, jornais e artigos de revistas especializadas. Ultrapassado essa etapa, o próximo desafio, foi a seleção da amostra a ser investigada, assunto comentado na seção seguinte.

1.1 O PROCESSO DE AMOSTRAGEM

O contato com o lugar investigado em dois momentos distintos, sendo um realizado durante o ano de 2006 e outro em 2007, foram suficiente para se descartar a possibilidade de se trabalhar pelo processo de amostragem probabilística, ou seja, ficaria inviável aplicar um dos processos conhecidos, tais como, *amostragem casual simples*, *amostragem sistemática* ou *amostragem por conglomerados*, que requerem conhecimento total da população para a definição da amostra, como afirmam Milone e Angelini (1993), assim como, indicam Pereira,

Kirsten e Alves (1980) ao dizerem que nesse tipo de procedimento, todos os indivíduos têm as mesmas chances de serem escolhidos por determinados procedimentos. A dificuldade de acesso a todos os membros do universo estudado, dificultaria a escolha de uma amostra nos moldes probabilísticos. Em suma, todas as técnicas probabilísticas implicam uma noção de sorteio tendo por base a população total, ou seja, o *acaso* aparece como requisito de validação dessa técnica.

No caso das amostras não probabilísticas é usado um raciocínio diferente para edificar a amostra, são essas que frequentemente fazem parte das pesquisas realizadas nas *Ciências Sociais*, mas esse não é o principal critério definidor do processo de amostragem, pois o que vai definir qual a técnica a ser adotada em uma pesquisa, seja ela da área social ou não, é o *objeto a ser estudado*. Essa postura é compartilhada por Quivy e Campenhoudt (1992, p. 162) ao dizerem que a escolha da amostra é “[...] na realidade, bastante teórica, visto que, na maior parte das vezes, uma das soluções se impõe naturalmente, em função dos objectivos da investigação”.

Na concepção de Contandriopoulos et al (1994, p. 66) os tipos de técnicas de amostragem não probabilísticas “[...] têm, com efeito, tornar mais difícil a generalização das observações em relação à população alvo, e tornar impossível a utilização de procedimentos estatísticos”. Mas isso não é considerado uma deficiência na visão dos autores, pois “[...] trata-se de escolher o método de ‘amostragem’ em função da questão de pesquisa”. No entender de Babbie (2001, p. 153), esse tipo de amostragem se aplica quando a “[...] representatividade não é necessária”.

A opção pela amostragem não probabilística foi impulsionada por dois motivos: 1) a falta de um dado preciso sobre a população do Distrito de Guajará-Açu, tendo em vista que na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Belém só consta a população total do município de Bujaru; 2) as famílias ficam dispersas mata adentro, dificultando o acesso às mesmas.

Feito esse esclarecimento inicial, a técnica de amostragem não probabilística adotada foi a deliberação a partir do próprio pesquisador, ou seja, nas palavras de Contandriopoulos et al (1994, p. 65), “quando o objetivo da pesquisa não é de estudar as variações no interior da população, mas só algumas particularidades desta, a busca da representatividade é de interesse muito limitado”. Em outras palavras, consiste em “[...] determinar as características mais comuns na população e de selecionar elementos que lhe correspondam” (CONTANDRIOPOULOS ET AL, 1994, p. 61). No caso estudado, a característica comum à população investigada é o acesso à energia elétrica via Programa “Luz Para Todos”. Babbie

(2001, p. 153) reforça que “este método de amostragem é às vezes, chamado *amostragem intencional* ou *por julgamento*”. Não importa o termo designado, mas sim a compreensão desse procedimento metodológico.

A observação de Flick (2004, p. 83-84), também reforça a idéia sobre o uso de amostragem não probabilística em determinadas pesquisas de cunho social, ao dizer que a generalização de resultados depende de algumas estratégias de seleção adotadas, enquanto que na estratégia do esforço mínimo, essa possibilidade é mais restrita, ou seja, “[...] deve-se notar que não é em todo caso que a generalização é a meta de um estudo qualitativo, ao passo que o problema do acesso pode ser uma das barreiras cruciais”.

1.2 O INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO

O estudo fez uso de um roteiro de perguntas (formulário) como ferramenta para obtenção das informações necessárias para atender aos objetivos propostos. Esse processo é caracterizado como uma observação indireta, por Quivy e Campenhoudt (1992, p. 166), ao comentarem que nessa técnica “[...] o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação”.

A configuração desse instrumento se fez em duas partes, cuja primeira se preocupou com o levantamento sobre o perfil dos informantes, buscando saber alguns dados pessoais, que envolveram idade, estado civil, sexo, escolaridade, aspectos sociais e econômicos. Na segunda parte se enfocou assuntos relativos ao período anterior e posterior à chegada da energia elétrica, buscando informações sobre a vida social nesses dois momentos históricos, o significado da energia elétrica para as famílias de São Sebastião, as mudanças sociais originadas com o uso da energia elétrica, benfeitorias realizadas na vila, elementos que faltam na vida social e conhecimento da fonte (Programa Luz Para Todos) dessa política pública. O formulário em questão encontra em anexo.

O formulário na percepção de Marconi e Lakatos (1990) é caracterizado pelo contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista.

Nessa etapa fez-se interseção com a pesquisa quantitativa, pois de posse dos dados quantitativos e qualitativos se partiu para o tratamento dos mesmos dentro de suas esferas analíticas. No caso dos dados qualitativos, segundo Chizzotti (1998, p. 89), são “[...] colhidos

interativamente, em um processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na *interação* com seus sujeitos”.

1.3 A ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi de cunho qualitativo e a participação de aspectos da pesquisa quantitativa se deu de forma coadjuvante. Nesse caso, retomando a definição de Chizzotti (1998), sobre as pesquisas quantitativas, tem-se a idéia de que estas, “prevêem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência de incidência e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz”.

Isso indica que algumas variáveis foram trabalhadas de forma quantitativa, para se analisar possíveis variações e correlações, como por exemplo, tempo de moradia, escolaridade, números de pessoas nas residências. Os dados quantitativos foram manuseados com o uso do aplicativo Excel 2003. Essa etapa buscou suporte teórico em alguns autores, tais como Ayres et al. (2000) através do Software BioEstat 4.0, Costa (2000); Crespo (1998) Levin (1987), Toledo e Ovale (1985) e Morettin (2004), que foram utilizados nas inferências estatísticas oriundas da pesquisa.

A parte qualitativa foi trabalhada com base na interseção realizada com as leituras feitas durante o desenvolvimento do projeto, configurando-se próximo da linha adotada por Minayo (1992, 1996), ao apresentar uma proposta para interpretação dos dados qualitativos que considera a fala dos atores sociais situada em seu contexto para que seja melhor compreendida.

A análise dos dados seguiu as sugestões de Pádua (1989, p. 159), envolvendo as seguintes etapas: 1) classificação e organização das informações; 2) estabelecimento das relações existentes entre os dados coletados: pontos de divergências, pontos de convergências, tendências e regularidades; 3) tratamento estatístico dos dados.

Enfim, a concretização da pesquisa foi resultado de esforço, engajamento e superação de desafios durante o processo de construção da dissertação que buscou estabelecer interfaces entre a metodologia qualitativa e quantitativa.

1.4 O LUGAR ENQUANTO PRODUTO DAS RELAÇÕES HUMANAS

A pesquisa se caracterizou por ter uma etapa de campo, que foi importante para a dimensão sociológica que se pretendia. O “lugar” onde se realizou a pesquisa tinha um sentido próprio, único na vida das pessoas que moram nele. Por isso, buscaram-se na literatura explicações sobre o conceito de lugar.

A explicação do conceito de lugar justifica-se por traduzir uma realidade específica formada por relações entre pessoas e entre essas e o meio ambiente, tendo em vista que o conceito assume *dimensão sociológica* para os propósitos aqui delineados. Dessa forma, as reflexões realizadas por Carlos (1996), Yáziği (2002) e Rodrigues (1997) sobre o conceito de “lugar”, indicam que esse é essencialmente produção humana, “[...] visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida” (CARLOS, 1996, p. 28).

Em Vila de São Sebastião, o lugar representa para cada uma das famílias uma extensão da vida, porque é no quintal que se tem a horta de verduras, as plantações de frutas e a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos. É, também, o lugar onde se comemoram os aniversários das pessoas da família, onde se ata uma rede para descansar o corpo depois do almoço ou nos finais de semana.

Para Rodrigues (1997, p. 33) o lugar “[...] não trata de uma construção objetiva, mas de algo que só existe do ponto de vista do sujeito que o experiencia”. O lugar é na ótica do autor, algo concreto e particular, único que se opõem ao universal que possui conteúdo abstrato, desprovido de essência, pois o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado. Diferentemente é o “espaço” que é sempre algo distante, que se tem apenas notícia, expressando algo mais abstrato.

O argumento de Carlos (1996) já ressoava essa percepção ao comentar que:

No lugar emerge a vida, posto que é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. Tem a dimensão da vida (CARLOS, 1996, p. 29).

Em Yáziği (2002) o lugar é um dos referenciais indispensáveis à vida, nas esferas do cotidiano, do trabalho, dos afetos e dos ideais, mas, desoladamente, com perdas indizíveis. E a personalidade do lugar é composta de vários suportes é formado pelo mais amplo sentido da

ecologia, isto é, as relações mútuas do meio e com o homem envolvendo a biosfera, a cultura material, a memória, as animações e as cognições.

É com esse conceito que se faz referência ao lugar escolhido para a investigação que considera o advento da energia elétrica e mudanças sociais, a ser caracterizado com mais detalhes a seguir.

1.5 A VILA DE SÃO SEBASTIÃO E A ENERGIA ELÉTRICA

O acesso à Vila de São Sebastião dá-se pelo Km 26 da PA-140, em uma ramal de piçarra de 13 km. Esse ramal é formado por aclives e declives, com trechos esburcados e perigosos para o tráfego de veículos. Ao longo desse ramal encontram-se famílias que vivem nas margens do mesmo ou “mata adentro”, como se diz na fala das pessoas. E quando nos referirmos à “Vila de São Sebastião” estar-se-á falando, também dessas famílias, que moram nas adjacências desse ramal, porque as pessoas se identificam com o ponto de referência que é a vila.

O conjunto das áreas rurais da Amazônia que receberam energia elétrica, é resultado de uma política pública federal para o setor de energia elétrica que despontou no ano de 2003, quando o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica² (conhecido como “Luz para Todos”) que tinha por objetivo acabar com a exclusão elétrica no Brasil até o ano de 2008.

Esse novo marco histórico em Vila de São Sebastião abriu margem para que modos de vida tradicionais se alterassem, recriando uma nova realidade social, cujos hábitos das crianças, dos jovens, adultos e idosos modificam-se com a presença da energia elétrica na vida social. O que nos interessou foi compreender de que forma essas mudanças vêm acontecendo na Vila de São Sebastião. Dessa preocupação, algumas questões surgiram: a) Como as unidades produtivas receberam essa inovação? b) Surgiram novos empreendedores? c) Como a economia do local vem atuando com o advento da energia elétrica? Enfim, a problematização do tema abordado abriu um leque de questões, que na visão de Pádua (1989, p. 149) “vêm auxiliar a definição do problema” de pesquisa, nesse caso, não se pretendeu fazer um estudo avaliativo tomando como foco o “Programa Luz para Todos”, mas sim procurar entender as mudanças sociais que vem acontecendo no lugar investigado com a introdução da energia elétrica.

² Regulamentado pelo Decreto n°. 4.873 de 11 de novembro de 2003 (Anexo B)

Na visita realizada em 1999 verificou-se que na Vila de São Sebastião, havia uma igreja, uma escola de ensino fundamental, mas somente até a 3ª série e, um campo de futebol. A vila agregava um pequeno conjunto de residências nas adjacências da igreja, além de outras mais distantes e a população não era atendida por energia elétrica. À noite a maioria das residências era iluminada por lamparinas, construídos de forma artesanal, consistindo em uma lata e/ou vidro pequeno com querosene e um pedaço de fio por um minúsculo orifício, por onde se abrandava a chama que amenizava a situação de escuridão. Havia em uma das casas um motor a diesel que gerava energia elétrica por umas três horas a contar das 19 horas e que abastecia, outras residências, normalmente de parentes; esgotado o diesel do motor, a escuridão retornava e as lamparinas e/ou velas entravam em cena no lugar.

No período anterior à chegada da energia elétrica, notou-se que a vida nesse lugar era tranqüila, onde as opções de lazer se concentravam nas “festas de aparelhagens” a “motor a diesel” que aconteciam em alguns raros momentos, como por exemplo, na festividade de São Sebastião, que acontece no dia 20 de janeiro de cada ano.

Até então, os moradores vinham desenvolvendo atividades econômicas fundamentadas no extrativismo e na produção agrícola de subsistência, sendo a farinha o principal produto e fonte básica da alimentação. A atividade comercial, também, se pautava nesse produto onde alguns produtores comercializavam a farinha de mandioca nas localidades do distrito de Guajará-Açú, em Bujaru (sede), municípios de Santa Izabel e Belém, seguindo uma racionalidade própria de produção, ou como comentou Weber (2001, p. 13), “as racionalizações dos mais variados aspectos têm existido nos mais diversos setores da vida e em todas as áreas culturais”.

Em pesquisa de campo realizada no ano de 2008, constatou-se que essas características sociais e econômicas verificadas em 1999, permaneceram, mas com a novidade da energia elétrica, onde os produtos do extrativismo vegetal e da produção de farinha passaram a ser direcionados para o comércio local.

Isso permite se fazer uma discussão sobre *tradição e modernidade* que será tratada no capítulo 4, onde se fará associações com outras abordagens teóricas que tratam da mudança social. Por enquanto, deixo essa introdução ao debate, suspensa.

À época deste primeiro contato, a localidade se caracterizava por ser um ambiente marcado por atividades tradicionais de cunho produtivo, social e religioso, onde os moradores pareciam estar acostumados com suas condições materiais de existência, mas que expressavam que desejavam melhorias, especialmente na situação do transporte que ainda hoje permanece precário. O deslocamento da comunidade para a sede (Bujaru) ocorria via

ônibus da prefeitura que faz o transporte de pessoas da comunidade para a sede. Isso ocorre uma vez a cada dia. Na atualidade existem dois ônibus que fazem linha para a Vila de São Sebastião e, que pertencem a empresas privadas, mas as condições dos coletivos são caóticas.

Todavia, não se pode dizer que na Vila se concentram a maioria das pessoas da comunidade, porque ao longo do ramal existem “caminhos” que adentram a vegetação, no qual existem famílias morando ao longo da mesma.

A foto 1 mostra o “ramal do km 23” (termo usado pelas pessoas do local) da rodovia estadual PA-140. O ramal possui uma extensão de 13 km até chegar à Vila, onde se concentra grande parte dos moradores. Na foto mostram-se as condições da via de acesso à Vila de São Sebastião, onde a estrada de piçarra vira um lamaçal quando chove, que dificulta o tráfego de carros, devido aos buracos, declives e aclives.



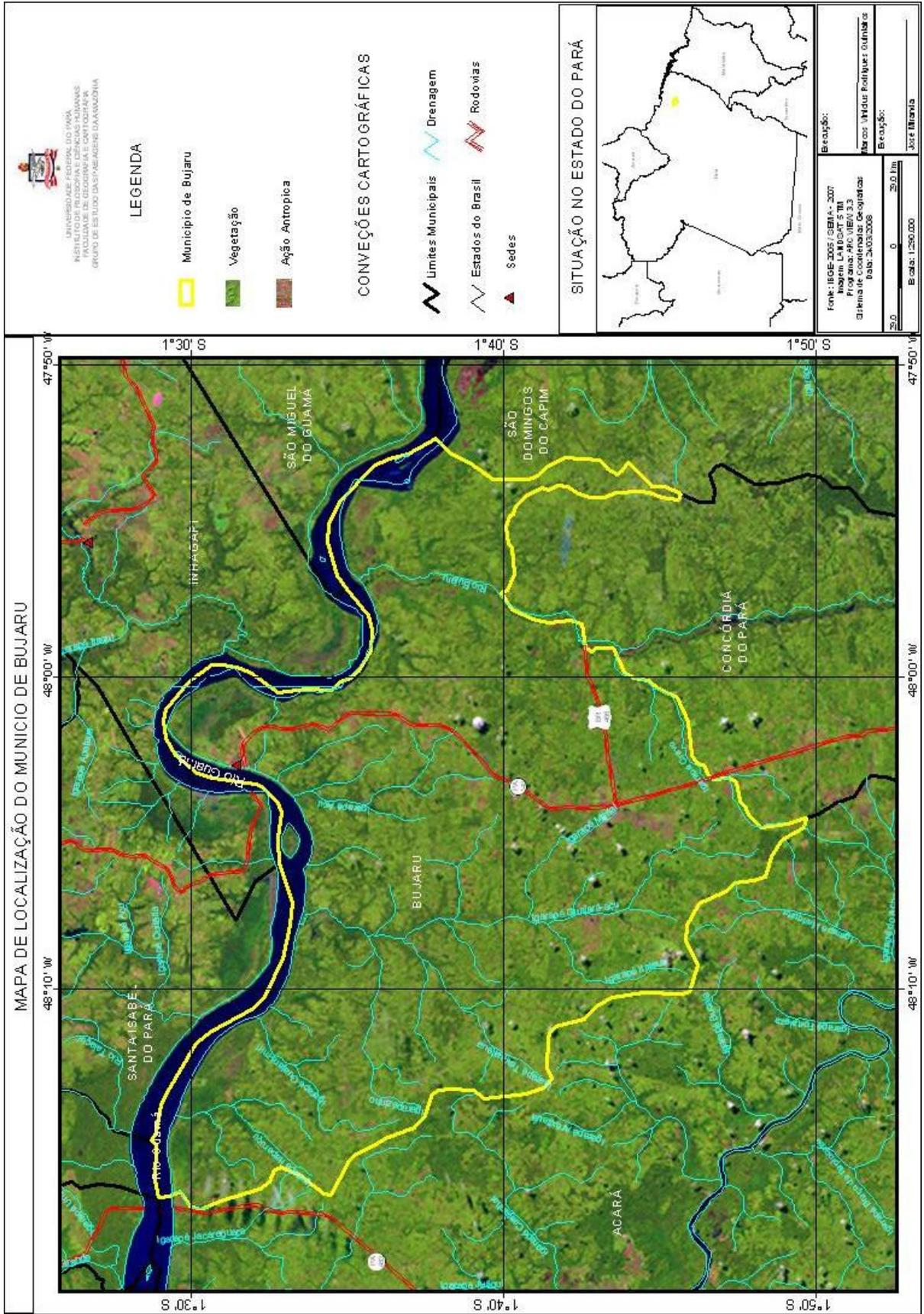
**Foto 1 – Entrada do ramal que dá acesso à vila de São Sebastião.
Fonte: Foto de José Miranda, 2007.**

A foto 2 mostra o final do ramal, com visualização da enorme castanheira, símbolo de chegada à Vila de São Sebastião que fica logo após a mesma. Os “caminhos” citados anteriormente não são visíveis desse ângulo, pois a vegetação faz com que eles fiquem ocultos. A linha de transmissão elétrica está presente apenas do lado esquerdo do ramal, com alguns postes fincados na margem do ramal.



**Foto 2 – Visão do final do ramal nas proximidades da Vila de São Sebastião.
Fonte: José Miranda, 2007.**

A seguir mostra-se um mapa (figura 1) confeccionado pelo *Grupo de Estudos das Paisagens da Amazônia*, da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. A Vila de São Sebastião encontra-se às proximidades do Igarapé Guajará-Açú.



2 A ENERGIA ELÉTRICA NA VIDA COTIDIANA

A modernidade trouxe consigo muitos elementos que vieram para mudar o comportamento humano. E no conjunto desses, a energia elétrica, foi responsável por uma nova dinâmica social. Neste capítulo são apresentados o conceito de energia elétrica e o contexto do advento desse tipo de energia nos cenários internacional, nacional e local, para se entender as relações sociais que ocorreram com sua introdução na sociedade.

2.1 A ENERGIA ELÉTRICA

A energia em termos gerais pode ser caracterizada como uma propriedade que faz parte de um sistema. Ela pode assumir várias formas: potencial, mecânica, química, eletromagnética, elétrica, calorífica etc. Estas várias formas de energia podem ser transformadas umas nas outras. E no caso, específico da “energia elétrica”, que também pode ser definida por eletricidade, é o fenômeno que envolve cargas elétricas.

No conjunto das formas energéticas encontradas na natureza, a “[...] eletricidade se tornou uma das formas mais versáteis e convenientes de energia, passando a ser recurso indispensável e estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de muitos países e regiões” (ANEEL, 2002, p.3). Essa é, em parte, a visão propagada pela ideologia estatal, no Brasil, que tenta se impor pelos meios de comunicação de massa. Contudo, alguns estudos críticos contrapõem-se a esta, como se observa em Meinecke e Brasil (2004):

A abordagem com que tem atuado as empresas de distribuição de energia elétrica, no Brasil, e os projetos de governo que buscam a universalização de oferta de energia elétrica, desassociada de outras iniciativas de desenvolvimento, especialmente em áreas rurais e da Amazônia, ao invés de oferecer às comunidades um auxílio concreto para seu desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, normalmente tem-se constituído em mais uma fonte de despesa para as famílias – posto que a energia é utilizada essencialmente em atividades domésticas (iluminação, refrigeração e entretenimento (TV) e pouco em atividades geradoras de receita econômica (MEINECKE E BRASIL, 2004, p. 2303).

Os autores enfatizam, assim, que a energia elétrica, em termos sociais, pode representar um fenômeno de duas faces, pelo fato de tirar muitas pessoas de uma condição anterior considerada arcaica, para outra, onde nem sempre pode ser considerada melhor, especialmente pelo fato de surgirem mudanças na vida cotidiana que afetam o modo como as pessoas sobrevivem.

Muylaert, Simões e Rovere (2004, p. 2359) coadunam com pensamento semelhante ao afirmarem que “disponibilidade de energia acarreta aumento substancial de padrões de qualidade de vida se complementada pela aquisição de comodidades tais como água tratada, cuidados médicos, eletricidade com qualidade alta, entre outras”. Em síntese, ao se falar em energia elétrica em um estudo social, não se pode apenas falar de suas características físicas, mas de suas relações com a vida das pessoas em sociedade, os efeitos que sua criação, aperfeiçoamento e distribuição proporcionam.

2.2 A ENERGIA ELÉTRICA NO MUNDO

A energia elétrica assumiu papel de destaque no período em que os principais países da Europa iniciavam seu processo de industrialização. Nesse sentido, Guena (2007) informa que a energia elétrica vem ocupando papel fundamental na sociedade moderna, desde a revolução industrial, propiciando o crescimento das indústrias, do comércio, da agricultura e da vida social.

Em Marx (1996) a sociedade que surgia com a revolução industrial era a burguesa, que vivia sob certas condições materiais, precisava produzir e distribuir os produtos gerados na economia burguesa. Essa sociedade era caracterizada como produtora de mercadorias. E a energia elétrica foi um produto que acompanhou esse processo de modificação no modo de produção.

Na Inglaterra, como se verifica em Marx (1996, p. 169), as inovações tecnológicas repercutiram em mudanças no mundo do trabalho, como por exemplo, a partir da introdução do tear a vapor nos meios de produção, era necessário à época, apenas a “[...] metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido”. Assim, o trabalhador desse ramo precisava, de fato, para esse processo de transformação, do mesmo tempo de trabalho que antes, contudo, com o diferencial de que “[...] agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior”. É nesse aspecto que se direciona a análise nesta monografia, ou seja, ao se falar sobre “energia elétrica”, levanta-se sua dimensão relativa à vida social.

Nesse contexto, Trindade e Trindade³, reforçam que até a metade do século XIX, a Inglaterra era a única sociedade realmente industrializada. Assim, o uso da energia elétrica

³ TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. **As telecomunicações no Brasil: do segundo império até o regime militar.** Disponível em <<http://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social14.pdf>>. Acesso em 25 Ago. 2008.

começou a se delinear e a partir da década de 1850 quando pequenos geradores passaram a ser utilizados para iluminar casas e alguns trechos de ruas inglesas.

A introdução da energia elétrica na sociedade que se originou com a revolução industrial, foi marcada por alguns acontecimentos que mudaram os rumos da vida social européia. Dentre esses as contribuições de Michael Faraday⁴ (1791-1867) foram fundamentais para o prosseguimento dos estudos sobre a energia elétrica, especialmente por ter se dedicado aos campos da eletricidade e do magnetismo. Em 1831 o dínamo (gerador elétrico) de Faraday converteu energia mecânica em energia elétrica, isso permitiu, como explica Guena (2007, p. 3), “[...] a utilização inicialmente da energia elétrica em telégrafos e posteriormente em algumas máquinas”. Pode-se dizer que esse invento foi o embrião dos motores elétricos que conhecemos hoje em automóveis e eletrodomésticos.

A urbanização das cidades, necessitava de iluminação, e as pesquisas com a utilização da energia elétrica, se voltavam para esse fim. Em 1878, Edison, nos Estados Unidos da América (EUA) e Swan, no ano de 1879, na Inglaterra, inventaram a lâmpada. Isso favoreceu para que Nova York (EUA) fosse a primeira cidade a possuir iluminação alimentada por energia elétrica.

2.3 A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

A história da introdução da energia elétrica no Brasil remonta às ações iniciadas com o imperador D. Pedro II, que em 1879 concedeu a Thomas Alva Edison a autorização para começar trabalhos que visavam à utilização da eletricidade para iluminar determinados espaços públicos.

Em livro publicado pela Editora do Exército Brasileiro (1977, p. 53) a energia elétrica aparece como ato de pioneirismo do governo brasileiro, pois se desenvolvia em consonância com os acontecimentos internacionais: a construção da primeira central elétrica, em 1879, para o serviço público de distribuição de energia elétrica da cidade de Nova Iorque e a construção da primeira linha de transmissão a longa distância de energia elétrica na Alemanha em 1891.

Na dinâmica desse processo de utilização da energia elétrica, o governo imperial no Brasil, vinha se manifestando desde o ano de 1855 para construir uma estrada de ferro que visava promover, a partir da sede imperial, na cidade do Rio de Janeiro, uma completa

⁴ Físico e químico inglês.

integração do território brasileiro sobre trilhos, que ligaria o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Esse empreendimento ficou conhecido como a “Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II”, atualmente “Estrada de Ferro Central do Brasil”, que recebeu a primeira instalação de iluminação elétrica permanente.

Na cidade de Belém, como cita Lucarelli (2004, p. 58) “a riqueza criada pelo látex também contribuiu para uma reorganização do espaço urbano, sempre em função do mercado especializado da borracha”. Os resultados desse momento áureo foram representados por construções que caracterizavam o estilo de vida que se formava à época, como o Teatro da Paz, o Mercado Municipal do Ver-o-Peso, Palacete Bolonha, Palacete Pinho e a criação de uma linha de bondes elétricos, e também, a instalação de bancos. Em 1886 já estavam em funcionamento na cidade de Belém, quatro dessas instituições financeiras.

Em 1881 foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, pela Diretoria Geral dos Telégrafos, a primeira iluminação externa pública do país em trecho da atual Praça da República. Além disso, como enfatiza Magalhães (1995) no período que antecedeu a proclamação da República no Brasil, estavam em funcionamento cerca de dezenove mil quilômetros de linhas telegráficas. Sendo, a *Western and Brazilian Telegraph Company*, uma das principais responsáveis pelos serviços telegráficos nacionais.

O ano de 1883 marcou o período de entrada em operação da primeira usina hidrelétrica no país, localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, na cidade de Diamantina, Minas Gerais.

Em 5 de setembro de 1889 entrou em operação a primeira hidrelétrica de maior porte do Brasil e da América Latina, a *Usina de Marmelos-Zero*, da Companhia Mineira de Eletricidade, localizada em Juiz de Fora, também em Minas Gerais, pertencente ao industrial Bernardo Mascarenhas⁵. Nesse contexto, Croce (2006) comenta que esta usina começou a funcionar sete anos depois da primeira do mundo, a Hidrelétrica de Appleton, Wisconsin, nos Estados Unidos da América.

Esses empreendimentos se deram nos anos iniciais da República no Brasil quando sérios desequilíbrios políticos e econômicos foram verificados, Caio Prado Júnior⁶, assim refere tal momento

A mudança de regime, a agitação política, a desordem financeira, a impressão geral de anarquia que tudo isto provocava nos centros financeiros do exterior, determinam

⁵Bernardo Mascarenhas, que visava com a construção da hidrelétrica Marmelos-Zero, o abastecimento de suas indústrias de tecidos.

⁶Obra publicada inicialmente em 1945.

neles não somente a suspensão de remessas de novos capitais para o Brasil, mas ainda a liquidação apressada de todas suas disponibilidades. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 165)

Essa situação forçava o governo a pedir moratória para amenizar as dívidas com os credores externos e tentar controlar os gastos do tesouro público, bem como, desafogava o mercado de câmbio.

As medidas realizadas pelo poder central, desde então, permitiram, como explica Prado Júnior (2006), o fluxo de capital estrangeiro no Brasil. Além disso, deu-se início ao restabelecimento do equilíbrio das contas externas do país. Começava o aparelhamento material e certa mudança nos padrões de vida da sociedade brasileira, ou seja, eram instaladas grandes e grandes e modernos portos, redes ferroviárias, inauguração das primeiras usinas de produção de energia elétrica, que eram necessárias em face da pobreza que o país representava na exploração do carvão mineral. Nesse panorama, as principais cidades passaram por processos de remodelação, em particular o Rio de Janeiro, que foi modificado inteiramente.

A partir de 1892, novos fatos se sucederam sobre a questão da energia elétrica, isto é, essa “[...] passa a ser explorada industrialmente, com a implantação de pequenas indústrias nas proximidades dos locais onde houvesse quedas d’água e dos centros produtores de matérias-primas”⁷. Nesse contexto, a face industrial no Brasil começa a ganhar visibilidade, modificando a imagem que existia de um país, predominantemente, agrícola.

No ano de 1899 era criada em Toronto (Canadá) a *São Paulo Railway, Light and Power Empresa Cliente Ltd - SP RAILWAY*. Isso proporcionou, conforme se verifica em Prado Júnior (2006), que fosse colocada em funcionamento no ano de 1901, a primeira usina elétrica paulista, a *Usina de Parnahyba*, que era uma empresa internacional com capitais ingleses, belgas e franceses e sede em Toronto, Canadá, com um potencial de 8.000 HP. Essa usina localizava-se no rio Tietê, perto da então Vila do Parnahyba. Em 1949, a Usina de Parnahyba passa a denominar-se *Edgard de Souza*, em homenagem ao engenheiro brasileiro que assumiu a superintendência geral da Light em 1924 e chegou a diretoria da *Brazilian Traction Co*, com sede em Ontario, Canadá, em 1948.

É particularmente de notar o caso do maior truste que opera ainda hoje em tal setor: a *Brazilian Traction Light & Power Co. Ltd*. Organizou-se em 1904 no Canadá, com capitais internacionais, sobretudo ingleses. Foi-se estendendo aos poucos, e através de várias empresas filiadas e subsidiárias concentrou em suas mãos a maior parte

⁷ Trecho citado na publicação “Energia Elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à Eletrobrás)”, da Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1977, p. 55.

dos serviços públicos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de toda a região circunvizinha: luz e energia elétrica, transportes coletivos urbanos, telefone, gás, esgotos e água. Com a Light & Power vieram concorrer, em 1927, as Empresas Elétricas Brasileiras, filial da *American & Foreign Power* (que por seu turno é filial da *Electric Bond & Share*, o maior truste mundial de produção e distribuição de energia elétrica), que assegurarão o fornecimento de energia elétrica e serviços conexos no Nordeste, na Bahia, interior do Estado de São Paulo, parte de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (PRADO JUNIOR, 2006, p. 209-210)

Uma mistura de necessidade e oportunismo marca a entrada das empresas voltadas para o setor elétrico no Brasil, uma espécie de “cavalo de tróia” dos tempos modernos, que ofereciam seus serviços para o governo brasileiro. Mesmo as empresas que carregavam um nome genuinamente brasileiro, faziam parte de conglomerados internacionais que exploravam o setor elétrico.

Prado Júnior (2006) indica que outras operações contribuíram para as modificações urbanas, especialmente, da capital brasileira, a cidade do Rio de Janeiro. O capital financeiro entrava no Brasil para financiar empreendimentos industriais, sobretudo, em forma de empresas de serviços públicos relacionadas à construção de estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica. As intervenções na estrutura física da cidade tiveram, praticamente, participação do capital estrangeiro, ou em alguns casos, eram financiados por ele.

Todos esses acontecimentos marcaram a entrada das principais cidades brasileiras em uma era “moderna”, ou melhor, a chegada da modernidade, como Lucarelli (2004, p. 56), comenta, era compreendida como a “[...] expansão da riqueza, ampliando as possibilidades, caracteriza-se pelo avanço da tecnologia (Revolução Industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, pela urbanização e crescimento das cidades [...]”. Esse crescimento foi acompanhado por mudanças no comportamento público e privado das pessoas e pelo gosto pelos valores democráticos, onde as ruas eram transformadas em lugares em que as pessoas pudessem circular e exibir seu poder de riqueza.

No contexto da pesquisa histórica desenvolvida pelo *Centro de Memória da Eletricidade*, o período 1930 a 1970, foi caracterizado, conforme explica Brito (2003, p. 2), por progresso técnico e transformações na vida econômica e social, “[...] decorrentes do advento da eletricidade, relacionam-se, de início, com o avanço da própria indústria”. E com a difusão dos usos da eletricidade houve mudanças radicais nas estruturas produtivas, possibilitando o surgimento de uma nova configuração industrial, destacando-se sua importância na tecnologia da química leve e pesada, em processos fundamentais para o desenvolvimento dos ramos mais modernos e na metalurgia, com o emprego do forno elétrico.

O advento da energia elétrica na sociedade brasileira foi acompanhado por um processo de exclusão social, como observa Brito (2003, p. 5), ao dizer que “a extensão do uso da eletricidade foi progressiva e desigual”, porque o consumo estava diretamente limitado pela renda do usuário, tanto com respeito ao custo da energia em si, quanto porque seu uso pressupunha a aquisição dos aparelhos, o que correspondia a investimentos variáveis.

Brito (2003) ressalta que na segunda metade da década de 1920 o setor de energia elétrica no Brasil, assistiu ao processo de monopolização dos recursos e do atendimento por parte dos grupos estrangeiros atuantes no país, tendo sido parte das numerosas empresas de energia elétrica de capital nacional organizadas desde o final do século XIX que foram transferidas para o controle dos primeiros.

Na década de 30 as atividades ligadas à energia elétrica estavam claramente dominadas pelo Grupo Ligth, que se concentrava no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, e pelo Grupo Amford (*American and Foreign Power Company*) em diversas capitais estaduais e no interior de São Paulo (BRITO, 2003, p. 25). Assim, eram necessárias novas medidas para que esse setor fosse disseminado em favor da coletividade. Foi então, que em 1934, através de ato do Presidente Getúlio Vargas, se criou o *Código de Águas*, instrumento de gestão que visava assegurar ao poder público a possibilidade de controlar rigorosamente as concessionárias de energia elétrica.

As ações do governo Getúlio Vargas tinham farto caráter nacionalista e as medidas implementadas, tinham como escopo a regulamentação do setor de minas e energia elétrica. As ações governamentais pretendiam acompanhar as mudanças que estavam ocorrendo em nível mundial, como por exemplo, o aquecimento da indústria produtos voltados para um mercado de massa. E no Brasil, na década de 1930, ocorria uma explosão habitacional que trouxe

[...] a demanda não apenas de material de construção, mas de instalações elétricas e hidráulicas, aparelhos domésticos e mobiliários e toda uma gama de indústrias, sendo que algumas dessas, como as de engenharia e de energia elétrica, situavam-se entre as mais dinâmicas e tecnologicamente mais avançadas, mesmo considerando-se algumas limitações quanto à velocidade de expansão da demanda entre os consumidores domésticos (BRITO, 2006, p. 66-67).

Nesse sentido, na época do governo Getúlio Vargas, a política nacional voltava-se para a regulamentação do setor de energia elétrica. Dentre os destaques desse período o *Código de Águas* de 1934 introduz modificações substanciais na sistemática dos aproveitamentos hidrelétricos.

As modificações implementadas foram concentradas em: a) separação da propriedade das quedas d'água das terras em que se encontram, incorporando-as ao patrimônio da Nação; b) atribuição à União a competência de outorga de autorização e concessão para o aproveitamento da energia hidráulica para uso privado ou público; c) instituição da idéia de se pagar pelo serviço de fornecimento de energia, de lucro limitado e assegurado; d) nacionalização dos serviços, restringindo sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país.

No início dos anos de 1940, com a guerra na Europa, o Brasil enfrentou uma grave escassez de petróleo, crise que afetou o setor elétrico. Os principais motivos dessa crise foram: a) a política de contenção de investimentos; b) aumento da demanda por energia elétrica nos centros urbanos. Nesse período o governo divulgava ampla propaganda incentivando o racionamento de energia elétrica.

No período do pós-guerra os rumos econômicos do Brasil tomam novos rumos, especialmente com a política de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). Neste governo o setor de energia elétrica registrou a expansão do setor público estatal, constituído pelas empresas federais e estaduais atuantes nos segmentos de geração e distribuição desde a década de 1940. Nesse governo foi criado o Imposto Único de Energia Elétrica (IUEE) (BRITO, 2002).

Em 1960 como desdobramento da política desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek, conhecida como Plano de Metas foi criado o Ministério das Minas e Energia - MME.

Assim, no início da década de 1960, como afirma Brito (2003), o Brasil foi palco de um novo padrão almejado de consumo que ocorreu tanto como resultado da ação das empresas, via propaganda, em especial dos grandes conglomerados estrangeiros, quanto da própria diversificação econômica, e foi concomitantemente à penetração cultural norte-americana no país.

Durante a presidência de Jânio Quadros foi criada a **Eletrobrás**, constituída em 1962 pelo Presidente João Goulart para coordenar o setor brasileiro de energia elétrica. Desde então, como ressalta Brito (2003) foram inaugurados *shopping-center*, os usos e hábitos de higiene e limpeza pessoal e da casa, foram radicalmente alterados. Foi se formando uma indústria de eletrodoméstico no Brasil que “[...] passou a produzir ferros elétricos, chuveiros elétricos, liquidificadores, batedeiras de bolo, geladeiras, secadores de cabelo, máquinas de barbear, torradeiras de pão, máquina de lavar roupa e condicionadores de ar” (BRITO, 2003, p. 87). O quadro seguinte da energia elétrica no Brasil volta-se para a realidade amazônica, foco do próximo item.

2.4 A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA POLÍTICA ENERGÉTICA

O espaço amazônico foi foco de interesse dos governantes brasileiros a partir da década de 1960, especialmente, por sua composição energética diversificada. Em 1968 foi criado o Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia – ENERAM, para supervisionar os estudos hidroenergéticos relacionados à Região Amazônica.

Foi no contexto de projeção do Brasil no cenário internacional que a política deliberada promovida por um regime autoritário, socialmente excludente, comandado pelos militares, que se formou o maior empreendimento energético do país, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Os militares executaram um projeto geopolítico como estratégia para a modernização acelerada da sociedade e do território nacional, dentre os quais, figurava a Amazônia.

A concepção e implantação da usina de Tucuruí inserem-se no contexto histórico dos fins da década 60 ao início dos anos 80 marcado pela interação de um projeto nacional executado por uma vigorosa intervenção estatal, com a disponibilidade de créditos internacionais a baixos juros.

A comissão Mundial de Barragens (1999) enfatiza que a Usina de Tucuruí, constituiu, em si, um grande projeto para suprir energia para os grandes projetos de produção de alumínio e estimular a industrialização regional, bem como para articular ligações regionais e produzir energia para abastecer o país em escala nacional.

Em 1973, como resultado dos estudos do ENERAM, foi criada as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE. Nesse contexto, soma-se o primeiro choque do petróleo (1973) que modificou a estratégia governamental, no sentido de torna-la mais diversificada e de cunho econômico crescente, configurando a Amazônia como grande fronteira de recursos (BECKER, 1997).

O estudo clássico de Caio Prado Júnior já trazia em seu bojo um “olhar” sobre a Amazônia do século XX e o modelo de desenvolvimento pensado pelas elites governantes. Dizia que “a Amazônia ficará na pura colheita; e por isso vegetará, assistindo impotente ao arrebatamento de suas maiores riquezas naturais por concorrentes melhor aparelhadas” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 75).

No ano de 1984 entrou em operação a Usina Hidrelétrica Tucuruí, da **Eletronorte**, primeira hidrelétrica de grande porte construída na Amazônia.

Concluída a primeira parte do sistema de transmissão Norte-Nordeste, permitindo a transferência de energia da bacia amazônica para a região Nordeste, entrou em operação a Usina Hidrelétrica Itaipu, maior hidrelétrica do mundo com 12.600 MW de capacidade instalada .

O caso da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, instalada na microrregião paraense de Marabá, é um exemplo importante desse modo de atuação estatal, pois como cita Magalhães (1986) esse projeto visava atender

As demandas energéticas dos complexos minero-metarlúrgicos de Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte) para extração de bauxita e sua transformação; da Alumínio Brasileiro S.A. (Albras), transformação de alumina em alumínio metálico; e da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), para tocar o Projeto Ferro Carajás, além do Programa Grande Carajás (MAGALHÃES, 1986, p. 35)

A evidente relação entre geração de energia elétrica e capitalismo é observada nos bastidores da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pois como reforça Ribeiro (1992, p. 203) a atuação do Estado com a criação do Programa Grande Carajás, “[...] previa a exploração florestal e agropecuária, mas sobretudo a exportação de matérias-primas não manufaturadas, a exemplo do modelo primário-exportador tradicional na economia brasileira”. E para a viabilização desse Programa, destaca Ribeiro (1992, p. 203), o Estado passa a implantar a partir de 1978, grandes obras de infra-estrutura:

- a *Estrada de Ferro Carajás-São Luís- Itaqui*;
- os *portos marítimos* de escoamento da produção de São Luís e Ponta Madeira e o porto fluvial de Barcarena, próximo a Belém;
- a *Hidrelétrica de Tucuruí*, no rio Tocantins.

A partir de então, a energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí passou a ser consumida, em sua maior parte, pela metalurgia do alumínio, o que demonstra no período, o menosprezo pelas populações que poderiam ser beneficiadas pelo acesso à energia elétrica via extensão de linhas de transmissão.

Os resultados que sobraram com a Usina de Tucuruí ficaram marcados na natureza e nas pessoas do local, o curso do rio Tocantins e o preenchimento do reservatório submergiram não só a floresta, mas também parte de território indígenas, populações rurais e núcleos urbanos, inclusive alguns núcleos espontâneos recentemente criados ao longo da rodovia Transamazônica. O deslocamento e reassentamento de populações nativas e de migrantes,

somados aos impactos ambientais, resultaram em intensos conflitos que, na década de oitenta organizaram suas demandas em movimentos sociais com ampla repercussão na sociedade regional e nacional⁸.

A dinâmica de intervenção estatal na Amazônia mostra o que Ianni (1963, 1981, 2000, 2004) explora em suas análises, ou seja, o forte comprometimento do Estado brasileiro com o capital, que possui uma tradição autoritária, no qual predominam o pensamento e a prática que privilegiam a missão “civilizatória” do Estado na sociedade, bem como, do entendimento do alargamento do poder econômico do Estado e sua implicação na expansão do poder Executivo.

Em 1986 entrou em operação o sistema de transmissão Sul-Sudeste, o mais extenso da América do Sul, transportando energia elétrica da Usina Hidrelétrica Itaipu até a região Sudeste.

Em 1997 foi constituído o novo órgão regulador do setor de energia elétrica sob a denominação de Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A trajetória da construção do sistema de energia elétrica no Brasil, como um todo, e na Amazônia em particular, reflete o que Castro (2001, p. 18) revela em seus estudos, ou seja, a Amazônia de hoje, “[...] com suas contradições crescentes, refletem as políticas públicas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo tempo o crescimento econômico e as desigualdades sociais”, em épocas passadas e que se perduram no presente.

Atualmente, o setor elétrico brasileiro vem passando por um processo de reestruturação e modificações no quadro institucional, financeiro, regulatório etc. existem um processo de privatização das concessionárias estaduais e federais de energia elétrica. Nesse novo contexto, segundo a ANEEL (2002, p. 101) “[...] as atribuições do Estado concentram-se essencialmente na formulação de políticas energéticas para o setor e na regulação de suas atividades, incluindo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica”.

O Ministério de Minas e Energia (MME) é responsável pela elaboração de políticas e diretrizes para o setor energético auxiliado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A regulamentação e a fiscalização das referidas atividades, incluindo a operação do sistema interligado (função do Operador Nacional do Sistema Elétrico- ONS), são atribuições da ANEEL. A figura 2 possibilita a visão geral do percentual de domicílios com energia elétrica no Brasil.

⁸ Informações contidas no relatório da Comissão Mundial de Barragens (1999).

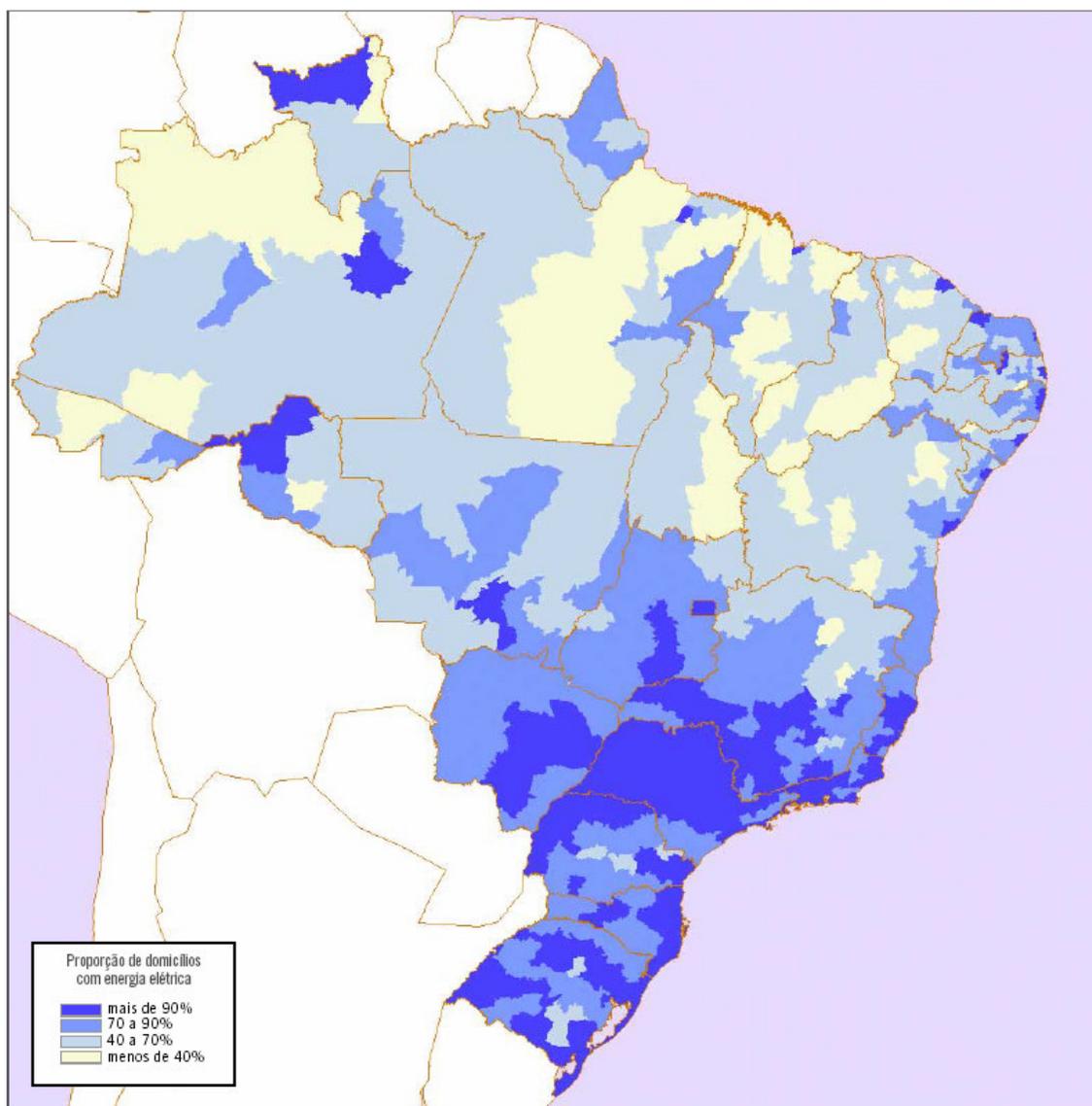


Figura 2 - Taxa de eletrificação residencial – proporção de domicílios eletrificados – 1991.
Fonte: ANEEL, 2002, p. 117.

A figura revela que no Estado do Pará uma vasta faixa possui menos de 40% dos domicílios com eletrificação residencial. É uma faixa próxima da Usina de Tucuruí em Marabá. Segundo a ANEEL (2002) a taxa de eletrificação rural no Brasil, por unidade da federação tem nos Estados do Pará, Acre, Amapá e Roraima, a situação mais crítica, com índices de atendimento que variam de 15% a 23%. Os melhores índices são verificados em Santa Catarina, Distrito Federal, Espírito Santo e São Paulo. O gráfico 1 indica essas disparidades, onde o Pará se destaca em último lugar.

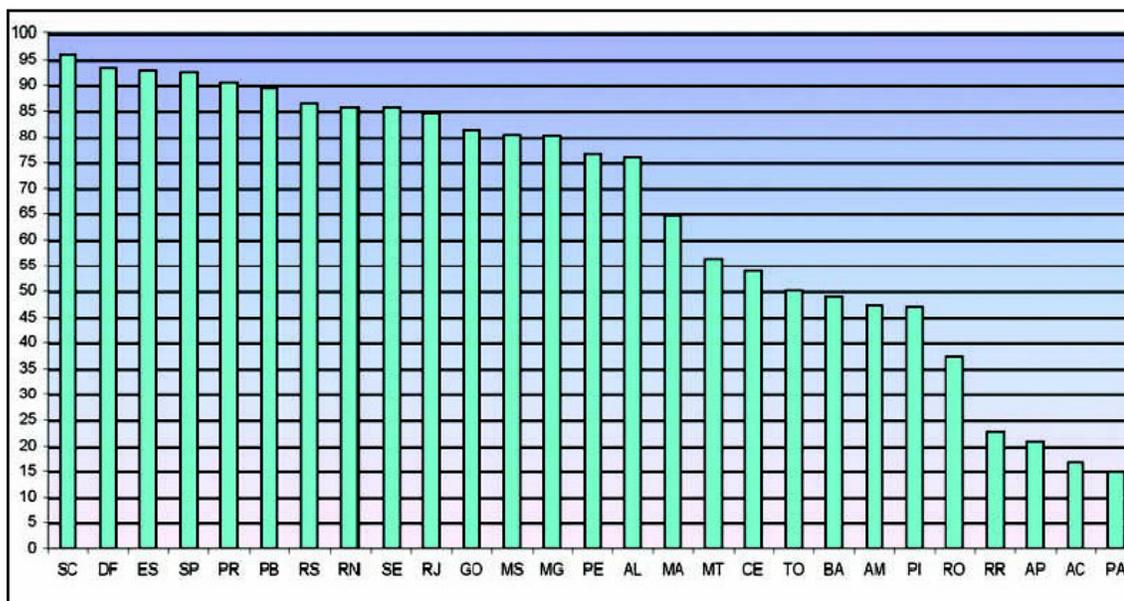


Gráfico 1 - Taxa de eletrificação rural no Brasil, por unidade da federação – dados de 1999 (%)
 Fonte: ANEEL, 2002, p. 119.

A situação do Estado do Pará no cenário nacional é preocupante, necessitando de políticas públicas mais eficazes voltadas para o atendimento da demanda que está sem energia elétrica no meio rural.

A energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí visou atender clientes industriais, tais como, ALUMAR, localizada em São Luis, MA com demanda média de 662 MW para a produção de lingotes de alumínio; ALBRAS, em Barcarena, PA com demanda média de 625 MW para a produção de lingotes de alumínio; ALUNORTE, em Barcarena, demanda média de 160 MW para beneficiamento de bauxita; Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Carajás, PA com demanda média de 31 MW para extração de minério de ferro e manganês; Camargo Correa Metais (CCM), localizada em Breu Branco, PA com demanda média de 16 MW para produção de silício metálico.

Enfim, a preocupação com o abastecimento de residências de grande parte da população nunca foi a preocupação dos idealizadores do projeto de Tucuruí.

O capítulo seguinte analisa o caso de uma realidade específica atingida por uma política pública federal de universalização da energia elétrica em áreas rurais no contexto rural amazônico.

3 O MUNICÍPIO DE BUJARU/PA NO CONTEXTO DO PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

O presente capítulo contextualiza o município de Bujaru, no Estado do Pará – Brasil, retomando sua história, suas características demográficas, sociais e econômicas. Esses aspectos assumirão sentido na relação com o contexto do Programa Luz Para Todos do governo federal que faz parte do conjunto de ações desenvolvidas pela política nacional de acesso à energia elétrica no Brasil desde 2004.

3.1 O MUNICÍPIO DE BUJARU

O município de Bujaru foi criado em 1758, sendo inicialmente habitado por famílias oriundas do nordeste brasileiro.

Em 1938 passou a integrar o Município de Capim e, em 30 de dezembro de 1943, através do Decreto Lei n°. 4.505 foi elevado à condição de município, com uma área territorial de 1.810 km² (atualmente essa área é de 994, 60 Km²), distando de Belém 83 km em linha reta, a divisão administrativa comporta dois Distritos: Bujaru (sede) e Guajará-Açú⁹.

Na sede encontram-se a urbanização está mais visível, com um porto onde uma balsa (foto 3) que atravessa o rio Guamá saindo do município de Santa Izabel para Bujaru, além de um posto de gasolina, um espaço para os feirantes, caixas eletrônicos de bancos públicos e privados, escolas de ensino fundamental e médio. Em relação aos transportes existe uma área bastante conturbada, onde as pessoas esperam os ônibus que parte para a zona rural.

O município de Bujaru pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém e à Microrregião de Castanhal. As coordenadas geográficas da sede são: 01° 30’ 54” de latitude Sul e 48° 02’ 30” de longitude a Oeste de Greenwich.

Em documento lançado em 2007 pelo Governo do Pará¹⁰, algumas informações indicam que a denominação “Bujaru” adveio do principal rio que atravessa o município, o rio Bujaru, que na língua indígena significa “boca de cobra”.

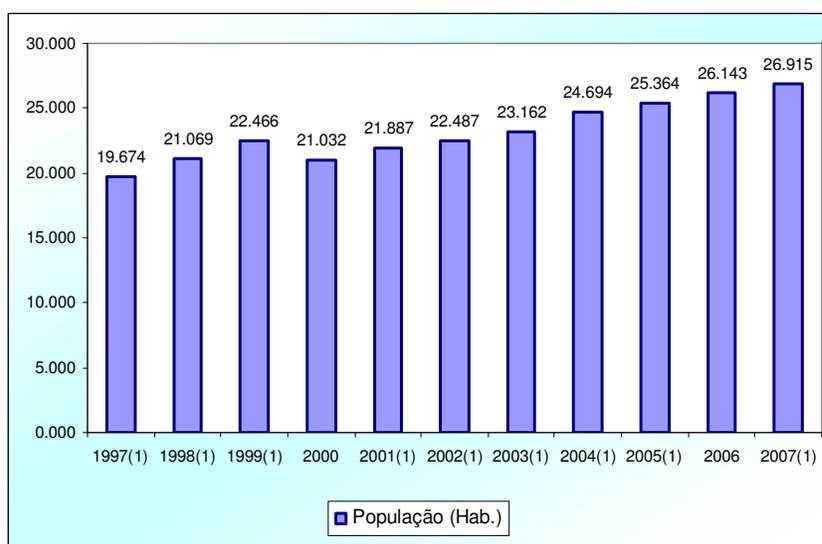
⁹ As informações citadas foram extraídas de dois documentos: 1) Plano Anual de Trabalho do Município de Bujaru do ano de 1980, elaborado pelo Governo do Estado do Pará e 2) Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar elaborado pelo IDESP sobre a Zona Guajarina no ano de 1968. Ambos agregam informações sistemáticas sobre o município de Bujaru e da Zona Guajarina como um todo.

¹⁰ PARÁ. **Estatísticas Municipais. Bujaru**. Secretaria Especial de Gestão. Governo do Pará, 2007, p. 6.



**Foto 3 – Trapiche de chegada da balsa ao município de Bujaru/PA.
Fonte: José Miranda, julho de 2008.**

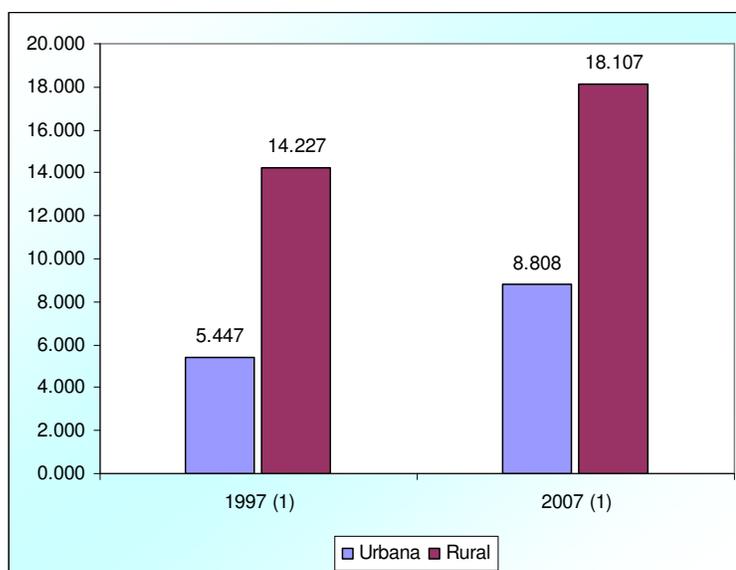
Para demonstrar as características da população do município foi montado a partir dos dados do IBGE, o gráfico 2, com o recorte de uma década de evolução populacional.



**Gráfico 2 – Dados sobre a evolução da população em uma década no município de Bujaru/PA.
(1) População estimada
Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IBGE..**

Os dados apresentados quando relacionados com a área que é de 994,60 km² indicam que a densidade demográfica em 1997 era de 19,69 hab./km². Em 2007 essa densidade passou para 27,06 hab./km². A informação descrita permite inferir que o município possui uma baixa densidade populacional, em meio a grandes extensões de terras, com vegetação abundante espalhada em seu interior.

Para efeito de comparação foi confeccionado o gráfico 3 que demonstra o crescimento da população urbana e rural no município nos anos de 1997 e 2007. No município, como se constata pelo gráfico, a maioria da população ainda vive no campo. O que indica, pelo tempo de fundação do município (mesmo período da descoberta da energia elétrica nos Estados Unidos da América), que grande parte das pessoas vive um tempo diferente e está distante da instituição “Estado”, convivendo com a “escassez de políticas públicas”, citada nos trabalhos escritos por Fábio Wanderley Reis (2000).



**Gráfico 3 – População urbana e rural nos anos de 1997 e 2007 no município de Bujaru/PA
(1) População estimada.**

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IBGE.

Os dados revelam que 62,95% da população vivem na área rural e atua em atividades voltadas para a agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca¹¹. Esse percentual foi típico da configuração demográfica do Brasil nos anos de 1950 a 1960.

¹¹ Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

O “Índice de Desenvolvimento Humano – IDH”¹², também, fornece um indicativo das caracterizações do espaço social. No gráfico 4, a série histórica apresentada demonstra que o IDH médio do município de Bujaru até o ano de 2000 era de **0.659**. Esse valor revela um olhar crítico sobre a realidade presenciada em campo, pois apesar do dado apontar para um relativo desenvolvimento humano, o que se verifica são condições de penúria e miséria no local. Em relação ao IDH-Brasil que em 2007 atingiu 0,800, e ao IDH da Região Amazônica com pontuação de 0,705, bem como, a do Estado do Pará que em 2000 era de 0,723, o município apresenta um desenvolvimento humano lento¹³.

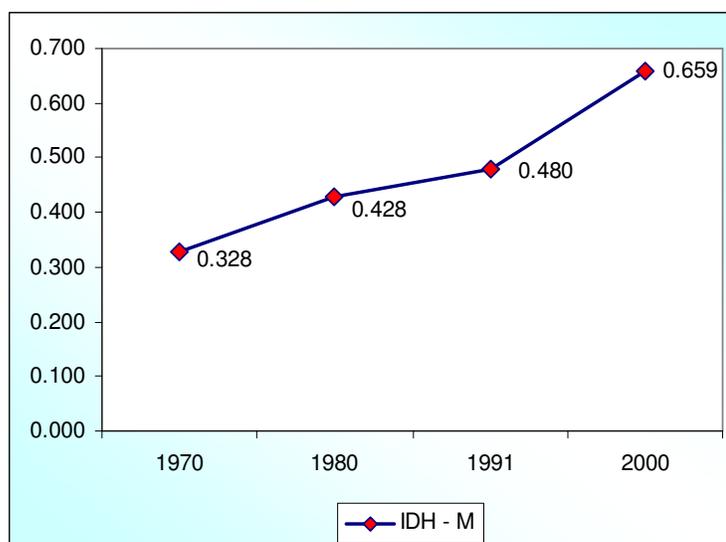


Gráfico 4 – IDH –Médio do município de Bujaru/PA, período de 1970 a 2000.
Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IBGE.

Em relação à discussão da qualidade de vida vale ressaltar que esse é um ponto polêmico, pelo fato de que os critérios para medir o IDH de uma região, nem sempre podem ser seguidos como parâmetros em certas localidades rurais da Amazônia.

¹² O IDH é um índice que mensura o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; os que apresentam índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são consideradas de desenvolvimento humano alto.

¹³ Dados pesquisados nos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponíveis no site: www.pnud.org.br

3.2 A CONTEMPORANEIDADE DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS EM BUJARU

O município de Bujaru, no contexto geopolítico do governo estadual, pertence a “Região de Integração do Rio Capim”. Em janeiro de 2009 foi lançada a sétima etapa do programa no município, sendo atendida a Vila Santa Maria, localizada a 28 km da sede. Nesta Vila houve uma solenidade de inauguração com a presença de autoridades políticas, tais como, a governadora Ana Júlia Carepa, a prefeita de Bujarú, Maria Antônia da Silva Costa, o deputado federal Beto Faro e o deputado estadual Carlos Bordalo (ver foto 4).



Foto 4 – Inauguração das obras do Programa “Luz Para Todos” na Vila Santa Maria em Bujaru.

Fonte: Agência Pará, jan. 2009.

O governo do estado do Pará, em parceria com o Governo federal, através do programa Luz para Todos, indicou que 1.514 casas já ganharam energia elétrica em Bujaru. Uma ação que atinge diretamente 7.570 pessoas, com investimentos de R\$ 5,5 milhões.

O representante da Eletronorte, Ivonaldo Nascimento, presente na inauguração do programa em Santa Maria, divulgou que o Pará já recebeu um bilhão de reais de investimentos do Luz para Todos, desde o início dele, em 2004.

Em Vila de São Sebastião não houve presença de autoridades renomadas, o programa chegou em 2005, sem muito clamor público e foi se instalando paulatinamente. E as percepções das pessoas desse vilarejo são mostradas no capítulo 5, mas que tem forte associação com o capítulo 4 que aborda o conceito de mudança social na literatura sociológica.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E ENERGIA ELÉTRICA

3.3.1 O programa “luz para todos” enquanto política pública

O Censo Demográfico de 2000 indica que cerca de 11 milhões (5,5% de uma população de aproximadamente 200 milhões) de brasileiros vivem sem acesso à eletricidade e a maioria deste contingente está disperso em áreas rurais e isoladas. Esse fato faz com que as concessionárias de energia, em geral, não se interessem pela prestação do serviço, especialmente pela dificuldade de prolongamento da rede existente a custos suportáveis e de forma tecnicamente adequada.

Em Borges (2007, p. 26) a inserção da energia elétrica enquanto política pública deveria, a priori, proporcionar “[...] o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”, em decorrência disso, o desenvolvimento socioeconômico se vincularia diretamente ao setor elétrico, “[...] na medida em que a eletricidade é o insumo básico para o melhoramento de outros fatores essenciais como saúde, educação, alimentação, água e saneamento”. Essa é a ideologia que se propaga por parte do Estado, mas a realidade empírica mostra que, geralmente, as políticas públicas efetivadas são desarticuladas de ações conjuntas para o bem coletivo.

Essa lógica é explicada nos estudos de Ianni (2004, p. 107), ao comentar que não se pode negar “[...] que as vinculações do Brasil com o sistema econômico mundial, ao mesmo tempo em que provocavam a evasão de excedente econômico, possibilitavam e produziam uma sociedade de classes no Brasil”. Assim, o “bem coletivo”, quase sempre é relegado a um plano inferior na atuação estatal.

O *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica*, foi criado pelo Governo federal, regulamentado pelo Decreto n.º. 4.873 de 11 de novembro de 2003, com objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas do meio rural até 2008. A coordenação desse programa ficou a cargo do Ministério de Minas e Energia (MME) com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. Em termos comparativos o programa pretendeu atender uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal. Uma das metas do programa é a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões. O Governo federal ficou incumbido de destinar R\$ 9,1 bilhões para o desenvolvimento do Programa e o restante seria partilhado entre governos estaduais e concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação

rural. A fonte dos recursos federais é oriunda dos fundos setoriais de energia, no caso, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

As informações contidas no *site* do Ministério de Minas e Energia¹⁴ do Governo Federal, relativas ao mapa da exclusão elétrica no Brasil, revelam que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e famílias de baixa renda. Portanto, cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. A partir dessa constatação, as ações do Governo Federal com o Programa “Luz para Todos” visam utilizar a energia elétrica como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

No discurso oficial, a chegada da energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Nesse ponto, volta-se para o que foi discutido no tópico anterior, ou seja, quando se pensa em política pública, não se pode excluir outras esferas da ação governamental que estejam atreladas à área específica que será atingida, caso contrário, a ineficácia da política será praticamente certa. É uma espécie de dependência de dimensões como representamos na figura 3 a seguir.

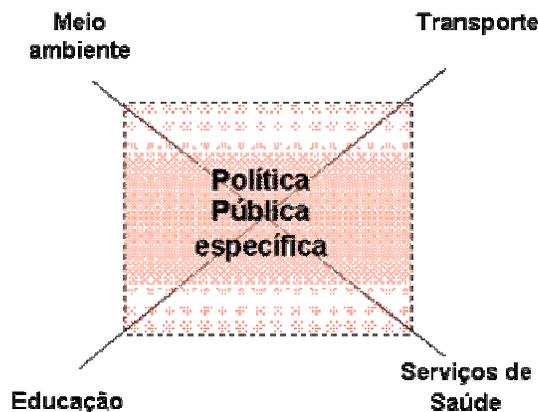


Figura 3 – relação de interdependência entre as dimensões em torno de uma política pública.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2008.

A figura anterior ilustra o que se quer dizer sobre a interdependência de várias dimensões ao se pensar em uma política pública específica, como no caso do acesso a energia elétrica. Ou seja, a implementação de certa política pública, se não for pensada, acompanhada,

¹⁴ www.mme.gov.br (Acesso em 22/08/2008).

e realizada em consonância com outras esferas da vida social, ficará sujeita a limitações de seus resultados.

Nesse contexto, Becker (1997) explica que ao longo da implantação da estratégia governamental para modernização da Amazônia, não se configurou onipotente, devido ao fato de que a realidade não se desenvolve conforme o plano governamental. Isso se explica, devido aos interesses e confrontos dos atores sociais privados e públicos expressos em uma territorialidade específica, que interferem na estratégia governamental. A estratégia, nesse ponto, “[...] tenta afetar, influenciar ou controlar ações através, do controle sobre uma área específica, a territorialidade estabelece limites à ação do Estado”.

No caso do Programa Luz Para Todos enquanto política pública do poder central na Amazônia, a energia elétrica passa por barreiras estaduais, que são configuradas por reuniões “inter-governamentais burocráticas”, onde planos de ações são traçados, mais a lentidão destes na realidade empírica extrapola o ano dos mandatos políticos e a população espera...espera por melhorias em suas vidas. A energia elétrica dentro de uma política pública não difere muito das políticas voltadas para a saúde e educação no país, que estão fadadas a *lobbies* institucionais nas tomadas de decisões e se inserem em contextos de acordos políticos. Mas, disso tudo, alguma coisa muda quando algo novo chega. No caso de São Sebastião essa inquietação foi perene. A teoria sociológica ao longo de sua história ensina que as intervenções oriundas das esferas políticas e econômicas em forma de ações no real, provocaram mudanças na vida social. Esse é o tema do próximo capítulo.

O próximo capítulo apresenta a discussão sobre os três principais conceitos trabalhados na dissertação: mudança social, tradição e modernidade. Esses permeiam toda a análise desenvolvida e são retomados em alguns momentos para enfatizar correlações, sem pretensões deterministas.

4 A MUDANÇA SOCIAL ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO DA SOCIOLOGIA

Neste capítulo trata-se de explicitar as matrizes do conceito de mudança social no campo da sociologia, no sentido de explorar os estudos clássicos que seguiram essa abordagem. Faz-se, também, a referência à antinomia tradição/modernidade, buscando refletir sobre os princípios que fundamentam as discussões sobre esses elementos.

4.1 A MUDANÇA SOCIAL NA SOCIOLOGIA

O fundamento explicativo “mudança social” encontra ressonâncias, tanto na Sociologia clássica, quanto na contemporânea. Muitas teorias sociológicas se guiaram por esse fundamento para justificar a realidade em que as pessoas viviam. Para Boudon (1979, 1984, 1985) é preciso que as pessoas entendam que as teorias têm status de modelo, mesmo que sejam interpretadas como leis, em especial, por seus fundadores. Os modelos criados não devem ser tratados de modo realista, e sim considerados enquanto instrumentos conceituais suscetíveis de aumentar nossa compressão da mudança social.

No século XIX o conjunto de transformações que vieram com a Revolução Industrial impulsionou inúmeras produções sociológicas, tendo como foco as mudanças sociais advindas do processo industrial. Nesse período o princípio que fundamentava as discussões era o *evolucionismo*. Desse modo, como explica Valade (1995, p. 337), para o caso da teoria marxista, havia uma ambição intelectual em “[...] reduzir as formas de mudança a uma expressão única capaz de explicar encadeamentos de ‘fases’, de ‘estágios’ ou de ‘estados’”, isso foi acompanhado pelo desejo de “[...] imputar a dinâmica social a um fator determinante; nesse aspecto, é sabido o poder causal de que estão investidas as ‘forças de produção’ na teoria marxista” (VALADE, 1995, p. 337).

Os princípios do *evolucionismo* e do *funcionalismo* formaram gerações de seguidores que buscavam explicações para as mudanças na sociedade. Augusto Comte propôs no século XIX uma teoria do progresso, pautada na lei dos três estados (teológico, metafísico e positivo), cujos elementos fundamentais para a mudança social eram as idéias e as opiniões. Spencer na obra *Primeiros princípios* [1862], também, se preocupou em lançar uma lei geral da evolução, dizendo que o homogêneo indefinido e incoerente se transforma em uma heterogeneidade definida e coerente, cujo volume (aumento) da sociedade e sua intensa densidade acabam por originar mudanças sociais.

O princípio *funcionalista*, conforme explica Valade (1995, p. 344), considerava “[...] qualquer sociedade como uma estrutura estável, composta por elementos, perfeitamente integrados, que possuem uma função específica, e que concorrem em seu conjunto para o funcionamento equilibrado do sistema”. Dentre os estudiosos que se pautaram no fundamento funcionalista estão Malinovski, Redfield e Radcliffe-Brown. Nas abordagens que empregam o princípio funcionalista a mudança social ocorreria por modificação interna de equilíbrio, de ruptura e por transformação das estruturas ou evolução lenta do sistema.

As teorias da mudança social em geral se estruturam em dois pilares de sustentação, caracterizados por explicações por causas *endógenas* e *exógenas*. No primeiro caso, tem-se o exemplo da teoria marxista que enfatiza as contradições inerentes ao sistema capitalista como responsáveis pela mudança social. No segundo, por exemplo, podem-se citar interferências culturais (exógenas) em uma determinada sociedade e que provocam mudanças sociais em seu conjunto interno, como as teses calvinistas que influenciaram o comportamento dos protestantes, estudo trabalhado por Weber (2001).

Valade (1995) comenta que as teorias sobre a mudança social contêm uma idéia de história, que na maior parte dos casos, acaba contrapondo as antinomias *sociedade tradicional* e *sociedade industrial*. Assim, os estudos acabam por ressaltar explicações da transformação, seja na sua forma linear ou cíclica, no papel dos conflitos (entre classes sociais), nos processos de difusão ou no sentido geral da evolução, e por último os resultados engendram, ora a homogeneização, ora a diferenciação da matéria social. Essa dupla representação estereotipada ressoa em outros pares antitéticos – imobilismo e mudança, estrutura e história, por exemplo – que buscam tornar transparente o opaco e tornar simples o que é complexo.

A industrialização do século XIX, segundo Valade (1995), provocou um sentimento de ruptura, que foi interpretado de diversos modos pelos intelectuais da época. Os estudos enfocavam os termos *antes* e *depois* da Revolução Industrial, aspirações explicativas ganhavam força em alas ideológicas contra-revolucionárias por um lado, e progressistas por outro, a percepção e a representação da mudança, acabaram dando lugar a formulações teóricas, mais ou menos elaboradas, assim “[...] todos os registros da análise sociológica; são freqüentemente apoiadas por considerações históricas e visões prospectivas que permitem traçar uma evolução geral” (VALADE, 1995, p. 339). É nesse contexto que alguns estudiosos como Émile Durkheim (1978), Karl Marx (1982) e Max Weber (2003) que foram contemporâneos do final do século XIX e início do XX se debruçaram nas mudanças sociais que foram proporcionadas com os novos rumos da industrialização mundial. Em seguida, apresentam-se as abordagens que esses autores realizaram sobre o assunto.

4.2 DURKHEIM: A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A concepção de mudança social presente na obra de Durkheim (1978) relaciona algumas variáveis: a) o aumento da população, b) a condensação da massa social, c) o progresso da divisão social do trabalho. As questões centrais deferidas por Durkheim buscavam responder questões relativas à mudança social, tais como, quais os elementos que vinculam os indivíduos? Como são controlados pela sociedade? Como as crenças e sentimentos coletivos são inculcados? Como eles entram em processos de mudanças sociais? E de que modo essas os afetam? E como outros aspectos da vida coletiva os afetam? Como as mudanças são mantidas e reforçadas? Ou como eles resistem às mudanças sociais?

Para Durkheim (1978) as mudanças sociais fazem parte de uma lógica de fluxo contínuo que segue uma “evolução”, reconhece que nas áreas rurais, a tradição perdura, pelo fato de que as novas gerações mantêm os procedimentos habituais, levantando obstáculos às mudanças que chegam. Já no ambiente citadino, as mudanças sociais são representadas pelo “progresso”, pois nas cidades surgem idéias, modos, costumes e necessidades novas, que se expandem para os demais espaços dos países. Assim, a mudança ocorre por consequência ou por imitação. No cenário citadino, tudo que vem do passado passa a ser suspeito, quanto às inovações ganham ar de prestígio, os comportamentos voltam-se para uma dinâmica e perceptiva futura. Nesse contexto de mudança a vida se transforma com uma extraordinária rapidez: crenças, gostos, paixões estão em perpétua evolução.

A sociedade vai se tornando cada vez mais complexa, as relações sociais assumem formas distintas. As mudanças sociais originam-se por fatores exógenos, como por exemplo, o caso do “crime”, estudado por Durkheim (1978) que se torna mutante no tempo e espaço, mas mantém o caráter de atingir a consciência coletiva de uma sociedade de forma a exigir a punição dos culpados por atos criminosos.

Lukes (1977) ressalta que o “fato social” em Durkheim significava fenômenos ou fatores ou forças e eram realidades exteriores aos indivíduos, por isso, provocam mudanças nos comportamentos e hábitos. Na sociologia durkheimiana a mudança social é explicada por elementos endógenos, tais como, os fatos sociais que são inculcados na consciência individual até atingir a consciência coletiva.

Uma última observação é lançada por Valade (1995) ao dizer que nas explicações durkheimianas aparece constantemente um apelo aos fatores demográficos, técnicos e

econômicos na evolução social, além de que essa forma de entender a realidade é impregnada de uma filosofia da história e orientada freqüentemente por juízos de valor.

4.3 KARL MARX E A MUDANÇA NA SUPERESTRUTURA

No século XIX, Karl Marx (1982) interpreta o Estado como instrumento de dominação de classe, colocando os meios de produção a serviço desta. E que o desenvolvimento da indústria européia no século XIX trouxe o enriquecimento das classes dominantes e o empobrecimento dos grupos subalternos. A universalização do discurso particular das classes dominantes foi fundamental para a obtenção do consentimento dos grupos excluídos econômica, social e politicamente os quais acreditam estar diante de um projeto de desenvolvimento coletivo, de tal modo que as relações se apresentavam de forma fetichizadas (MARX, 2001).

Na concepção de Marx (1983) as mudanças sociais são percebidas nas convulsões sociais ao nível das forças de produção do capitalismo. Isso era representado pela tese de que a mudança na base econômica da sociedade arruinaria rapidamente toda a imensa superestrutura. O motor da história eram os conflitos e os antagonismos existentes entre as classes sociais.

A sociedade é estudada a partir de sua base material, caracterizada pela estrutura econômica e que determina os demais níveis da vida coletiva, como o político e ideológico. Em suma, na teoria marxista o fator principal de mudança social é o *conflito*.

4.4 MAX WEBER E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO: MUDANÇAS DE ATITUDES

Escrevendo em pleno século XIX, Weber (2003) valeu-se de vários procedimentos metodológicos para explicar a mudança social que vinha ocorrendo no comportamento entre os protestantes alemães. Por exemplo, pesquisou as “estatísticas ocupacionais” da Alemanha, fonte que possibilitou a compreensão de correlações existentes entre “ocupação” e “origem religiosa”, enfocando os católicos e protestantes alemães. Desse procedimento algumas conclusões foram tiradas, dentre as quais a constatação de que “[...] os líderes comerciais e detentores do capital, assim como da mão-de-obra altamente qualificada, sobretudo de pessoal

técnica e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes” (WEBER, 2003, p. 19).

Apesar dessa constatação a partir dos dados estatísticos, pelo que se observa em Weber (2003), o cientista necessita ir mais além na investigação, foi o que ele realizou em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, indagando-se sobre a seguinte problemática: por que as regiões de maior desenvolvimento econômico foram, ao mesmo tempo, particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja? A resposta para essa questão aparentemente seria fácil, mas para se afastar do senso comum, o autor recomenda que o cientista não deva agir por essa via, pois Weber (2003, p. 19) comenta que “a resposta não é tão simples como se poderia pensar”.

Em termos metodológicos a preocupação levantada por Weber (2003) indica uma “relação” entre pesquisador e objeto, no sentido de que se esse último for captado na sua simplicidade, o risco de se cair no senso comum é muito grande, mas ao contrário, se temos consciência da complexidade do que estamos estudando e das limitações impostas pela realidade ao olhar científico teremos um desafio a ser enfrentando.

Dessa forma, ao constatar que os católicos alemães estavam mais voltados para atividades artesanais, tornando-se muitas vezes mestres-artesãos, enquanto os protestantes eram atraídos pelo trabalho na fábrica, onde geralmente preenchiam os altos escalões superiores da mão-de-obra especializada e das posições administrativas, Weber (2003, p. 21) procura enfatizar que essa *diferenciação de atitudes*, “[...] deve ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas, e não apenas em suas temporárias situações externas na história e na política”, ou seja, temos que entender as **causas endógenas da mudança social**.

Além da busca para seus argumentos nas fontes estatísticas, Weber (2003) nos ensina que o diálogo com outros pensadores reforça o argumento científico, como se pode observar no trecho seguinte:

Um autor contemporâneo tentou equacionar a diferença das duas atitudes para com a vida econômica da seguinte maneira: “o católico é mais tranqüilo, tem menos impulso aquisitivo; prefere a vida mais segura possível, mesmo que isto implique um ganho menor, a uma vida arriscada e cheia de excitação, mesmo que essa vida torne possível a obtenção de honrarias e riquezas. Isso é comprovado de maneira irônica pelo provérbio: “ou coma bem, ou durma bem”. No presente caso, o protestante prefere comer bem, e o católico dormir sem ser perturbado”. (WEBER, 2003, p. 22)

A sagacidade de Weber (2003) neste ponto nos mostra que ele estava ciente de que outras pessoas, também, já haviam notado a diferença de conduta entre os católicos e protestantes, implicando no afastamento da idéia de pioneirismo no assunto.

A análise é ampliada quando Weber (2003) indica que dentre as denominações que o protestantismo obteve nos países da Europa, o calvinismo foi o que mais se sobressaiu para a elevação e desenvolvimento do espírito do capitalismo. As razões para tal dinamismo são encontradas nas fundamentações religiosas que as seitas calvinistas davam para a relação da vida mundana com o *ethos* religioso.

O dinamismo com que o protestante se relacionava com o mundo comercial, na concepção de Weber (2003), através do “trabalho duro”, do “progresso”, ou qualquer outro nome que possa receber a atitude protestante, não tem ligação com a alegria de viver do utilitarismo, ou com qualquer entendimento via explicação iluminista.

Após ter esclarecido alguns pontos sobre a diferenciação de conduta entre as atitudes do protestante e do católico, Weber (2003, p. 24) fala que muitas relações são possíveis no estudo, mas que elas precisam ser “[...] tão claramente quanto for possível, o que percebemos de maneira confusa, levando em consideração a inexaurível diversidade encontrada, em todo material histórico”. Para tanto, deve-se deixar de lado os conceitos vagos e gerais, e “[...] tentar penetrar nas características peculiares e nas diferenças entre aqueles grandes mundos de pensamento religioso que existiram historicamente nos vários ramos do Cristianismo”.

O “espírito do capitalismo” foi o conceito trabalhado por Weber (2003, p. 25), mas ele alerta que “[...] se puder ser encontrado algum objeto ao qual este termo possa ser aplicado com algum significado compreensível, ele apenas poderá ser uma unidade histórica”. É nesse ponto que queremos chegar, porque uma unidade histórica na explicação de weberiana seria “[...] um conjunto de elementos associados na realidade histórica, que unimos em um todo conceitual do ponto de vista de seu significado cultural” (WEBER, 2003, p. 25).

No estudo de um fenômeno social, o atributo da “regressão causal” é um imperativo válido para se pensar nas conexões e relações que o objetivo investigado assume no seu percurso histórico, mas que sempre será caracterizado como algo limitado, que representaria apenas um aspecto parcial da realidade empírica.

A ciência social que Weber (1992) expõe é uma ciência da realidade, que procura entender na realidade ao nosso redor em que vivemos e atuamos; aquilo que é específico, por um lado, as conexões e a significação cultural das nossas diversas manifestações na sua configuração atual, e por outro, as causas pelas quais ela se desenvolveu historicamente de uma forma e não de outra.

4.5 PONTOS DE INTERFACES

Nesse tópico fazem-se breves “pontos de interfaces” entre o que foi apresentado anteriormente, com objetivo de esclarecer alguns posicionamentos.

Os estudos de Florestan Fernandes (1979), sobre as mudanças sociais no Brasil agrário, se referem às populações rurais despossuídas e pobres que sofrem o desenvolvimento capitalista como uma espécie de hecatombe social. Esse desenvolvimento não possibilita para essas populações vias de combate à marginalização, ao desemprego e à miséria, através de técnicas de classificação social, de competição ou de conflito que são inerentes ao regime capitalista e reconhecidamente legítimas dentro da ordem legal e política, que ele institucionaliza.

Assim, o conceito de “mudança social” é utilizado em Fernandes (1979) nas dimensões macro e micro. No primeiro caso, qualquer mudança que objetive a coletividade se insere em um contexto político e econômico, onde as forças capitalistas exercem forte pressão para que as peças do jogo fiquem a seu gosto. Por outro lado, as resistências às mudanças são comuns.

Fernandes (1979) indica que o conceito de mudança social encontrou largo uso desde o aparecimento da sociologia, perpassando pela crítica ao organicismo e ao evolucionismo, bem como, a noção de progresso e desenvolvimento. Logo, para o autor a noção de “mudança social” é mais genérica, aplicando-se a quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço. Em suma, para Fernandes (1979, p. 319) “o investigador se limita à determinação do significado dinâmico das alterações no âmbito do sistema social concreto considerado”.

Ampliando a discussão, têm-se as reflexões de Lago (1995), sobre o conceito de mudança social, ao explicar que nos estudos sobre essa temática é necessário focar algumas questões: Quais são as causas da mudança social? As mudanças da sociedade são espontâneas, causais ou intencionais? O autor continua sua orientação teórica dizendo que ao se fazer o esforço de ultrapassar as leis deterministas do evolucionismo, a sociologia contemporânea tem buscado os fatores que geram as mudanças com mais eficiência do que tem estabelecido uma teoria geral da mudança social. Em relação à segunda questão, o autor comenta que os três níveis causais intervêm no processo de mudança social, mas acabam se definindo em nível das ações humanas, mesmo que não tenham resultados idênticos às intenções dos agentes envolvidos.

Lago (1995) comenta que para grande parte dos cientistas sociais, entender a mudança social está relacionado ao anseio por um mundo melhor, mas o assunto é difícil, porque explicar movimentos, principalmente no campo das Ciências Humanas, é penetrar no complexo problema epistemológico da causalidade.

Schneider e Schimitt (1998, p. 26) comentam que Durkheim, “[...] direciona seus esforços na busca da relação lógica existente entre complexos de condições que, em contextos histórico-sociais específicos, encontram-se associadas à gênese e ao desenvolvimento de um determinado processo”. A posição de Weber (1992), para esses autores, desconsidera a atribuição efeito-causa, presente nas obras durkheimianas, destacando que é fundamental se buscar a origem e o desenvolvimento dos fenômenos sociais em contextos determinados e ocasionados por diversos fatores. Desse modo, entende-se que, diferentemente de Durkheim, Weber (1992) discorda da relação causa-efeito, embora tenha buscado interpretar os fenômenos sociais através de fatores internos e externos a sociedade estudada.

Outro posicionamento diz respeito a Marx (1980) e Durkheim (1978) que em seus modos distintos de explicar a realidade, teriam concordado que a industrialização capitalista resultaria na substituição dos laços sociais tradicionais por formas racionalizadas e impessoais de identificação e pertencimento, enraizadas em relações mercantis e ideais cívicos cada vez mais abstratos.

O uso do método comparativo encontrado em Durkheim (1985, 2000) e Weber (1992) trouxeram grandes contribuições às pesquisas nas ciências sociais, contudo, vale ressaltar que a busca por explicar os fenômenos sociais por meio de causas e efeitos pode limitar o entendimento da realidade, pois se corre o risco de excluírem-se aspectos que oferecem maior complexidade e contradições. Além disso, a negação pelas origens dos fenômenos sociais como recurso para se explicar o presente pode também levar a uma leitura da realidade de modo simplificado.

Pode-se falar ainda de uma abordagem macrossociológica para explicar as mudanças sociais ocorridas na sociedade, onde as análises de Parsons (1951, 1960) são tidas como referenciais. Esse autor argumenta que as mudanças operam por diferenciação de subsistemas, sejam eles culturais ou políticos, pela emancipação da economia e da tecnologia que se constituem como esferas autônomas. Esses processos são marcados por desequilíbrios e adaptações, desenhando uma evolução geral que se vão encadear o crescimento, a diferenciação e a interação.

A linha teórica parsoniana, segundo explica Valade (195), é marcada por um raciocínio que vê na modernidade e no processo de industrialização, a desestruturação do

papel gregário das famílias. Posição questionada por Boudon (1985), ao lembrar que se pode citar alguns contra-exemplo as teses de Parsons, como o caso dos Estados Unidos da América, onde a industrialização não desgastou as famílias, pelo contrário, fez com que se reforçassem e no outro extremo do planeta, tem-se o Japão, onde as famílias foram o *locus* do próprio processo de modernização.

Valade (1995) comenta que é possível se fazer o mesmo tipo de crítica a tese de Comte, que vislumbrava o declínio da espiritualidade na sociedade moderna, com a inevitável laicização provocada pela industrialização. Além disso, os estudos de Weber (1920-1921) provam que a influência das seitas protestantes nos Estados Unidos, ao contrário do que afirmava o senso comum, foi possível ocorrer um processo de modernização com consolidação das religiões.

Essas reflexões direcionam a discussão para a temática *tradição/modernidade*, posto que o presente estudo trafega por esse referencial teórico. A abordagem é polêmica no campo da sociologia, por isso, dar-se-á pistas de nosso ponto de vista sobre essa questão, que será resolvida nas considerações finais.

4.6 A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

As palavras *tradição* e *modernidade* surgem na literatura sociológica, tanto em estudos clássicos, mesmo que de forma implícita e nos contemporâneos, onde são expostas. Esses conceitos podem criar uma ilusão conceitual estática o que em muitos casos resultam em modelos teóricos que “[...] mantêm pontos de contato, mais ou menos nítidos, com o esquema evolucionista e com idéia de um desenvolvimento linear, que se coadunam com um determinismo mais ou menos acentuado” (VALADE, 1995, p. 346).

Posturas como às de Pélissier (1966), Pouillon (1990) *apud* Valade (1995) demonstram a fraqueza da antinomia *tradição/modernidade* que são em suas perspectivas teóricas pouco fundamentadas para explicar a realidade social e suas mudanças.

Pélissier (1966) desenvolveu um estudo clássico sobre os camponeses do Senegal, onde destacava que as práticas ditas tradicionais, adquiriram força e se expandiram, viraram “inovações”. Em Pouillon (1990) tem-se o exemplo dos Peul do Ferlo senegalês, que ao reagirem às agressões externas que a “revolução das sondagens” e a “revolução das forragens”, seguiram lógicas singulares, cuja alternativa *tradição/modernidade* só explica de forma medíocre. Nesse segundo exemplo, relata Valade (199, p. 346), os Peul alteraram radicalmente o seu sistema de traslado, reorganizaram a gestão dos rebanhos, mesmo não

verificando os efeitos sobre as estruturas sociais, “[...] corrigiram os desequilíbrios em cadeia provocados pela intervenção externa, ajustando de forma original uma ordem socioeconômica secular e tirando partido, em *suas estratégias*, de forças que os ultrapassam” (Grifo do autor).

A mudança social é realizada, segundo Valade (1995) a partir do reconhecimento da diversidade de configurações da complexidade dos processos sociais, o que leva, sobretudo,

[...] que se parta da análise de fenômenos isolados, que se verificam em sistemas de interação restritos, para compreender os principais tipos de mudança. Essa atitude não implica, por conseguinte, a renúncia a uma explicação dos processos macrossociológicos; considera-se apenas que estes resultam da agregação dos comportamentos dos protagonistas sociais, cujas estratégias múltiplas estão na base da indeterminação objetiva do sistema social (VALADE, 1995, p. 368).

Sendo assim, se reconhece que nem tudo pode ser explicado por situações de classes, nem de abordagens globalizantes, muito menos por esquemas teóricos rígidos que identificam apenas grupos dominantes e grupos dominados sem dar margem para grupos intermediários.

Uma análise contemporânea, mas não menos importante é a de Anthony Giddens (1997), sobre a tradição e a modernidade. Na visão desse autor, houve certa colaboração entre modernidade e tradição nas primeiras fases do desenvolvimento social moderno. As grandes tradições “[...] foram, acima de tudo, associadas à racionalização da religião, processo que dependia da existência de estruturas. Neste caso, a racionalização não foi hostil à tradição [...]” (GIDDENS, 1997, p. 114).

Foi somente com a consolidação do Estado-nação e a generalização da democracia durante os séculos XIX e XX que a tradição existente, especialmente, as comunidades locais, começou efetivamente a se fragmentar. Esse processo foi fortalecido, segundo Giddens (1997), pela reflexividade institucional que se formou e passou a ser considerada a principal inimiga da tradição.

Esquemáticamente Giddens (1997) resume as interconexões existentes entre tradição e modernidade em cinco argumentos:

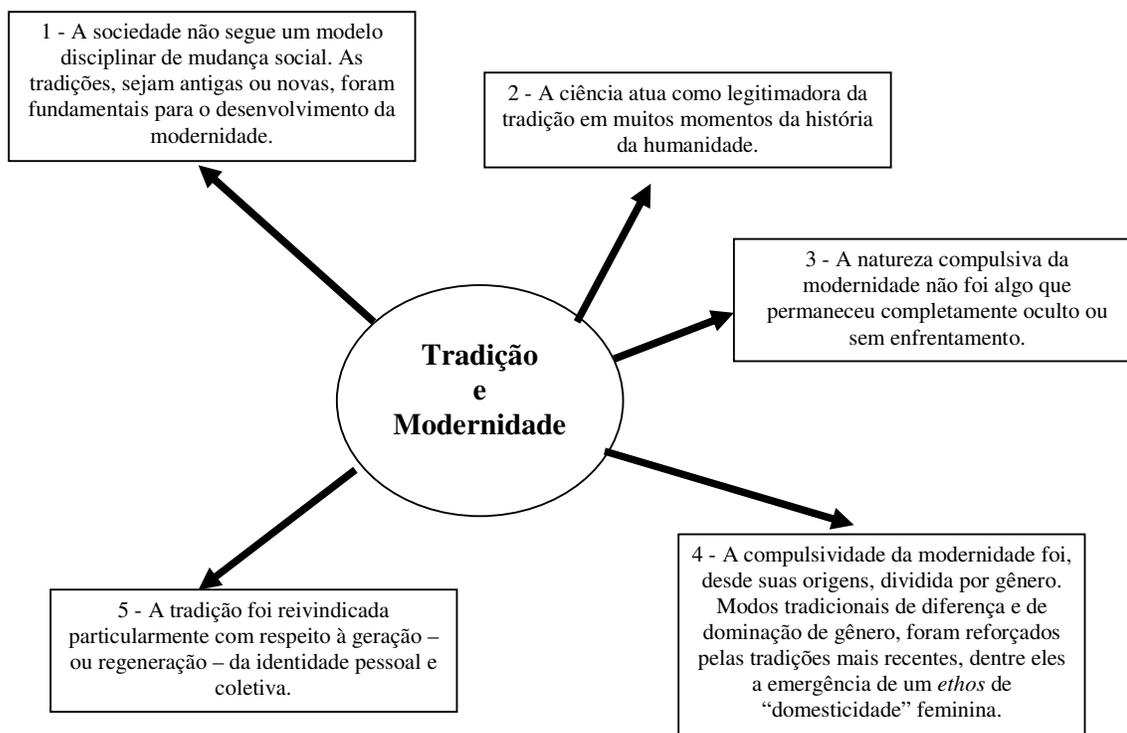


Figura 4 – Tradição e Modernidade em Giddens.

Fonte: Elaboração própria, a partir de leituras sobre a temática da modernidade em Giddens, 2009.

A mudança social em Giddens (1997) e Beck (1997) é explicada pela chamada “modernização reflexiva”, que é entendida como um estágio em que vive a humanidade. Esse é caracterizado por um constante processo de (auto) destruição, onde o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica.

Nesse sentido, explica Giddens (1997, p. 118), a “modernização reflexiva” é marcada por processos concomitantes da globalização e da busca de contextos de ação mais tradicionais, o que altera o equilíbrio entre tradição e modernidade. A globalização está associada à questão do “aqui”, isso afeta os aspectos mais íntimos das vidas das pessoas, ou se relaciona com elas de forma dialética. Como exemplo, dessas tendências Giddens (1997) cometa que a *intimidade*, como se conhece hoje é fruto de influências globalizadoras. A *tradição*, na concepção giddensiana diz respeito à organização de tempo e, portanto, também do espaço.

Enquanto a tradição controla o espaço e o tempo mediante seu controle de tempo, com a globalização o que acontece é outra coisa. A globalização é, essencialmente, a

“ação à distância”; a ausência predomina sobre a presença, não na sedimentação do tempo, mas graças à reestruturação do espaço (GIDDENS, 1997, p. 118).

Esses argumentos nos remetem para a discussão levantada por Eric Hobsbawn (1984), ao falar que a tradição pode ser inventada. A “tradição inventada” é entendida como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas, ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Nessa concepção, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.

No cerne do debate, Giddens (1997) faz uma crítica sobre o ponto de vista de Hobsbawn (1984), ao dizer que a “tradição inventada” que à primeira vista parece quase uma contradição nos termos, e se destina a ser provocativa, submete-se a exame, e acaba se transformando em uma tautologia., porque todas as tradições são tradições inventadas e definir a autenticidade de uma tradição é algo problemático e complexo.

A discussão sobre as abordagens que analisam a mudança nas sociedades ainda se presta ao campo da *antropologia* e da *filosofia política*. No primeiro caso, como explica Valades (1995) a mudança aparece como um logro, a sociedade está sujeita a reprodução e a produção, é um sistema de diferenças mais ou menos bem recebidas e toleradas. A subversão do sistema ocorre quando essas diferenças são vistas como injustas, iníquas ou escandalosas. Mas, esse é apenas deslocado de seu papel principal; a diferenciação é restabelecida, mesmo que sob outra forma, e o desejo relançado.

Na perspectiva da filosofia política, a mudança social tem que ser colocada enquanto uma questão de gestão. A ação política segue três orientações: a) o conservadorismo; b) o reformismo; c) a revolução. Para Valades (1995) o aparente paradoxo que residem em se adotar uma dessas orientações está no fato de que os que optam pela segunda são geralmente vítimas do processo que desencadearam, ou seja, do excessivo para uns, deficiente para outros, as possibilidades de ações vão de um extremo a outro.

A breve discussão levantada até aqui procurou apontar as dimensões teóricas que envolvem o conceito de “mudança social” e verificar se os elementos exógenos e endógenos

citados contribuem para a construção de uma teoria geral da mudança. A leitura realizada em Valade (1995) promoveu elucidações sobre o termo, e suas críticas pensadas na antinomia *tradição/modernidade*, mas também deixou margem para dúvidas e uma porta aberta para novos “pontos de interface”, da discussão levantada. Esse autor explica que o que muda numa sociedade, o ritmo da mudança, os fatores que contribuem para sua evolução, o sentido das transformações que se processam aí não podem ser formulados por uma lei, nem explicados por uma teoria de âmbito universal. A crença em *causas* de caráter determinantes e em *estruturas* fundamentais resulta de um preconceito determinista, que vem servindo apenas para corroborar a razão em seu poder de domínio conceitual e previsibilidade.

O princípio da *causalidade* é remanescente da racionalidade ocidental originada com o processo de construção da ciência moderna. Esse assume três percepções distintas, como destaca Matallo Júnior (1889): a) relação acidental entre fenômenos diferentes (típico do senso comum); b) relação invariante e mecânica entre eventos diferentes (dado um evento A, ocorre sempre um evento B); c) relação invariante, necessária e determinada entre eventos diferentes (a relação dos eventos A e B são determinadas, sabe-se como, quando e quantos fenômenos podem ocorrer).

A racionalidade fundada com o nascimento da ciência moderna promoveu grandes mudanças sociais na vida das pessoas, foi responsável por novos modos de pensar, agir e de comportamentos. Novos modos e percepções de vida passaram a vigorar, esferas relativas a vivência das pessoas se modificaram, como a arte, a arquitetura, a moda, a culinária, a cultura, a política e a economia. Seus reflexos são sentidos até hoje e não param de influenciar o cotidiano e o conhecimento em geral.

Esta racionalidade permeou os ambientes administrativos, cuja burocracia é a grande “marionete”. As políticas que partem de estruturas burocráticas visam atingir populações com suas “metas”, muitas dessas são desconfiguradas ao longo do processo, outras se dissipam antes de chegar aos seus beneficiários. Para saber como a racionalidade do Programa Luz Para Todos chegou à Vila de São Sebastião vejamos os resultados de pesquisa de campo realizada com esse propósito no próximo capítulo.

5 ÁGUA GELADA, ANTENAS, TELEFONES MÓVEIS

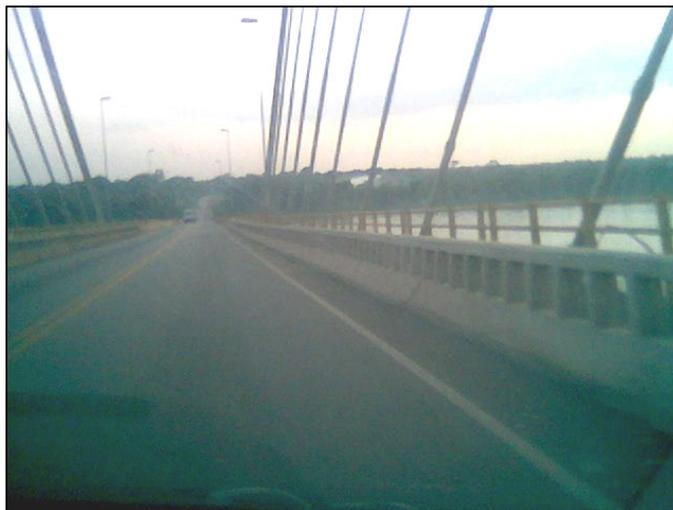
Os resultados descritos e analisados neste capítulo são frutos de pesquisa de campo iniciada em julho de 2008, na área que compreende a Vila de São Sebastião, no Distrito de Guajará-Açú, no município de Bujaru. Foram entrevistadas 17 famílias que receberam energia elétrica pelo Programa Luz Para Todos do Governo Federal. As residências visitadas se caracterizavam por longas distâncias entre si, o que dificultou, até certo ponto, o acesso às mesmas e o prolongamento dessa etapa de campo por mais dois meses (agosto e setembro).

5.1 O ACESSO AO CAMPO DE PESQUISA

O acesso ao campo de pesquisa ocorreu, inicialmente, pela única rota naquele momento conhecida que dá acesso à Vila, saindo da cidade de Belém, percorrendo cerca de uma hora de automóvel até se chegar ao município de Santa Izabel, onde se dirige mais uma hora até se alcançar o Porto da Balsa, cuja balsa leva em torno de vinte minutos para atravessar o rio Guamá, até chegar em Bujaru. Nesse município tem-se que adentrar na rodovia estadual PA-140, até o km 26 da mesma. Isso leva cerca de 40 minutos. Entrando no ramal que fica no Km 23, começam os entraves para quem vai de automóvel, devido a estrada não ser asfaltada, cheia de buracos, lama, aclives e declives, o que prolonga a chegada à Vila de São Sebastião por cerca de 40 minutos. A soma total em horas para se chegar ao local chega a 4 horas.

Optou-se por condução própria pelo fato de que o transporte público (ônibus) à localidade ocorre apenas uma vez ao dia, saído de Belém às 8:00h e chegando no local por volta das 14:00. O ônibus que faz a rota Belém-Vila de São Sebastião circula em condições precárias. Ao chegar a São Sebastião às 14:00h o ônibus fica estacionado próximo do campo de futebol, saído às 5:00 da manhã quando vai cheio de estudantes que frequentam cursos de ensino fundamental e médio em Bujaru.

Em um dos momentos de retorno à Belém, os moradores me ensinaram outra rota de saída e entrada à Vila. Isso ocorreu em um dos momentos de retorno à capital, onde um grupo de 3 (três) pessoas queriam ir à Belém, no ensejo, ofereci “carona” a eles. Eles foram indicando o caminho da “Alça - Viária” (ver foto 5), desconhecido para mim. Por esse novo caminho, enfrenta-se um trajeto de aproximadamente 1:30h em estrada sem asfalto, mas que chega ao Km 25 Alça - Viária que dá acesso à BR 316, esses 25 Km são percorridos em 30 minutos.



**Foto 5 – Vista da Alça - Viária que atravessa o rio Guamá e dá acesso à Vila de São Sebastião.
Fonte: José Miranda, set. 2008.**

Em síntese, pela rota tradicional leva-se cerca de quatro horas para se chegar na Vila de São Sebastião, enquanto que pela rota aprendida com os moradores gasta-se apenas duas horas, sendo uma rota bastante econômica, mas que se torna mais perigosa, devido a parte sem asfalto também possuir muitos buracos e lombadas improvisadas, o que tem facilitado os assaltos aos condutores de automóveis que circulam por essa via. Por fim, o pesquisador avaliando as duas rotas ficou com a primeira (a tradicional) por questões de segurança.

5.2 A DINÂMICA DA COLETA DE DADOS

Como já dito, a estratégia de ação para a coleta de dados foi planejada com intuito de facilitar a aproximação com os moradores (as). O primeiro passo foi estabelecer um ponto de referência para se alugar que fosse adequado para os deslocamentos mais curtos. Resolvido o problema do alojamento. O segundo passo foi ganhar a confiança de um guia local, que contribuiu para se chegar às residências sem o risco de se perder mata adentro. O terceiro passo foi se municiar de formulários e partir para as entrevistas com as pessoas que receberam energia elétrica em suas residências.

Ao chegar às residências quase sempre encontrávamos apenas mulheres e filhos (as), devido os homens da casa terem saído para o “retiro”, local onde se produz farinha de mandioca. Eles saem de madrugada para essa atividade. E em alguns casos eram as mulheres que estavam ausentes, por exercerem alguma atividade na área central da Vila ou por

trabalharem na sede do município de Bujaru. Havia a preocupação com a representatividade e que precisava ser resolvida para que não ocorresse uma pesquisa só com pessoas do sexo masculino, ou somente do feminino, tendo em vista que a opinião de ambos seria importante.

Assim, algumas modificações no planejamento de pesquisa foram feitas. As primeiras entrevistas realizadas em julho de 2008 foram realizadas durante os dias de semana (segunda-feira a sexta-feira). Mas, como se encontravam apenas as mulheres nas residências muda-se a estratégia para os fins de semana (Sábado e Domingo). A nova estratégia surtiu efeito, pois dessa vez pôde-se contar com os chefes de famílias na amostra da pesquisa, além de suas companheiras, seus filhos (as), ou seja, teve-se contato com a família toda.

5.3 CARACTERIZANDO A AMOSTRA E OS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa trabalhou com uma amostra não-probabilística, como foi explicado na parte metodológica desta monografia. Assim, os dados obtidos puderam ser agrupados em gráficos que foram gerados a partir do quantitativo de 17 (dezessete) formulários, o que equivale a 17 casas de um total de 30, ou seja, 57% das residências do lugar serviram de amostra. Lembrando que essa quantidade foi viabilizada dentro do tempo pertinente para a pesquisa. Algumas residências ficaram de fora por encontrarem-se fechadas. E em alguns casos, as residências que se encontravam abertas, estavam sem moradores em seu interior, costume ainda mantido mesmo com a chegada da energia elétrica no cotidiano de alguns moradores.

Foram entrevistados homens e mulheres, cujos critérios se resumiam em serem os líderes familiares. As famílias vivem em casas, na sua totalidade de madeira, são poucas as que são construídas em alvenarias. Normalmente, as famílias possuem muitos filhos, que são inseridos nas atividades produtivas locais, como o plantio de culturas agrícolas, especialmente, na plantação de mandioca.

Algumas famílias modificaram sua rotina diária com a chegada da energia elétrica, filhos se casaram e construíram casas nos fundos do quintal dos pais, porque foi possível “fazer” um prolongamento do fio de energia elétrica para além da residência que recebeu a ligação da REDECELPA, aumentando o campo iluminado durante a noite. Na foto 6 tem-se uma família que recebeu instalação elétrica com duas filhas (nas pontas esquerda e direita) que saíram da casa dos pais para morar com seus companheiros em casas próprias.



Foto 6 – Família beneficiada com energia elétrica.
Fonte: José Miranda, set. 2008.

O perfil dos entrevistados foi caracterizado da seguinte forma, a maioria do sexo masculino (59%) e uma quantidade de 41% do sexo feminino. O gráfico 5 indica essa distribuição.

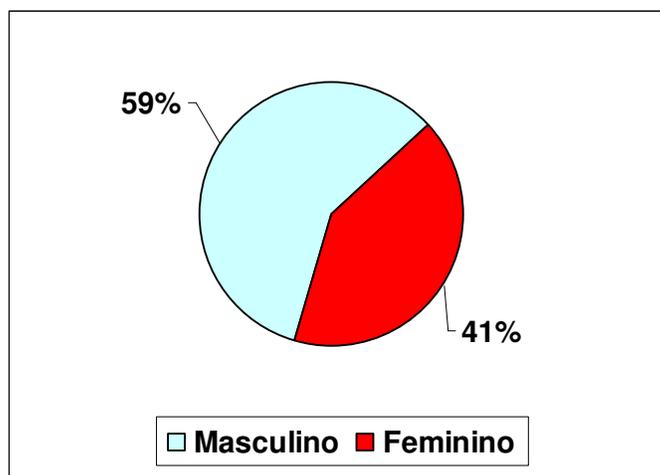


Gráfico 5 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por sexo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

A **média** de idade dos homens entrevistados foi de 40 anos, enquanto das mulheres ficou em 39 anos, o que demonstra pouca diferença em termos de idade das pessoas que contribuíram com a pesquisa. A **mediana** de idade foi 33 anos, e a **moda** ficou em 27, ou seja, a idade que mais se repetiu entre os dados.

A configuração em termos de idade demonstrou que as pessoas entrevistadas são de gerações diferentes, mas que todas viveram anos na fase sem energia elétrica em São Sebastião, algumas delas em um tempo bem remoto, outras um pouco mais recentes, mas o certo é que a linha temporal marcada pelas idades possibilitou uma compreensão importante da realidade estudada.

Em relação ao estado civil, foram elencadas sete alternativas de respostas: 1) Solteiro; 2) Casado; 3) Divorciado; 4) Separado; 5) Viúvo; 6) Vive junto; 7) Outros. Dessas alternativas, apenas as condições “divorciado” e “viúvo” não obtiveram quantificação, ou seja, ninguém se encontra nessas situações. Portanto, o gráfico 6 gerado, refere-se apenas as alternativas que tiveram quantificação, como se observa a seguir.

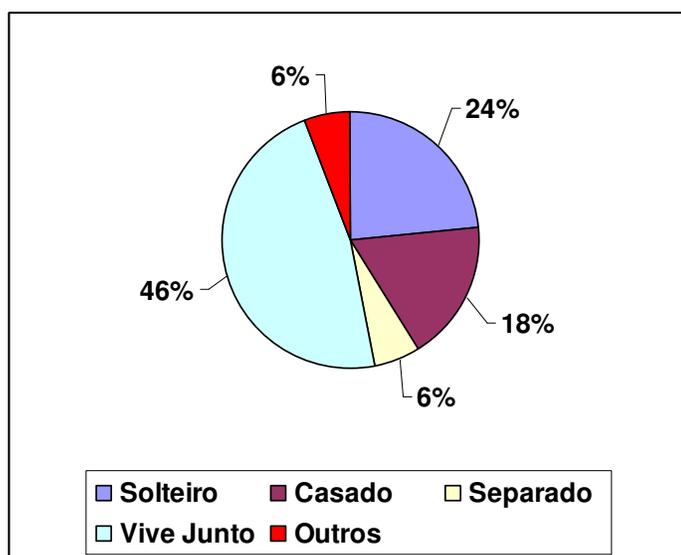


Gráfico 6 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por estado civil.
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os dados indicam que o estado civil mais comum em São Sebastião é o “viver junto”. Isso reforça a idéia de que nos interiores as pessoas se conhecem, namoram, passam a

“viver junto” com o (a) companheira (o). O número de casados é bem reduzido 3 (18%), quanto o número de solteiros entrevistados chega a 4 (24%). A informante que respondeu a opção “outros” comentou que sua situação é considerada no local do tipo “amasiada”, termo utilizado para quem foi sendo conduzida à condição de esposa pelo companheiro, sem que sejam e fato casados.

A questão da escolaridade foi abordada no sentido de se descobrir as condições educacionais em que se encontram as pessoas entrevistadas. O quadro inicial foi montado com as seguintes opções:

- a) Sem escolarização;
- b) Nível Fundamental incompleto;
- c) Nível Fundamental completo;
- d) Nível Médio incompleto;
- e) Nível Médio completo;
- f) Nível Superior Incompleto;
- g) Nível Superior completo;
- h) Pós-graduação.

Os resultados se concentraram em apenas três alternativas: **1)** Nível Fundamental incompleto; **2)** Nível Fundamental completo; **3)** Nível Médio completo. Antes de se passar para os resultados gráficos desta variável, ressalta-se um dado alarmante, isto é, constata-se que devido à falta de infra-estrutura voltada para a educação no próprio lugar onde as pessoas residem, acaba por refletir na baixa escolaridade ou na falta de continuidade dos estudos. Esse agravante foi verificado, especialmente, entre os homens entrevistados, onde 80% (8 pessoas) desses divulgaram ter, somente, o ensino fundamental incompleto.

Estabelecendo correlação entre a variável educacional e a de idade, que no caso dos homens, alcançou média de 40 anos, notou-se a existência de um grave problema educacional em São Sebastião quanto à escolaridade masculina. Em outras palavras, com uma média de 41 anos os homens entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Além do fator “ausência” de infra-estrutura (escolas) à época de suas juventude, as condições materiais de existência os obrigam a trabalhar na roça o dia inteiro, sem terem tempo para assuntos escolares, isso se soma à falta de política de incentivo escolar para os moradores que acabam se acomodando ao *status quo* existente na Vila de São Sebastião. O quadro educacional feminino, também, não é muito diferente, cujo 71% das pessoas declararam ter somente o ensino fundamental incompleto.

O gráfico gerado com a variável “escolaridade” agregou apenas os dados quantificados, com as três alternativas citadas anteriormente.

O gráfico 7 indica como ficou a distribuição percentual por nível de escolaridade das pessoas, cujo quantitativo de 76% (o que equivale a 13 pessoas: 8 homens e 5 mulheres) demonstra que a escolaridade precisa ser foco de políticas públicas em São Sebastião. Fato que segundo os moradores pode ser amenizado com a utilização da energia elétrica, pela ampliação do ensino noturno para os adultos que não podem estudar durante o período matutino e vespertino.

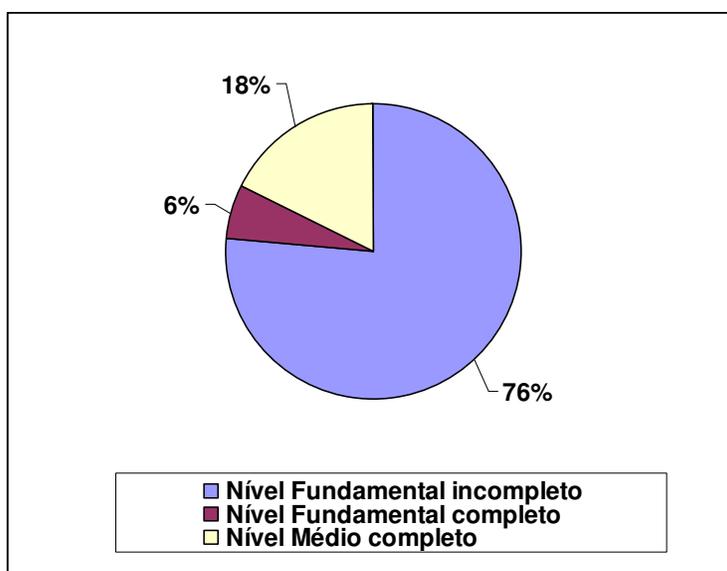


Gráfico 7 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por nível de escolaridade.
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os outros 18% indicam dois homens que concluíram o ensino médio e os 6% uma mulher com ensino fundamental. Esses percentuais revelam que os homens possuem maior escolaridade na família, mas as diferenças não são tão dispare, no caso das mulheres muitas se encontram em atividades relativas ao ambiente familiar, cuidando da casa e dos filhos. Algumas exceções fogem a essa realidade, como no caso de uma professora que exerce atividade docente fora de casa, ajudando no orçamento familiar.

O estudo procurou levantar alguns aspectos sobre as condições sociais e econômicas das famílias que moram em São Sebastião. Trabalhou-se com duas questões-chaves: a) quantidade de pessoas que moram nas casas das pessoas e b) atividade exercida para o sustento familiar. As inferências sobre esse ponto, podem ser relatadas pelas observações realizadas e as informações obtidas com o instrumento de pesquisa.

Antes de apresentarmos os dados obtidos com o instrumento de pesquisa, vale ressaltar que as condições de vida das pessoas são precárias, muitas não tem o que comer durante o dia, ou fazem apenas uma refeição por dia. A vida econômica é marcada por pouca atividade entre a maioria das famílias, onde as fontes de renda quase sempre provem do trabalho dos homens. As unidades sanitárias são improvisadas caracterizadas por banheiros construídos próximos das casas, é o banho é realizado geralmente no Igarapé Guajará-Açú, onde também, se lavam as roupas da família e limpam animais mortos para o consumo familiar, ou seja, o igarapé é uma “extensão da casa”, faz parte da realidade local, tem suas funções dentro do contexto dos moradores.

A instalação da energia elétrica nas residências possibilitou a aquisição de equipamentos eletrônicos como a televisão, mas que devido o baixo sinal das emissoras foi necessário a instalação de equipamentos de recepção, como as antenas parabólicas (ver foto 7). Assim, as pessoas passaram a assistir programações infantis, novelas, telejornais, filmes e show musicais.



**Foto 7 – As crianças, o cachorro e a antena parabólica.
Fonte: José Miranda, set. 2008.**

Foi observado que nas residências visitadas o contingente populacional era bem elevado. Aspecto representado pelo gráfico 8 que indica a distribuição percentual por número de pessoas que moram nas residências das pessoas.

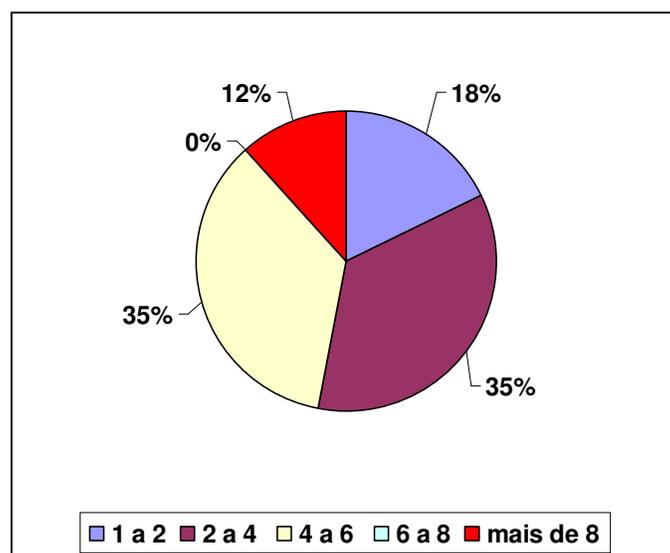


Gráfico 8 – Distribuição percentual dos moradores entrevistados por quantidade de pessoas que residem com as pessoas entrevistadas.
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os dados revelam que o percentual de 35% (6 pessoas) apareceu em duas situações. Na primeira, as pessoas marcaram a opção que revelava a existência 2 a 4 pessoas morando nas residências. Na segunda situação, a opção entre 4 a 6 pessoas residindo da casa foi escolhida. Em apenas em um caso, o informante contou que moravam em sua casa 10 (dez) pessoas. Se a família era grande, como se dava o sustento familiar? De como se processavam as ações que pudessem garantir alimentação e o bem-estar do grupo familiar?

Em relação a essas questões foi indicado as seguintes alternativas no formulário usado para entrevistar as pessoas que compuseram a amostra da pesquisa:

- a) Agricultura
- b) Pesca
- c) Estabelecimento comercial
- d) Outra: _____
- e) Nenhuma

Tendo a realidade agrícola visível em São Sebastião não foi surpresa que 88% das pessoas responderam que atuam na agricultura para sustentar suas famílias. No caso dos 10 homens entrevistados todos atuam na agricultura. E dentre as mulheres cinco atuam na agricultura e apenas duas ganham remuneração por outro meio: a) aposentadoria; b) funcionária pública.

A população ainda desenvolve atividades econômicas fundamentadas no extrativismo e na produção agrícola de subsistência, sendo a farinha o principal produto trabalhado e fonte básica da alimentação para as famílias.

No contexto agrícola de São Sebastião, os homens e as mulheres, normalmente trabalham na “roça”, espaço onde se cultiva determinada cultura. Nesse sentido, fazendo uma reflexão com base em Giddens (2000) onde afirma que somente com a chegada da modernidade, foi que a mulher se emancipou profissionalmente, mas que em São Sebastião as mulheres que não tem profissão definida acabam por ajudar seus companheiros nas atividades da agricultura.

Nota-se que dentre os produtos agrícolas produzidos a farinha assume papel de destaque ao longo do tempo, passando de uma simples necessidade alimentícia local para produto de comercialização. Assim, nos remetermos para outra idéia apresentada por Giddens (2000), ou seja, a de que a *tradição* não desaparece apenas se transforma no tempo e no espaço, dessa forma, a atividade produtiva voltada inicialmente para a subsistência local, acaba por se transformar em um ramo que engloba duas dimensões: a) a subsistência e b) o comércio.

A farinha faz parte da dieta, aspecto notado em vários municípios e, em Vila de São Sebastião não é diferente. Tendo em vista que a farinha é um “produto social e cultural” que faz parte da tradição da vida das pessoas que moram em São Sebastião. A foto 8 mostra uma casa de farinha, chamada mais comumente de “retiro” pelos moradores.



**Foto 8 – Casa de farinha (retiro) em Vila de São Sebastião.
Fonte: Foto de José Miranda, set. 2008.**

Na foto anterior visualiza-se no fundo uma peneira para que a mandioca seja ralada, do lado esquerdo tem-se o forno, onde a farinha é torrada e o reservatório para resfriamento (lado direito), onde a farinha é organizada e transportada em sacas que serão comercializadas fora da Vila. Na foto seguinte, percebem-se o detalhe do forno rodeado com pedaços de madeira, feito de barro com uma chapa de ferro em cima. Essa é a tecnologia ainda existente para se fabricar o produto mais importante da economia local.



**Foto 9 – Detalhes da casa de farinha (retiro) em Vila de São Sebastião.
Fonte: Foto de José Miranda, set. 2008.**

A farinha de mandioca é comercializada em locais próximos ao Distrito de Guajará-Açú, como na sede de Bujaru, Santa Izabel e Belém, seguindo uma racionalidade própria, ou como comentou Weber (2001, p. 13), “as racionalizações dos mais variados aspectos têm existido nos mais diversos setores da vida e em todas as áreas culturais”. Essa racionalidade começa com o desmatamento de uma área como se verifica na foto 10; com a queima das árvores; com o roçado e preparação do solo para receber a cultura da mandioca, em alguns casos, as pessoas misturam outras culturas, como o milho. Contudo, a destruição da natureza não mais acontece somente no interior da floresta, depois da introdução da energia elétrica algumas pessoas passaram a destruir florestas na beira da estrada por onde circulam automóveis.



**Foto 10 – Área de floresta destruída para agricultura.
Fonte: Foto de José Miranda, set. 2008.**

No processo de comercialização dos produtos agrícolas da Vila de São Sebastião se observa uma das características da modernidade apontada por Giddens (2000), isto é, a de que certos eventos e ações distantes exercem constante e crescente efeito sobre a vida das pessoas:

Um artesão que trabalha num contexto local produz para um mercado local, está entranhado na região local e na comunidade local. Com o desenvolvimento de uma divisão do trabalho no plano internacional, isso muda: as trocas econômicas vão-se desvinculando cada vez mais do local e se recombinao através do tempo e do espaço. O “local” passa a refletir processos muito mais amplos, que acabam por transformá-los, às vezes drasticamente. (GIDDENS, 2000, p. 75-76)

A citação precedente tem ressonância quando possibilita a reflexão acerca da relação que se pode extrair com a chegada da energia elétrica em Vila de São Sebastião, ou seja, quando os efeitos de “desentranhamento”, “reentranhamento” ou “desvinculação” e “retroversão”, apresentados por Giddens (2000) possam explicar o caráter mutável da tradição, dos costumes e dos hábitos dos moradores dessa localidade. Sendo que a tradição é entendida por este autor a partir da noção de tempo, argumentando que:

É um meio pelo qual o passado vive no presente, moldando, portanto o futuro. As tradições apresentam as seguintes qualidades: a) dependem do rito, que geralmente, mas nem sempre, assume a forma de cerimonial coletivo; b) envolvem repetição e, logo, certo classicismo; c) implicam a noção de “verdade ritual”. A verdade da tradição é dada pelo conjunto de práticas que ela preserva. (GIDDENS, 2000, p. 75-76).

O argumento anterior direciona a discussão para a atuação do Estado enquanto promotor de tecnologia em seu território, sendo a energia elétrica uma tecnologia da modernidade, que já faz parte do cotidiano das pessoas que moram nas metrópoles brasileiras e nas cidades de médio e pequeno porte, cuja relação já está bastante consolidada. O ser urbano não saberia viver sem energia elétrica (ou passaria grandes dificuldades sem ela), mas para as pessoas que residem no ambiente rural, como é o caso aqui estudado, *conviver sem energia elétrica foi por um longo período uma condição normal*.

5.4 DADOS RELATIVOS À CHEGADA DA ENERGIA ELÉTRICA

As questões que compõem este item do trabalho referem-se às variáveis associadas aos períodos anterior e posterior à implementação da energia elétrica em Vila de São Sebastião. A primeira indagação direcionada às pessoas foi quanto ao tempo em que moram no local, as alternativas postas no instrumento de coleta de dados foram:

- a) 1 a 4 anos
- b) 4 a 8 anos
- c) 8 a 12 anos
- d) 12 a 16 anos
- e) 16 a 20 anos
- f) mais de 20 anos

No gráfico 9 tem-se a quantificação das respostas desta variável.

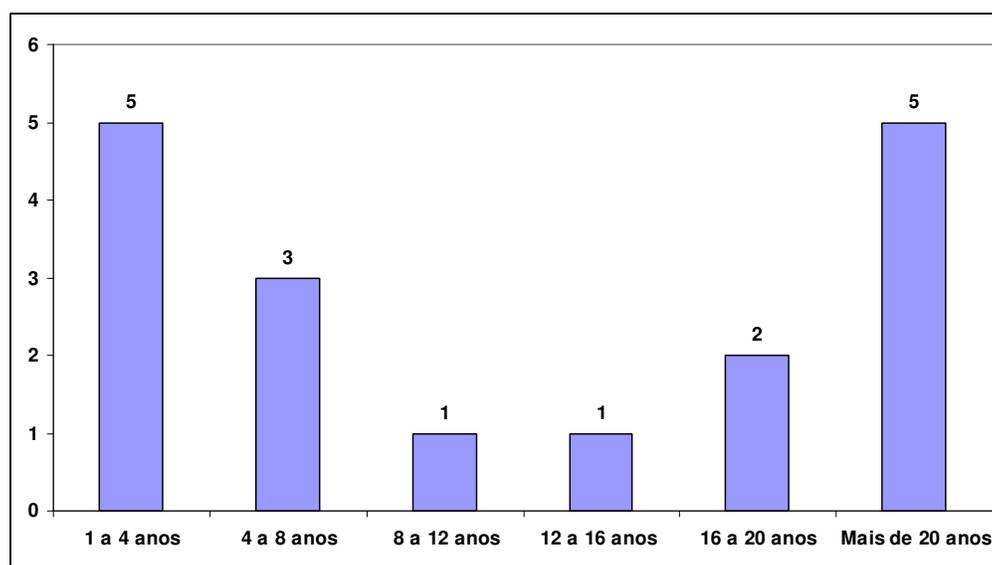


Gráfico 9 – Tempo de moradia dos moradores em Vila de São Sebastião/Bujaru-PA.
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

A análise do gráfico revela que mais de 50% das pessoas vivem a mais de oito anos em São Sebastião. Sendo que um total de cinco pessoas mora a mais de 20 anos, sujeitos sociais que deram contribuições importantes na construção da vida coletiva antes da energia elétrica.

O quadro a seguir agrega as respostas referentes à vida antes da energia elétrica em São Sebastião.

Quadro 1 – Respostas referente à vida coletiva antes da chegada da energia elétrica em Vila de São Sebastião

Nº.	RESPOSTAS
1	<i>A vida era mais tranqüila, deixávamos a casa aberta, nada era roubado, à noite tínhamos medo do “bicho do mato”, não tínhamos medo da violência;</i>
2	<i>A vida era normal;</i>
3	<i>A vida era muito difícil, só usávamos a lamparina;</i>
4	<i>A vida não era boa, era só na lamparina;</i>
5	<i>A vida não era boa;</i>
6	<i>A vida era ruim, porque a Vila São Sebastião era menos desenvolvida;</i>
7	<i>A vida não era boa, porque tinha menos desenvolvimento;</i>
8	<i>A rotina se resumia em trabalhar durante o dia, dormir a luz de lamparina e beber água em pote de barro;</i>
9	<i>A vida era muito diferente, não tínhamos alternativas de renda;</i>
10	<i>A vida era difícil, porque não comíamos comida fresca, nem havia transporte rodoviário, o deslocamento era feito de barco pelo Igarapé Guajará-Açú, ou a cavalo pela mata, só havia lamparina durante a noite;</i>
11	<i>A vida era mais difícil antes, não havia opção de renda;</i>
12	<i>A vida era menos desenvolvida como hoje;</i>
13	<i>A vida era mais difícil;</i>
14	<i>A vida era monótona, as pessoas iam dormir mais cedo todos os dias;</i>
15	<i>A vida era diferente, não tínhamos eletrodomésticos, não havia abastecimento de água por bomba elétrica que pudesse jogar água em um recipiente;</i>
16	<i>Apesar das dificuldades a vida era normal;</i>
17	<i>A vida era muito difícil.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Optou-se por agregar as respostas em um quadro geral pelo fato de se ter a visão de conjunto da fala das pessoas. Constatou-se pelos relatos que antes da energia elétrica a rotina social das pessoas se resumia em algumas atividades durante o dia e durante as noites ficavam em suas casas à luz de lamparina (aparelho a base de querosene). Os homens direcionaram suas respostas para a questão da falta de “renda”, falta de “opção de escoamento” da produção local, e entre todas as pessoas notou-se a preocupação com a violência, fenômeno inexpressivo no passado e que no presente tem se tornado uma preocupação dos moradores.

As conversas com as pessoas revelaram que antes da energia elétrica, a localidade era servida por um sistema precário que funcionava a óleo diesel das 19 às 22 horas.

A investigação teve seqüência com a pergunta sobre as mudanças sociais surgidas no período após a chegada da energia elétrica.

Quadro 2 – Respostas referente às mudanças sociais com chegada da energia elétrica em Vila de São Sebastião

Nº.	RESPOSTAS
1	<i>Com a energia elétrica a criminalidade aumentou, nós ficamos com medo de deixar nossas casas, a alimentação ficou mais cara, a comunicação ficou mais fácil, os celulares podem funcionar com antena e podem ser carregados;</i>
2	<i>A energia facilitou a nossa vida, pois com ela veio o avanço da tecnologia;</i>
3	<i>A vida ficou melhor, porque podemos beber água e sucos gelados;</i>
4	<i>A vida mudou para melhor;</i>
5	<i>Muita coisa mudou, porque hoje podemos ter uma televisão para assistir programas, novelas e o freezer para conservar comida e beber água gelada;</i>
6	<i>Mudou muita coisa, por exemplo, nós não tínhamos como ligar uma geladeira;</i>
7	<i>Muitas coisas mudaram, a vida ficou melhor do que era antes sem a energia;</i>
8	<i>Mudou para melhor;</i>
9	<i>Com a chegada da energia a vida ficou mais fácil;</i>
10	<i>A vida ficou melhor;</i>
11	<i>A vida melhorou, há mais concorrência entre as pessoas, as casas ficam iluminadas a noite;</i>
12	<i>A vida mudou, porque hoje temos uma televisão para assistir, diferente de antes que não tínhamos devido à falta de energia elétrica;</i>

13	<i>As mudanças principais foram na economia da família, temos mais oportunidades de ganhar dinheiro para o sustento da família;</i>
14	<i>A vida mudou para uma situação melhor;</i>
15	<i>Algumas coisas mudaram no comportamento das pessoas, hoje elas tomam água gelada, ouvem o rádio, o acesso à informação é mais fácil, a Vila ficou mais movimentada a noite, mais valorizada, pessoas passaram a estudar de noite na escola da Vila;</i>
16	<i>Nossa família tem acesso a informações e programas na televisão, passaram a gostar dos hábitos que vêm na televisão, isso é estranho pra gente. Nós podemos ajudar a guardar alimentos dos vizinhos que não têm geladeira em nossa casa;</i>
17	<i>A vida melhorou, porque tivemos vontade de comprar equipamentos para facilitar nossa rotina diária.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Nesse momento retoma-se a discussão proposta no projeto de pesquisa inicial, ou seja, do conceito de mudança social. A abordagem adotada sobre esse conceito ultrapassa a mera estipulação quantitativa, pois as respostas registradas direcionam a análise para várias dimensões. Alguns elementos puderam ser notados na fala das pessoas e que reforçam o conceito proposto inicialmente.

O conceito de mudança social trabalhado nesta dissertação assume algumas características teóricas que pretendem ser discernidas com certa crítica e parcimônia científica. Rocher (1971, VI p. 92-95) é um dos autores que fornece subsídios teóricos para a definição desse conceito ao comentar que ele se refere a:

[...] toda transformação observável no tempo que afeta, de maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou funcionamento da organização social de dada coletividade e modifica o curso de sua história. É a mudança de estrutura resultante da ação histórica de certos fatores ou de certos grupos no seio de dada coletividade (ROCHER, 1971, p. 92-95).

Nesse contexto, o sentido dado ao conceito de “mudança social” é relativo a transformações que podem ser observadas e verificadas em períodos mais curtos de tempo.

O momento em que se encontra o estudo deste conceito indica caminhos a serem trilhados, percepções a serem extraídas e observações a serem feitas, para que se tenha uma

compreensão, mesmo que complexa, das mudanças sociais que possam ser verificadas na comunidade de São Sebastião.

A contribuição de Lakatos e Marconi (1999), neste momento, possibilitou a confecção da figura 11, que pretende sintetizar as dimensões do conceito de “mudança social”, mas que não esgota e não elimina as outras importantes reflexões sobre o assunto, pois na perspectiva da complexidade do conhecimento, diversos pontos de vistas, atuam de forma complementar e enriquecedor do trabalho científico, desde que vistos com teor crítico. Sendo assim, veja-se a figura que até certo ponto, procura caracterizar o conceito trabalhado nesta dissertação:



Figura 5 – Aspectos envolventes do conceito de mudança social.
Fonte: Elaboração própria inspirado em Lakatos e Marconi, 1999.

O item relativo ao “o que muda?”, segundo Lakatos e Markoni (1999) pretende localizar a mudança no conjunto de uma sociedade, para saber se ela opera nos elementos estruturais ou na cultura, nas relações de obrigação entre indivíduos e grupos ou nos modelos, valores e ideologias. As “fontes ou causa”, referem-se aos fatores endógenos ou exógenos que influenciaram nas mudanças, ou se há um fator-chave ou diferentes elementos em conjunto atuando; ou se estes são fortuitos ou intencionais. O “ritmo” trata de verificar se a mudança apresenta uma evolução lenta, progressiva, ou rápida, brusca. O “como se efetua” pretende verificar se a mudança é contínua, regular ou descontínua, esporádica. Os “agentes envolvidos” compõem o grupo de indivíduos que promovem as mudanças, simbolizam, ou a propiciam, bem como, os agentes que fazem oposição ou resistências à mesma. Acrescentam-se, neste ponto, as pessoas que são atingidas pelas mudanças, que no caso estudado nesta monografia, se caracterizam por populações rurais. A “direção” objetiva investigar o curso da

transformação e seu objetivo. O “controle” pretende encontrar os meios necessários para controlar a transformação, regulá-la e orientá-la em determinada direção.

A perspectiva teórica desse conceito se aproxima das respostas registradas com os moradores em São Sebastião, eles não somente percebem algumas mudanças sociais, como são agentes e reagentes nesse processo. Ao falarem do aumento da criminalidade, estão relatando casos de homicídios e latrocínios decorrentes das aquisições que as pessoas passaram a ter com a energia elétrica, aquisições que podem ser rádios, televisão, aparelhos de DVD etc, que tem se tornado incentivo para os criminosos.

Em outra situação a comunicação com pessoas de fora da Vila em outros municípios e estados do Brasil, foi possível com a introdução da energia elétrica, porque algumas pessoas compraram antenas de determinadas operadoras de telefonia, onde conectam seus aparelhos celulares e estabelecem contato com o mundo via celular. Mas, ainda não existem telefones públicos instalados na Vila. Apesar da reivindicação dos moradores de que seria importante a instalação de telefones públicos, acredita-se que essa possibilidade seja remota, pois a telefonia celular tem tornado esse serviço subutilizado.

A energia elétrica modificou alguns hábitos alimentares, as pessoas passaram a tomar água gelada, as que não possuem geladeira guardam garrafas nos aparelhos de refrigeração dos seus parentes, ou conhecidos. Tomar água gelada tem se tornado um hábito requerido desde a chegada da energia elétrica. As famílias que puderam economizar dinheiro para comprar esses bens guardavam o anseio para desfrutar desses bens.

Algumas pessoas aproveitaram a introdução da energia elétrica para abrir pequenos estabelecimentos comerciais, visando aumentar a renda familiar. A televisão foi introduzida nos lares de muitas famílias. Antes apenas o rádio de pilha era fonte de informação e de cultura exterior, agora a televisão tem se tornado uma janela ideológica e fonte de fomento cultural, onde os jovens são os mais atingidos pelos programas transmitidos.

Os hábitos noturnos dos moradores também se modificaram, eles passaram a ficar mais tempo em frente de suas casas, em conversas, ou em jogatinas, ao som de música, e em muitos casos rodeados por garrafas de cervejas.

Essa etapa da pesquisa foi observada com uma postura crítica diante do objeto estudado, pois como observa Weber (2003) ao comentar que a “relação” entre pesquisador e objeto, no sentido de que se esse último for captado na sua simplicidade, o risco de se cair no senso comum é muito grande, mas ao contrário, se temos consciência da complexidade do que estamos estudando e das limitações impostas pela realidade ao olhar científico teremos um desafio a ser enfrentando. Isso faz sentido neste momento, para esclarecer que perceber na

fala das pessoas as mudanças detectadas por elas com a chegada da energia elétrica foi uma tarefa complexa, pelo fato de que os informantes estavam sendo entrevistados pela primeira vez, e mesmo sendo lacônicos em suas respostas se esforçavam em respondê-las da melhor forma.

Mas **o que significa ter energia elétrica?** Essa foi uma das questões direcionadas para os moradores (as) de São Sebastião. As respostas obtidas seguiram algumas direções e foram tabuladas no quadro a seguir.

Quadro 3 – O significado da energia elétrica para os moradores da Vila de São Sebastião

Nº.	RESPOSTAS
1	<i>Ter energia elétrica significa uma segurança a mais em nossas vidas, antes tínhamos mais medo da escuridão, além de que muita coisa mudou com a energia;</i>
2	<i>Felicidade, isso que significa ter energia elétrica;</i>
3	<i>Sentimento de felicidade;</i>
4	<i>Alegria em nossas vidas;</i>
5	<i>Significa avanço tecnológico para as famílias de São Sebastião;</i>
6	<i>Significa vida, temos a chance de ouvir um rádio, beber água gelada, assistir uma televisão;</i>
7	<i>Sentimento de alegria;</i>
8	<i>A energia elétrica significa mais lazer nas vidas das pessoas;</i>
9	<i>Significa mais desenvolvimento e mais informação;</i>
10	<i>Significa melhorias na Vila de São Sebastião, acesso a mais informação e criatividade;</i>
11	<i>A energia significa prazer e satisfação;</i>
12	<i>Sentimento de felicidade;</i>
13	<i>Significa uma ter uma vida melhor;</i>
14	<i>Sentimento de alegria;</i>
15	<i>Significa algo muito bom que aconteceu em nossas vidas, a energia elétrica facilita a nossa vida;</i>
16	<i>Algo que oferece satisfação pelo que possibilita em nossas vidas;</i>
17	<i>Significa chance de mais trabalho.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

As informações indicam que o sentimento de felicidade expressa de forma mais geral o significado da energia elétrica na vida coletiva das pessoas em São Sebastião. Em alguns casos, a energia elétrica significa fonte de renda, o que vem despertando a visão empreendedora de certos moradores (as). Em um sentido mais materialista, a energia elétrica é associada à aquisição de produtos eletroeletrônicos.

As mudanças nos hábitos e comportamentos das famílias que receberam energia elétrica em suas casas foram investigadas, para compor essa etapa mais ampla da pesquisa. Nesse ponto, as respostas obtidas estão agrupadas no quadro 4.

Quadro 4 – Mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas com a chegada da energia elétrica

Nº.	RESPOSTAS
1	<i>As pessoas se uniram mais;</i>
2	<i>Devido à chegada da energia elétrica as pessoas ficaram mais afastadas;</i>
3	<i>Sim! As pessoas se uniram mais;</i>
4	<i>Sim! As pessoas buscaram se unir mais, buscam mais informação sobre o que acontece no Brasil e no mundo, por meio da televisão;</i>
5	<i>Todos passaram a se sentirem melhor com a energia;</i>
6	<i>Houve mais união na Vila São Sebastião, nos reunimos para discutir os problemas da Vila em busca de mais melhorias;</i>
7	<i>Antes as pessoas ficavam em suas casas, por causa da escuridão, hoje as pessoas estão mais unidas;</i>
8	<i>As pessoas passaram a investir em formas de obter dinheiro com a energia elétrica, em algumas casas se vende chopp, cervejas, refrigerantes, ouvem-se música por rádio ou em dvd;</i>
9	<i>As pessoas se sentiram melhores com a chegada da energia elétrica, há um clima de satisfação ao acender a lâmpada da casa, ao abrir a geladeira, ao assistir a televisão etc.;</i>
10	<i>Algumas pessoas passaram a freqüentar bares para beber cerveja, ouvir músicas, há certos atos de violência, coisa que raramente acontecia antes da energia elétrica;</i>
11	<i>Há um senso de mais união entre as pessoas;</i>
12	<i>O comportamento mais visível é o fato de que as pessoas se uniram mais para buscar mais coisas para a Vila;</i>

13	<i>A maior união entre as pessoas;</i>
14	<i>Muitas pessoas deixaram de freqüentar as manifestações religiosas que ocorrem em São Sebastião, isso se deve a introdução da energia que trouxe outras possibilidades de distração para as pessoas, principalmente os jovens;</i>
15	<i>Os hábitos das pessoas e os comportamentos não mudaram, continuam os mesmos;</i>
16	<i>A solidariedade entre os vizinhos aumentou, as pessoas têm se unidos mais, se comunicam mais do que antes, se conhecem e têm se ajudado mais;</i>
17	<i>Houve mais união entre as pessoas;</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

As respostas caminham em uma direção central na fala das pessoas: a solidariedade. Este elemento social foi, segundo as pessoas, fortalecido com a introdução da energia elétrica. Mais especificamente, fala-se de uma “solidariedade orgânica” (DURKHEIM, 1978), onde as pessoas se sentem mais dependentes umas das outras, ou seja, quanto mais complexa a vida social, mais prevalece esse tipo de solidariedade. Cada vez mais os vizinhos sentem a necessidade de se proteger, pois desde a introdução da energia elétrica tem-se criado um ambiente de insegurança em São Sebastião, com o aumento dos casos de roubos a residências, quando entra alguma motocicleta ou carro, todos ficam apreensivos, com medo de quem esteja chegando e quais as intenções.

Nesse momento retomamos a discussão teórica construída no projeto inicial, pois se acredita que seja pertinente se fazer a relação entre a energia elétrica enquanto elemento da modernidade e a vida coletiva em São Sebastião. Logo, pergunta-se: **o que significa modernidade?** Essa discussão foi iniciada no capítulo 4, mas que se justifica sua retomada neste momento, pelo que se quer chamar atenção, ou seja, que a energia elétrica vem de uma matriz formada por uma série de elementos que compõem a denominada modernidade.

Lembrando que a pesquisa possui um tripé teórico que vem se formando a partir das leituras realizadas e compreende a relação entre **Estado-Tecnologia-Intensificação da vida Coletiva**. Essa construção teórica abre um leque para categorias e conceitos que foram trabalhados durante o estudo.

O conceito de modernidade não pode ser expresso sem seu antônimo: a tradição. Ambos buscados em Giddens (1991), cujo primeiro é entendido como um fenômeno, com duas faces, ou seja, de um lado, o desenvolvimento das instituições garantiu um viver mais

seguro para uma parte das pessoas, de outro, ela apresenta um lado sombrio expresso pelo avanço das forças produtivas que atualmente, chegaram a um potencial destrutivo em larga escala em relação ao meio ambiente material, aumentando assim, as ameaças de catástrofes ecológicas no globo terrestre.

A tradição é compreendida da seguinte forma:

As características distintivas da tradição são o ritual e a repetição. As tradições são sempre propriedades de grupos, comunidades ou coletividades. Indivíduos podem seguir tradições ou costumes, mas as tradições não são uma característica do comportamento individual do modo como os hábitos o são. (GIDDENS, 2000, p.51-52).

Em Giddens (1991; 2000; 2001; 2002) pode-se obter uma ampla visão sobre o mundo moderno e seus efeitos na vida cotidiana das pessoas, em especial, sua análise sobre os **sistemas abstratos**, dentre eles está o sistema elétrico. E apesar, de Giddens propor uma nova teoria para explicar a dinâmica da sociedade do final do século XX e início do XXI, que até certo ponto desconsidera alguns pressupostos da sociologia clássica, é possível fazer uma aproximação, por exemplo, com Max Weber (1991, 2003), especificamente, ao reconhecer que a sociedade capitalista ocidental é movida por uma racionalidade nunca antes presenciada em nenhuma sociedade, idéia que poderia, ser também, entendida como uma “racionalidade moderna”.

O fenômeno da modernidade encontra espaço e tempo de surgimento, mas não se tratará dessa periodização nesse texto, pois o propósito é identificar o que o caracteriza, tendo em vista que a contextualização histórica pode ser encontrada tanto em Giddens (1991), como em Berman (1986).

A modernidade surge modificando os ritmos da vida cotidiana, alterando formas de convivências e criando novos entrelaçamentos entre as pessoas, sendo que as instituições modernas, segundo Giddens (2002, p. 9), “[...] diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem nos hábitos e costumes tradicionais e a seu impacto global”. No entanto, destaca Giddens (2002), essas não são apenas transformações em extensão, porque a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana, afetando os aspectos mais pessoais de nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, atingindo a dimensão do *eu*.

É nesse ponto que chegamos, na esfera do **eu**, a introdução da energia elétrica enquanto elemento da modernidade chegou a Vila de São Sebastião, atingindo não só a esfera

material das pessoas, mas a dimensão da individualidade, mudando e criando percepções de mundo. O que acontece no exterior passou a influenciar o comportamento dos indivíduos, via televisão, que se tornou o **portal** para um mundo a ser explorado.

Além disso, a modernidade é caracterizada por alguns elementos, tais como o industrialismo, que segundo Giddens (2002, p. 21), se refere “[...] às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção. Como tal é um dos eixos institucionais da modernidade”.

O industrialismo se disseminou por toda parte, mas encontrou condições favoráveis em algumas regiões do planeta para se desenvolver e garantir o pioneirismo de poucos países nesse campo. O que se viu depois foi um industrialismo tardio voltando-se para os países periféricos que também foram se tornando nações capitalistas. O capitalismo então, se configura como uma dimensão da modernidade.

Para Giddens (2002, p. 21) o capitalismo é entendido como um “[...] sistema de produção de mercadorias, que envolve tanto mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho”. A produção de mercadorias para os mais diversos fins humanos tem se caracterizado desde as primeiras fábricas pela produção em massa de produtos que são comercializados para além das fronteiras de um país, contribuindo para o desenvolvimento de mais uma dimensão da modernidade: a globalização.

A mercantilização da força de trabalho já foi observada nos estudos de Marx (1974) quando tratava da alienação do homem diante de seu trabalho. A alienação aparece, na medida em que o meio de vida da pessoa pertence a outro, ou como comenta Marx (1974, p. 28), quando o “[...] meu desejo é a posse inacessível de outro, como no fato de que cada coisa é outra que ela mesma, que minha atividade é outra coisa e que, finalmente (e isto é válido também para o capitalista), domina em geral o poder desumano”.

Dentre as formas sociais que a modernidade produziu, o Estado-Nação é a mais significativa, pois como explica Giddens (2002), essa entidade sociopolítica, contrasta com a maioria dos tipos de ordem tradicional, tais como as organizações que se formaram nas Idade Antiga e na Idade Média. Seu surgimento faz parte de um movimento mais amplo de Estados-Nações, fenômeno que assumiu caráter global nos tempos atuais, atuando através de formas específicas de territorialidade e capacidade de vigilância, monopolizando o controle efetivo, sobre os meios de violência.

Na teorização feita por Giddens (2002) o Estado-Nação é tido como um sistema reflexivo que é constantemente monitorado, mas que mesmo que não “atue”, conforme essa lógica, segue políticas e planos coordenados conforme uma escala geopolítica. O exemplo do

Estado-nação, nas formulações de Giddens (2002), para a explicação da modernidade direciona a discussão para outra dimensão marcante dessa época: a ascensão da organização.

A organização na explicação giddeniana refere-se em parte ao controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas. O que Giddens (2002) não deixa claro é se esse controle se daria apenas por parte do Estado, ou por outras esferas que exercem o poder de controle, tais como as instituições criminosas, se o controle faz parte de uma das características da modernidade, esse controle não se deve necessariamente ao Estado, pois em lugares como as favelas do Rio de Janeiro, no Brasil, o controle da vida cotidiana dar-se por conta de “organizações” criminosas que regulam muitas das atividades dos moradores.

Em áreas rurais, como em São Sebastião, a presença do Estado é precária. Na fala das pessoas, sente-se a insatisfação quanto às condições de educação, saúde, transporte, segurança, empregos e infra-estrutura, a esperança de que esses aspectos que compõem a vida social também passem por mudanças, assim como no caso da energia elétrica, existe. Em alguns casos, depois da energia elétrica, nada mais melhorará, na opinião de uma família (ver foto 11) que reside em uma casa sem paredes, com piso de areia, com crianças doentes e redes amarradas nas armações do telhado.



**Foto 10 – Casa de uma das famílias entrevistadas em São Sebastião.
Fonte: Foto de José Miranda, set. 2008.**

Nessas circunstâncias, Giddens (2001, p. 212-213) comenta que as pessoas são regidas por uma lógica de “mercantilização do tempo e do espaço”, e esta é a “condição” dos “processos seqüenciais de tempo-espaço como características de organizações modernas, incluindo o Estado-Nação como o mais novo *power-container* proeminente”.

O dinamismo da vida moderna caracteriza-se por descontinuidades, pois como explica Giddens (2002, p. 22) “[...] não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores”.

Esse dinamismo se fundamenta em três elementos: a) *a separação de tempo e espaço*; b) *desencaixe das instituições sociais* e c) *a reflexividade*. No primeiro caso, para que as organizações modernas dessem certo, o tempo e o espaço teriam que estar separados, no sentido de que esses dois elementos atuam de forma dialética, isto é, “muitas formas de ‘tempo vivido’ são possíveis em situações sociais estruturadas pela separação de tempo e espaço” (GIDDENS, 2002, p. 23). Além disso, essa separação não significa que ambos os aspectos sejam mutuamente alheios à organização social humana, pelo contrário, a organização social se expressa sem necessariamente fazer referência ao lugar.

Em algumas regiões brasileiras a relação tempo-espaço permanece como nas condições “pré-modernas” citadas por Giddens (2002). Na realidade presenciada em Vila de São Sebastião, o tempo e o espaço se conectam através da situacionalidade do lugar, ou seja, a vida não é tão dinâmica como nas cidades que comportam elementos modernos, onde a característica do “desencaixe” é mais presente.

O desencaixe é uma metáfora descrita por Giddens (2002) para expressar o aspecto do “descolamento” das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo. A Internet tem possibilitado e muito essa dinâmica, especialmente pelos sites de relacionamentos, como os conhecidos Orkut, MSN e outros disponíveis para pessoas de todas as idades, ou seja, são ferramentas tecnológicas que assumiram caráter democrático na atualidade.

Os mecanismos de desencaixe são de dois tipos: 1) fichas simbólicas e 2) sistemas especializados. Esses dois mecanismos tomados em conjunto formam os “sistemas abstratos” ou “especializados”. Conforme, Giddens (2002, p. 24) “as fichas simbólicas são meios de troca que têm um valor padrão, sendo assim intercambiáveis numa pluralidade de contextos”, nesse caso o dinheiro seria o melhor exemplo, porque pode ser usado nas mais diversas situações. Os sistemas especializados penetram na nossa vida cotidiana de forma bastante

intensa, porque o tempo e o espaço são colocados entre parênteses por esses sistemas que dispõem de conhecimentos técnicos que têm validade independente dos praticantes e dos clientes que fazem uso deles.

Vale ressaltar que os sistemas especializados não são expressos apenas pela área tecnológica, mas são estendidos para as “[...] próprias relações sociais e às intimidades do eu”, explica Giddens (2002, p. 24). Mas sem o elemento “confiança” esses sistemas não teriam sucesso, isto é, as pessoas têm que confiar no médico, no analista, no terapeuta, no cientista, no técnico ou engenheiro. Isso serve para os sistemas de transporte de uma cidade, seja o aéreo, o aquático ou terrestre.

A confiança é descrita por Giddens (2002, p. 221) como “a crença em pessoas ou sistemas abstratos, conferida com base em um ‘ato de fé’ que põe entre parênteses a ignorância ou a falta de informação”. Os sistemas abstratos, possibilitariam a criação de grandes áreas de segurança relativa para a continuidade da vida cotidiana, tais como o “sistema da segurança pública”, o de “transporte público”, o de “água” e o da “energia elétrica”, recém chegado em algumas localidades do interior do Pará e instalado há muito tempo na cidade de Belém.

O elemento “confiança”, ainda não se consolidou em São Sebastião, porque segundo os relatos dos moradores (as) a energia vai embora e demora pra voltar, teve uma vez que a energia passou dois dias pra voltar. Além disso, durante a estada em campo, chegou a notícia para o pesquisador de que duas pessoas haviam morrido em decorrência da instalação elétrica em suas residências.

Para Giddens (2002, p. 25) “atitudes de confiança em relação a situações, pessoas ou sistemas específicos, e também num nível mais geral, estão diretamente ligadas à *segurança* psicológica dos indivíduos e grupos”. Isso remete para outra característica da modernidade abordada por Giddens (2002): a reflexividade.

A reflexividade refere-se ao modo como o sujeito encara o mundo, cujo comportamento individual passa a ser influenciado por questões que antes não faziam parte da rotina das pessoas, isto é, domínios que eram tidos como natural, como é o caso do envelhecimento, passa a ser um processo mais ativo e reflexivo. Dessa forma, as ações humanas guiam-se cada vez mais por um processo reflexivo, antes de serem executadas.

Nesse ponto, Giddens (2000, p. 87) comenta que “a reflexividade tem dois sentidos: um que é bastante amplo, e outro que diz respeito mais diretamente à moderna vida social”. No primeiro caso, é explicado que “[...] todo ser humano é reflexivo no sentido de que pensar a respeito do que se faz é parte integrante do ato de fazer, seja consciente ou no plano da

consciência prática”. Por outro, lado a reflexividade social faz referência à “[...] um mundo que é cada vez mais constituído de informação, e não de modos preestabelecidos de conduta”.

Enfim, o entendimento do conceito de modernidade visa estabelecer uma visão crítica sobre a realidade rural amazônica, com intuito de se refletir a partir de um olhar sociológico que se pautar nas peculiaridades da “modernidade às avessas” que afeta muitas pessoas na imensidão da Amazônia.

Além das mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas procurou-se saber se com a chegada da energia elétrica houve algumas melhorias estruturais na Vila de São Sebastião. As alternativas indicadas eram essas:

- a) Instalação de unidade básica de saúde;
- b) Instalação de escolas;
- c) Instalação de Telefones Públicos;
- d) Transporte Público;
- e) Outras;
- f) Nenhuma.

Foi informado às pessoas que colaboraram com a pesquisa que elas podiam apontar mais de uma melhoria observadas na Vila de São Sebastião. As respostas geraram uma tabela de frequência, o que significa que para cada alternativa verificou-se determinada recorrência de resposta, ou seja, em alguns casos, as pessoas indicavam mais de uma alternativa.

Tabela 1 – Mudanças na Infra-estrutura da Vila de São Sebastião

Mudanças na infra-estrutura	Freq.
Instalação de unidade básica de saúde	2
Instalação de escolas	14
Instalação de Telefones Públicos	0
Transporte Público	6
Outras	1
Nenhuma	0
Total	23

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

A modificação mais recorrente relatada pelas pessoas foi em relação à escola local. Esta possibilitou algumas melhorias no ensino que antes só funcionava durante o dia e agora ocorrem aulas no período noturno para os adultos.

Em relação ao Posto de Saúde relatado, as obras começaram depois da instalação da energia elétrica em 2005 e no ano de 2009 ainda não foi concluído, mas o estágio atual é demonstrado pela foto 12 a seguir.



Foto 12 – Posto de Saúde com obras paralisadas.
Fonte: Foto de José Miranda, 2008.

A visita às instalações do Posto de Saúde “inacabado”, revela o descaso municipal em relação à saúde em áreas rurais. Antes da energia elétrica os moradores acreditavam o poder municipal não instalava posto de saúde devido às condições de infra-estrutura, em especial, a falta de energia elétrica. Mas, com instalação da rede de energia elétrica a promessa não se concretizou. A obra inacabada é motivo de insatisfação na Vila de São Sebastião, onde os moradores que adoecem têm que recorrer à medicina tradicional ou ter que deslocar o doente à sede de Bujaru para tratamento.

As insatisfações com o que falta em São Sebastião na era pós-energia elétrica geraram a questão sobre o que falta para melhorar a vida nesse novo contexto. As foram agrupadas no quadro 5.

Quadro 5 – Percepções dos moradores (as) da Vila de São Sebastião sobre o que falta para melhorar a vida

Nº.	RESPOSTAS
1	<i>Para completar a vida falta um telefone público, um posto de saúde;</i>
2	<i>Um telefone público, uma torre para que os telefones celulares funcionem;</i>

3	<i>A instalação de um posto médico;</i>
4	<i>Agora que existe energia elétrica seria bom que tivesse na Vila uma escola agrotécnica, com pessoas que pudessem dar cursos de como melhorar nossas plantações, bem como meios para produzirmos melhor nossa farinha que ainda é feita na mão;</i>
5	<i>A instalação de um telefone público, o asfaltamento de nossa rua, a instalação de unidade básica de saúde;</i>
6	<i>Telefone público, uma farmácia para atender os doentes com medicamentos, falta poços com bombas elétricas. Existem muitas crianças na Vila, mas não temos uma creche para deixá-las e irmos ao trabalho, por isso as mães que querem trabalhar não podem por terem que reparar os filhos (as);</i>
7	<i>Falta o telefone público;</i>
8	<i>Falta um telefone público e a instalação de posto de saúde;</i>
9	<i>Falta agora terminar a unidade básica de saúde, telefone público e tratamento e água;</i>
10	<i>Falta m telefone público, a instalação da unidade básica de saúde;</i>
11	<i>Falta o asfaltamento da rua que dar acesso a Vila, telefone público, finalizar a unidade básica de saúde, falta principalmente terminar de construir a escola e a quadra de esportes;</i>
12	<i>Faltam três coisas: educação, saúde e segurança;</i>
13	<i>Falta telefone público;</i>
14	<i>Falta telefone público, pois aqui os celulares só funcionam com antena apropriada e nem todo mundo pode ter esse tipo de aparelho;</i>
15	<i>Falta mais transporte para escoar a produção feita pelos agricultores, uma farmácia e uma panificadora;</i>
16	<i>Falta mais segurança urgente, depois que a energia elétrica teve mais ocorrências de crimes; falta agente de saúde, pois o atual não vem atendendo a demanda como deveria, pois só aparece a cada dois meses; falta uma escola agrícola.</i>
17	<i>Falta instalação de poços com bomba elétrica, porque nós ainda bebemos água do Igarapé Guajará-Açu que vem ficando mais poluído com o passar do tempo;</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os argumentos traçados refletem algumas posições estratégicas entre os moradores. Primeiro, a energia elétrica deveria ser melhor aproveitada para melhorar a qualidade de vida

das pessoas, o que significa maior atenção dos governantes quanto à utilização desse insumo em melhorar a escola local, construírem de fato o posto de saúde e equipá-lo com aparelhos e recursos humanos, além de se criar sistema de abastecimento por meio de poços com bombas elétricas. Segundo, a energia elétrica poderia ser fonte de renda se houvesse investimento em algumas ações estratégicas com a instalação de ma escola agrotécnica local para que os jovens pudessem estudar formas de trabalhar a realidade rural visando a sustentabilidade atual e futura. O telefone público foi muito frisado pelo fato de que a Vila ainda se encontra isolada em termos de comunicação verbal com o mundo exterior. A pouca possibilidade de comunicação via celular ocorrem em poucas casas que tem uma antena apropriada, que na época da pesquisa somavam apenas duas residências.

O asfaltamento da via de acesso à Vila foi citado pelos moradores que depende dessa rota para escoar a produção agrícola. A rota com 13 Km de extensão dificulta muito o deslocamento, especialmente de carros pequenos, em época de chuva a piçarra vira lama, os atoleiros se formam, o risco de assalto em estrada aumenta. Na visão do pesquisador, o asfaltamento da via resolveria muito dos problemas existentes e relacionados à educação, a saúde, à segurança e a falta de infra-estrutura de abastecimento de água, o que seria uma obra de baixo custo para o poder municipal.

A foto 13 mostra uma visão panorâmica da Vila de São Sebastião. Do lado esquerdo da foto, tem-se um estabelecimento comercial (casa branca) essa é a principal casa comercial do local, onde as pessoas se dirigem para comprar alimentos e bebidas. No lado esquerdo, visualiza-se o ônibus que faz o traslado dos estudantes da escola local, esperando os alunos os alunos saírem das salas de aulas para retornarem para suas comunidades. Nesse mesmo lado, há o campo de futebol, local de entretenimento dos moradores que promovem jogos com times locais.



Foto 13 – Aspectos da Vila de São Sebastião.
Fonte: Foto de José Miranda, 2008.

O argumento final procurou saber se os informantes tinham conhecimento da política pública que resultou na instalação da energia elétrica em São Sebastião. As respostas foram tabuladas e um gráfico foi gerado para facilitar a visualização dos dados, como se observa a seguir.

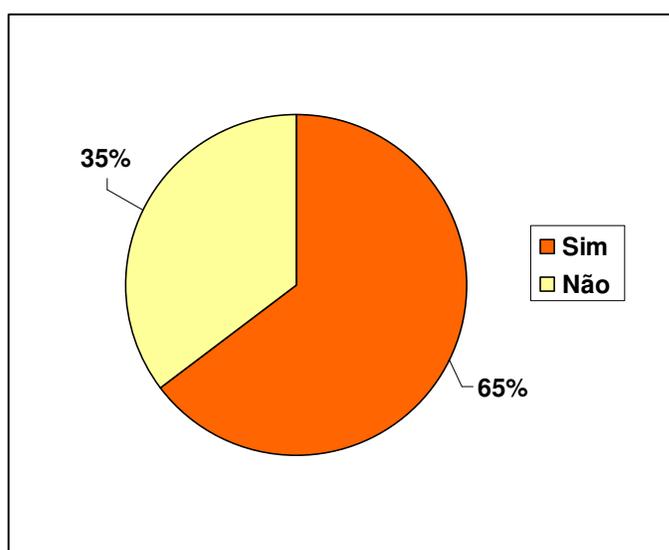


Gráfico 10 – Percentual dos moradores que conhecem a política de implementação de energia elétrica em Vila de São Sebastião/Bujaru-PA.
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

O gráfico acima demonstra que apenas 65% (11 famílias) tinham conhecimento da matriz política que resultou na instalação da energia elétrica em São Sebastião. Essas pessoas argumentaram que a energia elétrica chegou pelo Programa “Luz para Todos”, implementado pelo Governo “Lula”. A percepção que os moradores (as) têm desse programa é positiva, dizendo que eles agora se sentem bem; elogiam o Programa pelo que foi feito no local; dizem que essa política é muito boa para as pessoas do campo; foi uma ajuda que chegou em boa hora; o programa é maravilhoso; é um Programa que beneficiou o Brasil, e o povo do Pará; é um Programa que o governo pensou na situação do povo rural; é importante; em uma das manifestações, uma senhora de 72 anos desabafou dizendo que “[...] nunca nenhum governante tinha feito algo por eles, só o governo Lula, olhou para as pessoas do interior [...]”.

Mas, há algumas percepções contrárias, especialmente, daquelas pessoas que receberam energia elétrica e seu vizinho do lado não, nesses casos as pessoas se expressam indignadas, dizendo que o Programa não atendeu todas as famílias do local, algumas explicações para isso é a falta de documentos necessários para o cadastro na REDECELPA, tais como Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoas Física (CPF). Sobre isso o poder público estadual, em conjunto com órgãos relativos à emissão de documentos, poderia promover **campanhas** para registrar as inúmeras pessoas que ainda não possuem tais documentos. As pessoas que não receberam energia elétrica não entendem porque elas não receberam, mas as informações que circulam na Vila são de que haverá uma nova etapa do Programa, onde as pessoas não atingidas serão beneficiadas. A cidadania precisa ser exercida e estendida para as áreas rurais do Pará.

As políticas públicas estão relacionadas às ações dos governos em sua esfera de ação para a resolução de problemas nas esferas econômicas, políticas e sociais. E sua gênese esteve sempre atrelada a essas esferas, ora ocorrendo predominância de uma sobre as outras, ora deixando de serem realizadas nos países. A revisão da literatura sobre o conceito de políticas públicas remonta aos estudos clássicos de Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959; 1979) e Easton (1965), bem como discussões recentes, como as levantadas por Lynn (1980), Dye (1984), Mead (1995) e Souza (2006).

Nos anos de 1930, Laswell (1936) *apud* Souza (2006) lançava no campo da ciência política americana o termo *policy analysis*, que expressaria as análises das políticas públicas a partir da conjugação da área acadêmica com as ações dos governos. Essa iniciativa, como argumenta Souza (2006, p. 23) visava “[...] estabelecer o diálogo entre cientistas sociais,

grupos de interesses e governo”. Esse momento representou o primeiro passo para uma nova abordagem das questões relativas ao estudo do Estado e suas ações na vida pública.

Na década de 1950, Simon (1957) *apud* Souza (2006) estabelecia o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, os denominados *policy makers*, que os políticos tinham limitações em suas ações e, que as mesmas poderiam ser amenizadas via conhecimento racional, ou seja, seria necessário para as tomadas de decisões acesso ao máximo de informações sobre o problema em foco. Souza (2006) enfatiza a racionalidade apresentada nos argumentos de Simon (1957) podia ser maximizada a patamares satisfatórios por meio de criação de estruturas, tais como, conjunto de regras e incentivos, que poderiam enquadrar e modelar o comportamento dos atores na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Em Lindblom (1959) encontra-se a crítica ao racionalismo de Laswell e Simon, que propõe, segundo informa Souza (2006, p. 24), “[...] a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório [...]”. Nesse sentido, o processo decisório não teria necessariamente um fim ou princípio definido pelos governantes. Como exemplo de elementos que poderiam ser incorporados à análise das políticas públicas, Souza (2006) cita o papel das eleições, das burocracias, dos partidos políticos e dos grupos de interesses.

A definição de Easton (1965) *apud* Souza (2006, p. 24) sobre políticas públicas está relacionada à noção de sistema, ou seja, como “[...] uma relação entre formulação, resultado e o ambiente”. Isso significa que as políticas públicas estão constantemente recebendo *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, que por ventura, influenciam em seus resultados e efeitos sobre a sociedade.

As definições mais recentes sobre as políticas públicas, como a de Lynn (1980), revelam que as políticas públicas são representadas pelas ações dos governos que resultam em resultados específicos. A conceituação de Dye (1984) sobre política pública é emblemática para os dias atuais, ou seja, dizia que essa significava tudo o que os governos escolhem fazer ou não. Essa definição é peculiar, na medida em que o autor considera que uma decisão governamental de não fazer nada diante de um problema ou questão relevante para a sociedade já é, por si só, uma política pública.

Ampliando a discussão, Mead (1995) direcionam sua análise para a relação das decisões dos governos com grandes questões públicas. Essa definição permite voltar-se para a relação entre a “Política” e as “Políticas Públicas”, que na visão de Parada (2006, p. 67), estão relacionadas ao poder social, mas com a diferença de que “[...] la política es un concepto

amplio, relativo al poder en general, las políticas públicas corresponden a soluciones específicas de cómo manejar los asuntos públicos”. Nesse sentido, a política pode ser entendida como elaboração de políticas públicas sobre determinados temas.

As definições apresentadas proporcionam o entendimento sobre o conceito de políticas públicas, mas é claro que as teorias elaboradas ao longo do desenvolvimento da Ciência Política acerca do tema tenham seu valor enquanto construto teórico-analítico.

A visão trabalhada sobre o conceito de políticas públicas nesta monografia perpassa pela idéia de que a mesma deva ser entendida enquanto um conjunto de ações de responsabilidade do Estado, mas que representam demandas oriundas da sociedade, especificamente por grupos sociais que as reivindicam. E que segundo Guilhon (1995) traduzem o agregado de decisões e não-decisões resultantes do jogo de interesse que se desenvolvem no seio da política, encontrando sua determinação e seu limite em processos econômicos concebidos em uma realidade específica.

O conceito de política pública, aqui tomado, procura colocar em foco a noção de interesses sociais, para se compreender os cenários estratégicos dos padrões e estruturas das decisões concernentes aos programas sociais efetivados pelo governo federal. No caso, específico se tratou do “Programa de Universalização do Acesso a Energia Elétrica”, cuja denominação mais difundida para a sociedade foi “Programa Luz para Todos”.

Nesse sentido, o conceito trabalhado percorre a literatura de forma transversal, como se observa nas palavras de Reis (2000, p. 51), ao comentar que “[...] a escassez política, ou a forma politicamente relevante da escassez, tem a ver com a interferência dos objetivos (ou preferências, ou interesses) de uma *pluralidade* de indivíduos ou grupos entre si”.

Para as autoras Edite Cunha e Eleonora Cunha (2003, p. 11-12) “[...] as políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais, e as respostas podem atender a interesses de outros”.

É nesse sentido, que segundo Borges (2007, p. 26) “as políticas públicas, centralizadoras e baseadas na oferta de energia, parecem ter estado muito mais comprometidas com as dinâmicas econômicas que direcionavam progressos ao Sul e Sudeste”. Essa dinâmica produzia um PIB elevado e uma ampla utilização do potencial hidrelétrico da Amazônia, em detrimento das condições de vida da população.

Dessa forma, o conceito de “política pública” em uma análise sociológica, abarca inúmeros elementos que são passíveis de explicação, pois como comenta Freitas (2004) um conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativo ou reativado. Essa

explicação nos permitiu elaborar um esquema representativo da forma como um conceito pode ser trabalhado em uma pesquisa, como se segue:

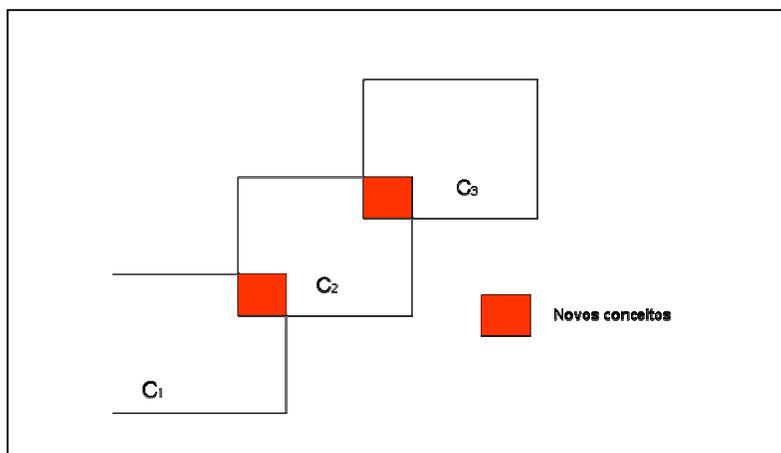


Figura 6 – Esquema representativo da construção e metamorfose dos conceitos.
Fonte: Elaboração própria, 2007.

As áreas em vermelho representam os conceitos que são criados com a interseção de dois ou mais conceitos, representados pelas letras **C1**, **C2** e **C3**. Assim, o conceito de “políticas públicas” abre um leque de novos conceitos a serem trabalhados, tais como o de política social, participação popular, justiça social, etc., que podem ser analisados com maior profundidade conforme a relação empírica a ser estabelecida com o objeto de estudo, tais como outros que a problemática em foco possibilita.

Assim, esses aspectos de política pública em São Sebastião são deficitários, necessitam de atenção governamental, ou seja, de investimentos por parte do poder municipal e estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada da energia elétrica em áreas rurais poder apresentar múltiplos significados. Por um lado, se identifica com o “progresso”, por outro, com uma política clientelista. Em uma localidade caracterizada por muitos anos como um “mundo sem lâmpadas”, “sem holofotes”, “sem brilho” durante a noite, a energia elétrica não deixa de ser considerada como uma novidade.

O fenômeno da modernidade da forma como foi explicitado nesta dissertação encontra reflexos em várias partes do globo terrestre, é como a luz que emana do sol, incide sob a superfície e espalha seus raios, em alguns lugares os raios entram com mais força e brilho, em outros entra com certa timidez, nos demais a luz não chega. Essa metáfora procura elucidar o porquê desse fenômeno ser tão comum nos centros urbanos e “novidade” nas áreas rurais que seriam tidas em condições de pré-modernidade, na abordagem de Giddens (1997), pois o dinamismo moderno no Brasil é excludente, atingindo prioritariamente, locais com perspectivas econômicas promissoras.

A discussão da inserção do espaço amazônico nessa realidade moderna recebeu várias críticas, como as deferidas por Jackson Costa (1990, 1999, 2001) e Vasconcelos et al. (1996), ao comentarem que os processos de desenvolvimento econômico iniciados pelo governo brasileiro a partir dos anos 70 proporcionaram a criação de uma realidade repleta de problemas para as populações que viviam sob formas de sociabilidade diferentes das práticas indústrias. A dinâmica de ocupação da região amazônica sempre envolveu diversos motivos por parte das pessoas de outras regiões: riquezas naturais, exuberância de sua fauna, turismo, lazer e até mesmo pessoas que vêm em busca de um novo modo de vida para sua existência. Mas, dentre esses, o elemento econômico foi o que se sobressaiu no sentido de trazer maiores mudanças sócio-ambientais para as localidades ocupadas na Amazônia.

Esse pensamento é compartilhado por Henrique Rattner (1993) ao comentar que o atual modelo de desenvolvimento tem priorizado geralmente programas industriais em detrimento do setor agrícola e dos investimentos em infra-estrutura, redes de distribuição de água potável, energia, telecomunicações e sistemas de transportes, cuja classe média urbana é a principal beneficiada e, não as populações pobres sediadas em áreas rurais e urbanas.

Os frutos da chamada “modernidade” anda não chegaram, para lembrar Violeta Loureiro (2001), porque se instalam indústrias, empreendimentos minerais e siderúrgicos, mas

a empregabilidade, continua a ser escassa para as populações regionais que têm que se contentarem com a devastação, poucos empregos e pouca renda.

Ainda acerca do modelo de desenvolvimento em curso na Amazônia, Loureiro (2001) comenta que, em grande medida, ele continua a representar uma ação danosa a natureza em geral. Ele não aproveita de forma mais elaborada a grande diversidade do banco genético amazônico; sua base é sustentada em grandes entraves; a exportação de bens primários tem se mostrado incapaz de conduzir a via para o desenvolvimento; esse modelo concentra muito a renda e não consegue irradiar os benefícios para as populações em geral; gera conflitos sociais, desenraiza o homem do campo e leva ao endividamento estatal na medida em que obriga os governos a construírem infra-estruturas para os grandes projetos e à promoção de subsídios.

Para Monteiro (1999) os conglomerados que se instalaram na Amazônia, com sua pretensa meta de trazer a “modernidade” para a região, deixaram tudo acontecer no silêncio, esperando que tudo tramitasse como se os sujeitos atingidos fossem meros empecilhos para o desenvolvimento econômico, compreendido como um processo multidimensional que deve ser abordado como envolvendo uma complexa interação entre totalidades lógicas distintas, mas que visem o bem-estar de apenas alguns grupos e, também, da sociedade, já que está é um todo complexo de relações do homem com seus semelhantes.

O estudo tratou de pessoas que são consideradas “populações tradicionais”, por exercerem atividades produtivas tradicionais, por manterem em suas relações diárias traços marcados pelos costumes de gerações passadas. Conceição (2001) comenta que essas populações são relacionadas aos impactos do processo de modernização da Amazônia, através de constante reordenação social. E por essa razão concorda-se com essa autora quando afirma que o processo de ocupação na Amazônia esconde a dinâmica da exclusão social que são submetidas às populações tradicionais amazônicas, esquecendo seus saberes em relação ao meio e suas formas de sociabilidade.

A realidade presenciada em São Sebastião e a conversa com os moradores (as) revelaram que a energia elétrica chegou sem acompanhamento de alguns complementos importantes, que para os moradores deveriam ser instalados e/ou criados, tais como o posto de saúde, poços de água, melhoria no transporte e asfaltamento da via de acesso à vila. Obras de infra-estrutura factíveis de serem realizadas, mas falta vontade política.

Espera-se que a “luz” da modernidade adentre com maior intensidade nos locais que carecem dos equipamentos urbanos, contudo que isso seja feito de forma a considerar a constituição da natureza e do ser humano que depende dela para sobreviver.

A pesquisa suscitou algumas inquietações ao logo de seu desenvolvimento, durante as viagens de campo, notou-se que algumas pessoas não receberam ligações elétricas em suas residências. Os processos e/ou critérios de escolhas das pessoas que receberam esse tipo de benefício não ficou claro, assim como o de exclusão de outras.

Além disso, a trajetória de reprodução social no período pós-energia elétrica em São Sebastião apresenta várias facetas que representam peculiaridades, como por exemplo, entre as pessoas que moram às margens do rio Guajará e das que moram “mata adentro”, longe do rio. Os usos cotidianos das pessoas que moram nessas duas condições variam em relação à energia elétrica, ponto pouco explorado no estudo que se concentrou mais nas pessoas que moram longe do rio.

As mudanças sociais dentro da abordagem teórica trabalhada podem ser notadas em Vila de São Sebastião, seja, nos comportamentos das crianças, jovens e adultos, seja nas atividades produtivas criadas para o sustento familiar, ou no incentivo ao estudo e ao acesso à informação. Com a energia elétrica surge a possibilidade de novos processos, como por exemplo, a criação de projetos de inclusão digital, que poderia funcionar na própria escola local.

A realização do trabalho foi mais do que uma simples pesquisa, foi uma experiência vivida e sentida, ao mesmo tempo em que me dedicava nas tarefas de pesquisador, em 2008 minha busca pela minha mãe desaparecida a 17 anos terminou em outubro deste ano. A achei morando em São Paulo. E promovi um encontro histórico de família em Vila de São Sebastião entre três gerações: Eu, minha mãe e minha avó. Tudo que posso dizer sobre esses acontecimentos é que eles não se explicam pela ciência.

A solidariedade relatada pelos moradores seria um ponto a ser analisado, pois ao mesmo tempo em que as pessoas se tornam mais dependentes entre si, elas ficam com sentimento de desconfiança. Esse fato é reforçado pelo aumento da violência o local, sendo assim, uma pergunta fica em suspenso: *qual o significado da solidariedade que se formou com a chegada da energia elétrica na Vila de São Sebastião?* Essa questão precisaria ser trabalhada em outra etapa de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Agência Nacional de Energia Elétrica. – Brasília: ANEEL, 2002.

AYRES, Manuel. Et al. **BioEstat 4.0**: aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília: Cnpq, 2000.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de survey**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BECKER, Bertha Koif. **Amazônia**. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2002.

BRITO, Marilza Elizardo. (Coord.) **A vida cotidiana no Brasil Nacional**: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1930-1970). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2003.

BOUDON, R. **La logique du social**. Paris: Hachette, 1979.

_____. **La place du désordre**. Paris: PUF: 1984.

_____. Le changement social. In: **Symposium**. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1985.

BORGES, Fernando. **Energia Elétrica**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). NAEA/UFPA, 2007.

CARVALHO, M. Cecília (Org.). **Construindo o Saber**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. (Orgs.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CASTRO, Edna Ramos. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes et al. (Orgs.) **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, 2001. (Série Estado e Gestão Pública).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9ª ed. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. **Políticas e colonos na Bragantina. Estado do Pará**. Dissertação. 1990. (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, 1990.

_____. Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia. In: JACKSON COSTA, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa**. Belém: EDUFPA, 2001.

COSTA, Francisco Sérgio. **Introdução Ilustrada à Estatística**. 3ª ed. São Paulo: Editora Habra, 2000.

CONTANDRIOPOULOS ET AL. **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CRECO, Marcus Antônio. **O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1889)**. Monografia (Dissertação de Mestrado). 2006. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2006. p. 306.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso et al. **Políticas Públicas**. 1ª reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROEX, 2003.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo- Rio de Janeiro: Huctec-Abrasco, 1992, p. 31-50.

DURKHEIM, Emile. A divisão do Trabalho Social. **Os Pensadores**, Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

_____. **O suicídio: estudo sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DYE, Thomas D. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, NJ; Prentice-Hall, 1984.

EASTON, David. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs, NJ; Prentice-Hall, 1965.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979.

_____. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social. Leituras básicas de sociologia rural**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, Renan Springer de. A saga do ideal de boa ciência. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Junho. 2004, Vol. 19, nº 55, p. 91-105

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. 2ª reimpressão. Trad.: Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Em defesa da Sociologia:** ensaios, interpretações e trélicas. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **Mundo em Descontrole:** o que a globalização está fazendo d nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens:** O Sentido da Modernidade. Rio de Janeiro; FGV, 2000.

GOMES, R. A. Análise de dados em pesquisa qualitativa. (1996). In: MINAYO, MCS. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1996. (Col. Temas Sociais).

GOVERNO DO PARÁ. **Plano Anual de Trabalho do Município de Bujaru** - 1980. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN / Coordenação de Planejamento – COPLAN / Coordenadoria de Articulação Municipal – CODAM, 1980.

_____. **Sinopse Estatística do Município de Bujaru – Estado do Pará.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

_____. **Zona Guajarina – Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar.** Pará: IDESP, nº. 15. 1968.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. A questão dos interesses na formulação das políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas.** São Luís, v. 1, n. 1. p. 105-125, jul./dez. 1995.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** 1957.

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **A ditadura do grande capital.** Rio de Janeiro, 1981. (Col.: Retratos do Brasil).

_____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

JACKSON COSTA, M. J (Org.). **Sociologia na Amazônia**: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

_____. **Demografia e mão-de-obra na Amazônia**. Belém: EDUFPA/ NAEA/UFPA,1990.

JACKSON COSTA, M. J. e MAIA, M. L. **Rio –Modo de Vida – Minério**. Relatório técnico de atividades, 1996-98. Belém: UFPA, 1999.

LAGO, Benjamim Marcos. **Dinâmica social**: como as sociedades se transformam. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LASWELL, H. D. **Politics: Who gets what, when, how**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2ª ed. São Paulo: Habra, 1987.

LOUREIRO, Violeta R. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas últimas Décadas: a modernização às avessas. In: JACKSON COSTA, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia**: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

LINDBLOM, Charles E. The science of muddling through. **Public Administration Review**, 36: 78-88, 1959.

LYNN, L. E. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Cali.: Goodyear, 1980.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 ou 1979.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. Vol. I, 7ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARINHO, José de Ribamar Miranda. **A concepção de preservação ambiental entre os trabalhadores do caulim**. In: CD-rom do XI Seminário de Iniciação Científica da UFPA, 2000, Belém: PROPESP/UFPA.

_____. **Reordenação social e impactos ambientais em Vila do Conde**: um estudo da erosão e atores sociais atingidos. In: CD-Rom do XI Seminário de Iniciação Científica da UFPA, 2001, Belém: PROPESP/UFPA.

MAGALHÃES, Gildo. Telecomunicações. In: VARGAS, Milton. **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: UNESP e CEETEPS, 1995.

MARCONI, M. de A.; Lakatos, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARKUS, Otávio. **Circuitos Elétricos - Corrente Contínua e Corrente Alternada - Teoria e Exercícios**. 2 ed. São Paulo: Editora Érica, 2001.

MAGALHÃES, Sônia B. Relocação de populações: a intervenção estatal numa operação fundiária específica. **Pará Desenvolvimento**, nº. 20/21, IDESP, p. 34-36.

MEAD, L. M. Public Policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4, 1995.

MEINECKE, Paulo Rainer; BRASIL, Antonio César Pinho. Estudos das condições para fornecimento de energia a comunidades isoladas – observando os preceitos do desenvolvimento sustentável. In: **Anais do X Congresso Brasileiro de Energia – CBE – A Universalização do Acesso à Energia**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Planejamento Energético/COPPE / UFRJ / Clube de Engenharia, 2004, p. 2302-2312.

MILONE, Giuseppe; ANGELINI, Flávio. **Estatística Geral – Amostragem, Distribuições Amostrais e Decisão Estatística**. Vol. II. São Paulo: Atlas, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo- Rio de Janeiro: Huctec-Abrasco, 1992.

_____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1996. (Col. Temas Sociais).

MONTEIRO, MA. Desenvolvimento e ambiente: uma conjunção analítica necessária. In: ALTVATER ELMAR, Héctor R. et. al. **Terra Incógnita**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

MORETTIN, P. A; BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MUYLAERT, Maria Silvia; SIMÕES, André Felipe; ROVERE, Emílio Lebre La. Pobreza e universalização do acesso à energia elétrica no Brasil. In: **Anais do X Congresso Brasileiro de Energia – CBE – A Universalização do Acesso à Energia**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Planejamento Energético/COPPE / UFRJ / Clube de Engenharia, 2004, p. 2354-2362.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: EDUSP, 1968. (Série Ciências Sociais)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. New York: Edições Almedinos S/A. 2008. (Disponível no site www.pnud.org.br)

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O Trabalho Monográfico como Iniciação á Pesquisa Científica. In: CARVALHO, M. Cecília (Org.). **Construindo o Saber**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

PARADA, Eugenio Lahera. Política y políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Políticas públicas*. Vol. 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 67-95.

PARSONS, T. **The Social System**. Glencoe: The Free Press, 1951.

_____. **Structure and Process in Modern Societies**. Glencoe: The Free Press, 1960.

PEREIRA, Wladimir; KIRSTEN, José Tiacci; ALVES, Walter. **Estatística para as Ciências Sociais: teoria e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 47ª reimpressão da 1ª Edição de 1945. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PELLISSIER, P. **Les Paysans du Senegal, les civilisations agraires du Cayor à la Casamance**. Sinte-Yrieix: Fabrégue, 1966.

Pouillon, F. Sur la stagnation technique chez les pasteurs nômades: les Peul du Nord-Sénégal entre l'économie politique et l'histoire contemporaine. In: **Cahiers des Sciences Humaines**. Orstom, vol. 26, n°. 1-2, 173-192, 1990.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, LV. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Gradiva: Lisboa, 1992.

RATTNER, H. Globalização, Pobreza e Meio Ambiente. In: VIEIRA, PF; MAIMON, D. (Orgs.). **As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade**. Belém: EDUFPA, APED/UFPA/NAEA, 1993, p. 175-187.

REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e Utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Berta Gleiz. **Amazônia urgente: cinco séculos de história e ecologia/projeto conceitual, textos e seleções de iconografia**. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1992.

ROCHER, Guy. **Sociologia geral**. 5 vol. Lisboa: Presença, 1971.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TAVARES DO SANTOS, José Vicente. A aventura sociológica na contemporaneidade. In: ADORNO, Sérgio (org.). **A Sociedade entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1993.

TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. **As telecomunicações no Brasil: do segundo império até o regime militar**. Disponível em <<http://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social14.pdf>>. Acesso em 25 Ago. 2008.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

VALADE, Bernard. Mudança Social. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995, p. 337-373.

VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. **Transformações sociais e lutas cotidianas no Laranjal em Barcarena**. Belém: UNAMA, 1996. (Série Relatório de Pesquisa).

VELLOSO, Verônica Pimenta. A eletricidade no Brasil sob a perspectiva da história social. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, sep./dic. 2002, vol.9, no.3, p.705-709. ISSN 0104-5970.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: UnB, Vol. I, 1991.

_____. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política – 1904. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 2ª Ed. Rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

www.mme.gov.br

www.pnud.org.br

ANEXOS

ANEXO A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Projeto de Pesquisa: **O advento da energia elétrica e mudanças sociais na Vila de São Sebastião no interior do Estado do Pará**
 Pesquisador: **José de Ribamar Miranda Marinho**

I – DADOS PESSOAIS

Informante: _____

1.2 Sexo: Masculino () Feminino ()

1.3- Idade: _____

1.4 – Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado
 () Separado () Viúvo () Vive

Junto

() Outro: _____

II – ESCOLARIZAÇÃO DO INFORMANTE

() Sem escolarização () Nível Médio incompleto
 () Nível Fundamental incompleto () Nível Médio completo
 () Nível Fundamental completo () Nível Superior Incompleto
 () Nível Superior completo () Pós-graduação: _____

III – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

3.1 Quantas pessoas moram em sua casa?

() 1 a 2
 () 2 a 4
 () 4 a 6
 () 6 a 8
 () mais de 8

3.2 Que forma de atividade remunerada é exercida para o sustento da família?

() Agricultura
 () Pesca
 () estabelecimento comercial
 () Outra: _____
 () Nenhuma

IV – DADOS RELATIVOS À CHEGADA DA ENERGIA ELÉTRICA

4.1 Quanto tempo você mora em São Sebastião?

- 1 a 4 anos
- 4 a 8 anos
- 8 a 12 anos
- 12 a 16 anos
- 16 a 20 anos
- mais de 20 anos

4.2 Como era a vida antes da chegada da energia elétrica?

4.3 O que mudou na sua vida e de sua família com a chegada da energia elétrica?

4.4 O que significa ter energia elétrica em sua casa?

4.5 Com a chegada da energia elétrica houve mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas?

4.6. Houve melhorias estruturais com a chegada da energia elétrica na Vila São Sebastião? Quais?

- Instalação de unidade básica de saúde
- Instalação de escolas
- Telefone público
- Transporte público
- Nenhuma
-

Outras: _____

4.7 O que falta agora para melhorar a vida com energia elétrica?

4.8 Você conhece o “Programa Luz Para Todos”?

Sim () Não ()

4.9 Se a sua resposta foi “sim”, qual sua opinião sobre esse Programa?

ANEXO B – DECRETO N°. 4.873 DE 11 DE NOVIEMBRE DE 2003



Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº- 4.873, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 13, inciso V, e 14, § 12, da Lei nº- 10.438, de 26 de abril de 2002,

D E C R E T A :

Art. 1º- Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público.

Art. 2º- Os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº- 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa.

Art. 3º- O Programa "LUZ PARA TODOS" será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Art. 4º- A estrutura do Programa "LUZ PARA TODOS" será composta pela Comissão Nacional de Universalização, por um Comitê Gestor Nacional de Universalização, e por Comitês Gestores Estaduais que, em conjunto, garantirão a gestão compartilhada do Programa.

§ 1º- A Comissão Nacional de Universalização, com a finalidade de estabelecer ações de desenvolvimento integrado no meio rural, em consonância com os diversos programas governamentais existentes, tem a seguinte composição:

I - Ministro de Estado de Minas e Energia, que o coordenará;

- II - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- III - Ministro de Estado da Fazenda;
- IV - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;
- VI - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;
- VIII - Ministro de Estado da Integração Nacional;
- IX - Ministro de Estado da Educação;
- X - Ministro de Estado da Saúde;
- XI - Ministro de Estado do Meio Ambiente;
- XII - Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- XIII - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- XIV - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- XV - Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Energia dos Estados; e
- XVI - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 2º- O Comitê Gestor Nacional de Universalização será instituído pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, que indicará sua composição, atribuições e competências.

§ 3º- Os Comitês Gestores Estaduais serão instituídos mediante ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, que indicará suas atribuições, competências e o seu coordenador.

§ 4º- A composição dos Comitês Gestores de que trata o § 3º será estabelecida em conjunto com os respectivos Governos estaduais.

Art. 5º- O Programa “LUZ PARA TODOS” observará as seguintes prioridades:

I - projetos em Municípios com índice de atendimento inferior a oitenta e cinco por cento, segundo dados do Censo 2000;

II - projetos de eletrificação rural que beneficiem populações atingidas por barragens, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento;

III - projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;

IV - projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água;

V - projetos de eletrificação rural que visem atender assentamentos rurais; e

VI - projetos de eletrificação para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Art. 6º- Serão contempladas como alternativa de atendimento da execução do Programa "LUZ PARA TODOS", a extensão de redes convencionais e ainda os sistemas de geração descentralizados, com redes isoladas ou sistemas individuais, nos termos do manual de operacionalização de que trata o art. 7º-.

Art. 7º- O Ministério de Minas e Energia deverá, no prazo de trinta dias, editar o manual de operacionalização do Programa e demais normas pertinentes à sua execução.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2003; 182º- da Independência e 115º- da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Vana Rousseff